

CARLOS PIMENTA

A fraude económico-financeira e o ensino

ÚLTIMA AULA

CARLOS PIMENTA

A fraude económico-financeira e o ensino



PREFÁCIO

1. Durante a segunda metade de 2018, antes da minha data de aniversário aguardei com ansiedade a possibilidade da saída de uma lei que permitisse prolongar alguns anos a data da minha jubilação. Tal não aconteceu. Por isso em 5 de Setembro de 2018 fiz setenta anos e jubilei-me.

Fui antecipadamente contactado pelo Paulo Vasconcelos – a quem muito agradeço o empenhamento colocado no processo – sobre a minha disponibilidade para realizar uma série de cerimónias consentâneas com tais situações. Porque devia à Universidade do Porto, e especialmente à Faculdade de Economia do Porto, uma parte importante da minha vida e por amor à minha esposa que manifestava essa vontade, anui.

Coube à Direcção da escola, e especialmente ao seu Presidente – a quem agradeço –, a organização do que formalmente é designado por «última aula».

Era uma data de pouco movimento na actividade escolar pelo que esperava que estivessem poucos assistentes. Enganei-me rotundamente: nunca tinha visto aquela sala tão cheia! Aqui deixo expressamente o agradecimento a todos os presentes, sobretudo aos que vieram de longe para me dar um abraço e uma palavra amiga.

Este livro tem neste evento a sua razão de existência, sendo a referida «aula» a sua principal razão de ser.

2. A minha exposição foi antecedida por seis intervenções. As três primeiras foram protocolares e amigas, as três seguintes mais pessoais com testemunhos de experiências vividas. Elas constituem a primeira parte deste livro.

Antecipam o texto da minha apresentação. Embora esta tenha sido «solta», tinha por trás uma longa reflexão e um texto (que na altura foi distribuído aos presentes) e alguns poucos *slides* para ajudar a precisar alguns temas. Eis a segunda parte do que se apresenta aqui.

3. Enquanto todo o processo de organização do evento se processava a minha esposa, e companheira de quase meio século, contactou, sem eu saber, familiares, amigos, colegas e companheiros de luta para lhe enviarem depoimentos sobre mim. Esta iniciativa e muitos dos depoimentos emocionaram-me. Outros recordaram facetas esquecidas da minha vida passada. Todos eles revelaram a minha variegada personalidade.

Certamente muitos outros teriam gostado ter participado da iniciativa, mas seria impossível contactar todos.

Os textos são muito diversificados, obviamente em conteúdo, mas também em extensão e preocupações, mas considerou-se que seria de publicar tal como foram enviados, por ordem alfabética. É a terceira parte deste livro.

4. Entretanto surgiu uma questão.

Se todas as referências dos testemunhos faziam sentido para mim dificilmente o fariam para os leitores que nada soubessem do meu percurso de vida. Sobretudo sobre alguns dos seus aspectos.

Simultaneamente num dos depoimentos escreve-se “Julgo que o Carlos Pimenta nos deve ainda a sua leitura desta História que viveu e de que foi um dos seus grandes protagonistas.” Embora referida num contexto diferente, pareceu-me adequado o desafio.

PREFÁCIO

Lembrei-me que também familiarmente senti a necessidade de descrever certas situações vividas e pouco referidas nas conversas com os meus dois filhos, Catarina e Edgar. Sobretudo de antes do 25 de Abril, já que depois sempre tivemos uma vida familiar em que uns sabem dos outros. Por isso em 2014 «editei» um livro (*Retalhos do passado antes do 25 de Abril*) de que mandei fazer dois exemplares, oferecidos aos meus filhos no Natal desse ano. Nele descrevo alguns aspectos que podem ser úteis para responder ao desafio anteriormente referido. Resolveu-se pois incluir algumas dessas passagens nesta nossa publicação, constituindo a última parte.

5. Fica assim justificada a estrutura desta publicação, muito para além da última aula e do projecto de trabalho futuro que apresenta.

Porto, Dezembro de 2018

INTERVENÇÕES PRÉVIAS

José Varejão

Aurora Teixeira

Óscar Afonso

Fernando Costa Lima

Daniel Bessa

Frederico Katz



José Varejão

A Universidade é o lugar do conhecimento por excelência, o lugar onde se produz e transmite o conhecimento; transmite-se aos estudantes pela via do ensino e transmite-se à sociedade pela via da colocação dos seus estudantes no mercado de trabalho e pela via da extensão universitária.

No centro deste lugar de conhecimento está o professor/ investigador que se ocupa da produção do conhecimento e, com os estudantes (e, cada vez mais, com as instituições da economia e da sociedade), se ocupa da transmissão do conhecimento para cuja produção contribui.

Ainda que se alterem os modos e os métodos do ensino, a aula é o espaço privilegiado de ensino e aprendizagem e, portanto, de transmissão e aquisição de conhecimentos e competências pelos (e com os) estudantes.

Justamente, a Universidade assinala simbolicamente a aposentação dos seus professores catedráticos com uma Última Lição - uma última vez, o professor faz o que sempre fez: generosamente partilha o seu conhecimento com os outros. Digo 'pela última vez' porque se consagrou designar esta lição por 'última'; todos sabemos que o trabalho intelectual não se rege pelos ponteiros do relógio ou pelas páginas do calendário.

Assistiremos hoje à última lição do Professor Carlos Pimenta que assinala um marco de um percurso na Faculdade de Economia que se iniciou no ano letivo 1974/75 com a categoria de assistente eventual e que, nesta Faculdade, percorreu todas as etapas da carreira docente do ensino superior. São 44 anos de trabalho na FEP, evidentemente, preenchidos. Outros falarão dessa atividade com maior legitimidade. Eu, porém, destacaria a atividade que o Professor Carlos Pimenta desenvolveu nos domínios do Ensino da Economia, do estudo das Economias Africanas e do estudo da fraude, sem esquecer o trabalho de divulgação e promoção da cooperação internacional.

Esta sessão é também a homenagem da Faculdade de Economia ao Professor que a ela dedicou 44 anos de vida profissional.

José Varejão
Diretor

Aurora Teixeira

É um enorme privilégio estar nesta cerimónia de homenagem ao Prof. Carlos Pimenta.

Foi um dos primeiros professores que conheci quando entrei, como aluna, na FEP em 1987. A 1ª aula teórica de Introdução à Economia foi um evento verdadeiramente traumatizante - à nossa frente (Anfiteatro 111 repleto) um indivíduo enorme, com um vozeirão, cara de poucos amigos, que logo de assentada nos forneceu uma lista de dezenas de referências de leitura obrigatória.

Foi uma disciplina muito 'desafiante' (eufemismo para 'muitos chumbos')!

Mais tarde, em 2001/2002, trabalhei, conjuntamente com um número relativamente elevado de colegas, com o Prof. Pimenta como Regente na disciplina Estudos Económicos Aplicados que tinha por objetivo desenvolver as competências de investigação dos estudantes e pressupunha orientação tutorial de grupos de estudantes.

Desde logo os nossos 'estilos' de orientação chocaram.

De forma muito frontal, como costumeiro, disse-me que não concordava nada com o meu estilo 'militar' de orientação e eu

respondi que também não concordava nada com o seu estilo 'livre', solto, de orientação. Assim, concordamos em discordar.

Não obstante a nossa 'discórdia' relativamente a métodos/estilos de orientação, senti sempre, enquanto docente desta disciplina, o apoio e a liberdade de ensinar da forma como entendia adequado.

Estas características de frontalidade e respeito pelo outro (mesmo não concordando com os respetivos pontos de vista/perspetivas) é algo que gostei e gosto muito no Prof. Carlos Pimenta e que fazem muita falta na academia, assim como na sociedade em geral.

Termino, em jeito de dedicatória, com as palavras de um poeta alemão que julgo que o Prof. Carlos Pimenta aprecia, Bertholt Brecht

"Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis."

Aurora Teixeira
Presidente do Agrupamento Científico de Economia

Óscar Afonso

Gostaria de começar por cumprimentar o Professor Carlos Pimenta e a sua esposa Professora Fernanda Correia. Apresento ainda os meus cumprimentos ao Exmo. Sr. Director da FEP, aos Exmos. Senhores membros do conselho geral da UP, aos Exmos. Senhores Professores e Investigadores, aos actuais e antigos estudantes, funcionários não docentes, aos ilustres convidados, e a outras personalidades aqui presentes.

Muito boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para falar nesta cerimónia de jubilação do Professor, mentor, colega e amigo Carlos Pimenta. É com muita honra e grande emoção que me junto nesta mais do que merecida homenagem. Devo dizer que o Professor Pimenta, juntamente com o Professor Daniel Bessa, também aqui presente, foram os professores da minha primeira aula na FEP, na apresentação da então unidade curricular de Introdução à Economia, no ano lectivo 1986/87. De lá para cá nunca deixei de os admirar. Na verdade, tenho uma admiração enorme por todos os meus professores, muitos aqui presentes, a quem nunca me cansarei de agradecer pelo transmissão de conhecimento, sendo naturalmente sempre com muita nostalgia quando vejo algum entrar num novo ciclo de vida.

De todos, quis o destino que, em diferentes momentos do tempo, tivesse de lidar/trabalhar mais de perto com alguns. Sobretudo desde 2008 tenho trabalhado muito de perto com o Professor Pimenta, na fundação e implementação do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF). Por proposta/incentivo do Professor Pimenta que é o mentor, o “pai” e será sempre a referência maior do OBEGEF, fui vogal da direcção, vice-presidente e agora presidente.

Como referi, não posso deixar de expressar um muito obrigado a todos os meus Professores e hoje, em particular, ao Professor, mentor, colega e amigo Carlos Pimenta por terminar a sua “carreira legal” de professor no topo, com a tranquilidade plena de quem muito bem cumpriu um dever. Como sabemos, há imensos anos que dedica a sua vida à nossa escola, a FEP, e há 10 anos que dedica também a sua vida ao OBEGEF. Todos alinharão comigo ao afirmar que o Professor Pimenta sempre trabalhou de modo empenhado para o engrandecimento da FEP, que tudo fez para aumentar a qualidade do ensino aqui ministrado, para projetar o nome da FEP para o exterior e para criar uma FEP cada vez mais forte. Muito obrigado pelo teu trabalho, Professor Pimenta.

No OBEGEF tem sido igual. Tem sido muito gratificante trabalhar consigo. Todos conhecemos a generosidade com que oferece o seu tempo e a sua inteligência, como académico e como cidadão. Graças a si, tem sido igualmente muito gratificante observar o relacionamento de todos os associados que, na sua diversidade de formações e de posturas pessoais, têm sabido contribuir para um maior respeito pela ética, pela confiança social, e pelo combate e prevenção da fraude nas suas mais diversas manifestações.

Efectivamente, como sabemos, o Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF) é, por sua iniciativa, uma associação de direito privado sem fins lucrativos, que representa a institucionalização do empenhamento científico e pedagógico

INTERVENÇÕES PRÉVIAS

de um conjunto de investigadores e docentes (actualmente 70). Também decorre de si o facto dos seus membros terem formações diversificadas (como referi acima), constituindo a interdisciplinaridade, focalizada na fraude e na sua prevenção, um valor acrescentado na descrição, interpretação e modelização do respectivo objecto de estudo. Pelo OBEGEF, quis pois o Professor Pimenta contribuir para um melhor conhecimento da prevenção e detecção da fraude em Portugal, aprender com o saber e a experiência alheia, divulgar os conhecimentos gerados e contribuir para uma opinião pública nacional mais esclarecida. Graças a si, ao longo de sua ainda curta vida, o OBEGEF já participou, realizou e promoveu numerosas acções, conferências internacionais, *workshops*, artigos de opinião, estudos, artigos científicos e livros úteis.

Numa sociedade globalizada, individualista e desigual, o Professor Pimenta, a quem só se pode pois desejar bem, tem tido, por intermédio do OBEGEF, uma missão agregadora, formativa e informadora que nunca se esgotará e para a qual todos seremos sempre poucos. Acresce que pela especificidade do seu trabalho e pela isenção das suas análises, conquistou uma posição de notoriedade e reconhecimento na sociedade portuguesa e em redes científicas internacionais.

No OBEGEF, eu espero que:

- (i) continue a manter o empenho, o entusiasmo e a disponibilidade e que nos continue a contagiar a todos;
- (ii) nos continue a ajudar a prosseguir o nosso caminho, realçando a referência que somos, impulsionando a nossa visibilidade e notoriedade;
- (iii) continue a ajudar a promover a união da diversidade;
- (iv) nos continue a fazer sentir sempre a riqueza do entrelaçar de saberes distintos que tanto preza.

Ao redigir esta saudação, rememorando os trinta e seis anos de convívio, dez dos quais de convívio intenso, não pensei apenas na sua brilhante carreira de professor e investigador, nas suas virtudes culturais, na sua inteligência invulgar e no seu magestoso curriculum vitae, que todos podem testemunhar. Pensei que, nesta solenidade em que o homenageamos, seria também importante deixar uma nota muito pessoal, com a qual desejo terminar. Explícita ou implicitamente, o professor Pimenta ensinou-me:

- Que devemos dar prioridade às instituições a que pertencemos (OBEGEF, FEP), sobre motivações individuais;
- Que a experiência é a mestre de todas as coisas;
- Que devemos assumir sempre as nossas responsabilidades;
- Que a confiança se constrói pouco a pouco, mas que pode acabar num instante;
- Que há certezas que viram dúvidas, e que é normal ter dúvidas;
- Que não há problema em mudar de opinião, nem há problema em pensar diferente da maioria;
- Que um verdadeiro amigo às vezes é tudo o que precisamos;
- Que há memórias que nos acompanharão para sempre e que, por isso, devemos construir mais momentos bons que maus;
- Que podemos tudo, basta trabalhar para isso;
- Que somos donos das nossas conquistas e dos nossos erros;
- Que devemos valorizar as nossas melhores características;

INTERVENÇÕES PRÉVIAS

- Que não devemos sentir medo, para poder sentir que somos quem somos e estamos onde estamos pelo que fizemos mais do que pelo que deixamos de fazer;
- Que não nos devemos deixar ir abaixo quando estamos “sozinhos” nas nossas convicções;
- Que há pessoas, como o Professor, que nunca esqueceremos.

Obrigado Professor! Não sei dizer mais, nem diferente, a este propósito. Perdoe-me o desabafo que é também uma embaraçada confissão. Vou ter saudades de o ver entre salas, na FEP. Felizmente NÓS vamos continuar a ver-nos. E, mesmo mesmo finalmente, dizer que muito me honraria se discursasse, daqui a 20 anos na cerimónia da minha Jubilação, se eu for merecedor dessa celebração. Até já Professor!

Óscar Afonso
Presidente da Direcção do OBEGEF

Fernando Costa Lima

Conheço o Prof. Carlos Pimenta há 43 anos.

Quando entrei na Faculdade em 1975 já cá era professor.

Nunca fui seu aluno.

Nunca demos aulas juntos.

Nunca nos tínhamos cruzado profissionalmente.

Éramos uns distantes conhecidos dos corredores da Faculdade.

Podem perguntar.

Então que faço aqui hoje num acto tão significativo, tenho a certeza, para o Prof. Carlos Pimenta e que culmina uma carreira universitária, cheia de realizações, sucessos e conquistas?

Porque não está outra pessoa em meu lugar?

Hoje sou, e com muito gosto, amigo do Prof. Carlos Pimenta.

Amizade cimentada ao longo dos últimos 11 anos.

Não tanto pelo meu trabalho com ele, que nunca pude contribuir com muito, mas pelo seu trabalho, empenho e dedicação aos projectos em que tive o privilégio de participar.

Tudo começou por um mail que o Prof. Carlos Pimenta enviou no início de 2007 a todos os docentes da Faculdade, convidando-os para uma reunião para analisar o que poderia ser feito relacionado com o tema da economia não registada e matéria relacionadas.

INTERVENÇÕES PRÉVIAS

Da interacção desse pequeno grupo inicial nasce a ideia de se fazer a primeira pós-graduação em gestão de fraude, que permitisse também o acesso dos alunos à certificação ACFE (Association of Certified Fraud Examiners).

Trata-se da maior comunidade internacional anti-fraude, com dezenas de milhares de membros em todo o mundo.

E desde então tenho tido o privilégio de participar num conjunto de projectos e realizações em que o papel do Prof. Carlos Pimenta foi determinante e decisivo.

Gostaria de destacar em primeiro lugar o lançamento, o arranque e a afirmação do OBEGEF enquanto centro de investigação e análise do fenómeno da fraude em geral, tendo tido a arte e o engenho de, sempre com a maior serenidade e competência, congregar o trabalho e o empenho de muita gente, em especial os fundadores, que tornaram possível que o OBEGEF seja hoje uma entidade reconhecida nacional e internacionalmente.

Gostaria também de destacar o seu grande entusiasmo para a realização das conferências internacionais sobre fraude e corrupção, que reuniu já por várias vezes especialistas de todo o mundo.

Ao longo destes anos pude testemunhar as qualidades do Prof. Carlos Pimenta de que destaco, de novo, a serenidade com que trata todos os assuntos.

Mas também a perseverança e a paixão que coloca nos projectos que abraça.

Mas também a competência que se reflecte em tudo o que pude testemunhar ao longo destes anos de convivência mais próxima.

É por tudo isto que agradeço ao Prof. Carlos Pimenta a amizade de todos estes anos.

É em nome também dessa amizade que eu não poderia deixar de estar aqui hoje e deixar-vos este singelo testemunho que gostaria que fosse entendido também como a

minha homenagem ao Prof. Carlos Pimenta que agora deixa a Faculdade.

Espero e desejo que continue uma vida activa e intensa cheia de realizações e sucessos. Ganhamos nós e ganha o País.
Bem hajas.

Daniel Bessa

Conheço o Carlos Pimenta desde o início do ano letivo 1974-1975. Encontrámo-nos nos corredores da FEP, com toda a certeza no dia em que aqui chegou, para iniciar o exercício das suas funções docentes, imagino que em setembro ou outubro de 1974 (desse detalhe, não consigo recordar-me).

Eu tinha chegado nove anos antes, em outubro de 1965, quando ingressei como aluno na 13ª edição do curso de licenciatura em Economia. A FEP havia iniciado a sua atividade doze anos antes, em outubro de 1953.

Significa o acabado de expor que o Carlos Pimenta é um protagonista, dos mais ativos, de 44 dos 65 anos que a FEP leva de vida - uma percentagem de 67,69% da vida da Faculdade que, de agora em diante, irá diminuindo. Eu cheguei mais cedo mas, a partir de determinado momento, nomeadamente a partir de outubro de 1995, a minha ligação à Faculdade foi esmorecendo. A FEP é hoje, física e emocionalmente, mais do Carlos Pimenta do que minha (algo que talvez julgasse impossível de acontecer, no primeiro dia em que nos encontramos).

Falei de FEP mas, em rigor, há duas FEPs: a do período 1953-1974 e a que se seguiu ao 25 de abril de 1974. Relativamente a esta segunda, o Carlos Pimenta é um dos protagonistas mais ativos, talvez mesmo o mais ativo, de 100% da sua história.

A FEP que chegou ao dia 25 de abril de 1974 era uma pequena escola de província. Tinha concretizado a aspiração existente na cidade a um ensino de vocação empresarial, interrompido pelo encerramento de uma “Escola de Comércio” que teria existido na cidade do Porto e que a Primeira República terá encerrado (hesito entre a Primeira República e o Estado Novo, já depois de 1926, mas julgo que terá sido a primeira). Chamava-se “de Economia” mas era sobretudo uma Escola de Contabilidade e de Finanças Empresariais (mais do que de Gestão de Empresas), com rigorosamente um quinto da sua carga letiva entregue a disciplinas de Direito (incluindo áreas como o Direito Fiscal, o Direito Comercial e o Direito Corporativo, antecedente do que viria a ser o Direito do Trabalho). Nas águas furtadas do edifício da Reitoria da Universidade do Porto, tendo por baixo a Faculdade de Ciências (onde era ensinada toda a área da Matemática, de acordo com os cânones da época), julgo que ainda hoje ninguém consegue imaginar como conseguiu funcionar num espaço tão exíguo, com quatro salas de aula, onde se acantonavam os seus cerca de 30 docentes e os seus mais de 2000 alunos (única dimensão em que já era, essa “velha FEP”, razoavelmente grande).

Era dirigida, essa FEP, desde a sua fundação, pelo Professor Fernando Seabra, um Professor da Universidade de Coimbra (da Faculdade de Direito, ligado ao ramo das Ciências Político-Económicas que aí veio a desenvolver-se, tendo como figura maior, tanto quanto é do meu conhecimento, o Professor José Joaquim Teixeira Ribeiro). O Professor Fernando Seabra exercia as funções de Subsecretário de Estado do Orçamento (era Ministro das Finanças Águedo de Oliveira), funções que deixou de exercer no dia 15 de outubro de 1953 - e de onde terá transitado, julgo que de imediato, ou quase, para a Direção da FEP que, como vimos, iniciava então o seu primeiro ano de atividade.

INTERVENÇÕES PRÉVIAS

Ouvi dizer, por mais do que uma vez, que, no acesso a essa função de Diretor da FEP, o Prof. Fernando Seabra terá tido a concorrência do Prof. Armando de Castro - outro jurista da área das Ciências Político-Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com uma carreira universitária cortada pela ligação de sempre ao Partido Comunista Português e com uma vida que, por força dessa circunstância, se distinguia sobretudo pela defesa dos presos políticos nos tribunais do regime e por uma investigação intensíssima na área da História Económica, evoluindo depois, cada vez mais, para a Epistemologia e para a Ciência do Conhecimento. Não consigo dar por comprovada esta concorrência ao lugar de Diretor da FEP, tendo mesmo alguma dificuldade em imaginar como tal poderia ter-se passado (não creio que a Ditadura se caracterizasse por grande transparência, muito menos por grandes concursos para atribuição destes lugares). Não tenho a menor dúvida de que, quaisquer que tivessem sido os factos, Salazar não hesitaria na atribuição do lugar ao seu Subsecretário de Estado.

O número 2 da FEP era outro docente oriundo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - João Ruiz de Almeida Garrett, à data do 25 de abril Vice-Presidente da Assembleia Nacional. Distinguia-se pela ausência. Os docentes mais prestigiados eram os Professores Alberto Pedroso e Manuel Baganha, distinguindo-se, o primeiro, por uma formação muito sólida na área das matemáticas (era licenciado em Físico Químicas, tendo sido, depois, aluno do primeiro curso de licenciatura em Economia) - formação de índole quantitativa que fazia toda a diferença numa Escola onde predominavam, entre os docentes, os licenciados em Direito. Distinguia-se, o segundo, também aluno do primeiro curso de licenciatura em Economia ministrado pela Faculdade, por uma formação muito sólida na área da Contabilidade (sobretudo da Contabilidade Analítica), a que se juntava uma grande experiência prática no exercício

de funções de gestão nas empresas industriais da região. Eram os meus ídolos, tendo sido aluno dos dois e “colega” do primeiro, quando, a partir de 1970, fui convidado a exercer funções docentes na então disciplina de Economia I, do primeiro ano do curso de licenciatura.

Longe da capital, e da política, a FEP era, como referi, uma pequena “escola de província”, virada para si e para as empresas da região, onde era ministrado um ensino de índole predominantemente técnica, mais contabilístico e financeiro do que propriamente económico. Tinha escapado, por força dessa vocação, à turbulência que, desde finais dos anos sessenta, caracterizava a vida das grandes escolas de Lisboa, nomeadamente da maior de todas, o então ISCEF.

Os acontecimentos que se seguiram ao golpe militar de 25 de abril de 1974 puseram fim, em poucos dias, a esta pacatez e a esta FEP, tal como existia. O Professor Fernando Seabra e o Professor João Ruiz de Almeida Garrett foram logo saneados pela Junta de Salvação Nacional. Recordo-me de ter participado numa reunião de docentes em que a questão foi discutida (não consigo recordar já convocada por quem e com que efeitos práticos esperados, não me parecendo que, naquelas circunstâncias, a opinião dos docentes pudesse revestir-se de qualquer relevância). Recordo-me de praticamente nenhum dos então docentes se ter pronunciado a favor do saneamento do Professor Fernando Seabra (se algum) e de, com escândalo ainda que sem surpresa, pelo menos para mim, vários docentes se terem pronunciado a favor do saneamento do Professor João Ruiz de Almeida Garrett.

Poucos dias depois, a mesma Junta de Salvação Nacional integrava ou reintegrava no corpo docente da Universidade do Porto três intelectuais ilustres, vindos do exílio externo (o Professor Ruy Luís Gomes) ou do “exílio interno” (os Professores Armando de Castro e Óscar Lopes), assumindo, o primeiro, as funções de Reitor e os segundos as funções de, respetivamente,

INTERVENÇÕES PRÉVIAS

Diretor da FEP e Diretor da Faculdade de Letras. Alguns antigos alunos gostam de, ainda hoje, dizer que o convite dirigido ao Professor Armando de Castro se deve a uma deliberação tomada numa reunião geral de alunos mas atrevo-me a considerar que este pronunciamento não terá sido mais relevante do que o voto dos docentes no que se refere ao saneamento da cúpula da Direção da Faculdade. Pode, quando muito, ter-se revestido de alguma utilidade instrumental.

Ex-aluno e docente da FEP, vivi todos estes acontecimentos muito de perto. Era a minha vida, profissional e pessoal, em *"life time"* (como ouvi, uma vez, ao Professor Rui da Conceição Nunes, que por cá também andava, antes e depois do 25 de abril de 1974, em resposta à pergunta que alguém lhe dirigiu, querendo saber se exercia a função em *"full time"* ou em *"part time"*).

Recordo, como se tivesse sido hoje, o dia em que o Professor Armando de Castro fez saber que visitaria, pela primeira vez, as instalações da Faculdade, talvez em maio de 1974. Aguardávamo-lo, em fila indiana, os trinta docentes, ou o que restava deles (a maioria exercia outras atividades), capitaneados pelos Professores Alberto Pedroso e Manuel Baganha que, gentilmente, convidaram a Professor Armando de Castro a entrar para uma das quatro salas da Faculdade, para uma primeira troca de palavras com os docentes que o aguardavam. Com a afabilidade que sempre o caracterizou, o Professor Armando de Castro declinou o convite, dizendo que nos encontraríamos todos ao final dessa mesma tarde, numa "Assembleia Magna" convocada pelos estudantes e onde era suposto estarem todos os docentes, alunos e funcionários da Faculdade.

Acabou ali, ao final daquela manhã, ao cimo daquelas escadas, a "velha FEP". Ofendidos, os Professores Alberto Pedroso e Manuel Baganha não mais puseram os pés na Faculdade, não respondendo sequer às múltiplas convocatórias que se seguiram para os trabalhos de planeamento da licenciatura e do ano

letivo seguinte - professores em regime de contratos renováveis, viram esses contratos não renovados na primeira oportunidade, poucos meses depois (o Professor Manuel Baganha regressaria cerca de três anos mais tarde, no âmbito da "normalização" conduzida pelo então Ministro da Educação Mário Sottomayor Cardia).

Houve docentes que, voluntariamente, os acompanharam na saída; e houve os que, não tendo saído, se colocaram na posição prudente de *"wait and see"*, cumprindo nos mínimos indispensáveis para não verem os seus contratos também cancelados. Houve docentes, muito poucos (recordo Miguel Cadilhe e Amílcar Pina) que participaram ativamente nas discussões que se seguiram sobre o plano de estudos do curso de licenciatura em Economia, numa postura mais "social democrata", à época com muito poucas hipóteses de vencimento.

Contando com o apoio dos alunos (ou da minoria destes que, na vanguarda, se pronunciava em nome do coletivo), o Professor Armando de Castro viu-se acompanhado de muito poucos docentes. Recordo um quinteto, onde se incluíam "quatro miúdos" (Carlos Costa, Fernando Teixeira dos Santos, Maria de Fátima Brandão e eu próprio) e um docente um pouco mais velho (Vasco Airão, um jurista ligado ao Direito Comercial e às maiores empresas da região) que, caracterizado por elevadíssimos níveis de bom senso e de ponderação, e recolhendo um elevadíssimo grau de estima por parte dos estudantes (ao contrário do que se passava com a generalidade dos docentes), teria sido, sem margem para dúvidas, o primeiro Diretor da "FEP democrática" se a Junta de Salvação Nacional tivesse entregue a resolução da questão aos alunos e docentes da Faculdade, como veio a acontecer mais tarde, depois da "normalização".

Foram dias de vertigem, que recordo com emoção, sem nada de que me envergonhe e também sem nada de que me orgulhe, a esta distância temporal de mais de quarenta anos.

INTERVENÇÕES PRÉVIAS

Sendo necessário recompor o corpo docente da Faculdade, recorro as primeiras incursões a Lisboa, onde se encontravam, no serviço militar obrigatório e no exercício de funções docentes em “Escolas da capital”, ex-alunos e ex-colegas como José Madureira Pinto e José Fernando Falcão Carneiro. Chegou “gente muito avançada”, vinda quase sempre de experiências políticas mais ou menos radicais (de Paris, alguns; fugidos às Ditaduras do Brasil e do Chile de Pinochet, outros). De um modo ou de outro, saíram quase todos, pouco tempo depois, sem rasto relevante, permitindo-me recordar, no entanto, duas grandes exceções: Robert Rowland (ainda hoje docente do ISCTE-IUL) e Bayard Maria Boiteux (o revolucionário e ex-prespo político, ligado ao PC ou a um dos PCs brasileiros, que, durante muitos anos, a FEP inteira recordou como o único professor de Matemática que teve e que se mostrava capaz de encher uma sala com duas centenas de alunos, que o idolatravam - julgo ter sido o único docente da FEP a cuja memória os estudantes, numa atitude genuinamente democrática e participada, dedicaram o nome de uma das salas de aula da Faculdade, um dos seus maiores anfiteatros).

Chegou também o Carlos Pimenta. Foi o primeiro nome que ouvi ao Prof. Armando de Castro na hora em que conversámos sobre quem poderíamos convidar para reforçar o corpo docente da Faculdade. Não o conhecia e o Prof. Armando de Castro também não nos deu muitos detalhes: uma referência ao facto de se encontrar exilado em França; a ligação ao ISCEF, à Associação de Estudantes e às lutas estudantis no Instituto (só muito mais tarde vim a saber das funções docentes que tinha chegado a desempenhar e da perseguição política que tinha acabado por determinar o seu exílio em França). Para “bom entendedor”, ficou patente a proximidade política entre o Carlos Pimenta e o Prof. Armando de Castro.

Como já referi, presumo que estaria na Faculdade quando o Carlos Pimenta lá entrou pela primeira vez - e se, por qualquer

razão, não estava quando chegou, não terei tardado muito, eu próprio, a chegar também. Não havia razão especial nenhuma para que assim fosse, a não ser a de que se tratava de mais um colega, com a curiosidade acicatada pela circunstância de vir não tanto do inimigo (não chegava a tanto a relação entre a FEP e o ISCEF), ou do rival (a FEP não podia medir-se com o ISCEF, exceto, talvez, em amor próprio) mas “dos antípodas” (ainda que a pouco mais de 300 quilómetros de distância).

Por um daqueles acasos da vida que não sei a que atribuir (por isso os desígnios de acasos...), estivemos sempre muito próximos, dando-nos “como Deus com os anjos”. Recordo a primeira aventura conjunta nas áreas da Contabilidade Nacional (com que o Carlos Pimenta tinha lidado, julgo que em França, e de que eu era um dos poucos “cultores”, na FEP mais ligada à contabilidade empresarial). Iniciámo-nos ao mesmo tempo no estudo das questões monetárias, quando fomos lecionar, os dois, “Moeda e Preços”, uma disciplina anual do 4º ano da licenciatura. Depois de termos sido despedidos, e readmitidos, ambos, pela Comissão de Reestruturação nomeada pelo Ministro Mário Sottomayor Cardia, coincidimos na que seria a nossa maior aventura conjunta, “Política Monetária e Financeira”, uma disciplina semestral do 5º ano do plano de estudos da licenciatura, onde, seguramente durante mais de uma dezena de anos, tivemos também seguramente mais de um milhar de alunos (nós os dois e o saudoso António Torcato, o primeiro a tombar numa sucessão de mortes por cancro que vitimou vários docentes da Faculdade, no caso do António Torcato, “na flor da idade”).

Fizemos centenas de exames orais, primeiro os dois, em conjunto (como sempre deveria ser), depois cada um por seu lado (como acabou por ter de ser, dado o elevado número de alunos da disciplina). Mesmo “adocicado” pelo passar dos anos, mantinha-me como um dos docentes mais exigentes para com os alunos da Faculdade, na hora de os avaliar,

sendo-me grato recordar que sempre coincidi com o Carlos Pimenta nessa avaliação, ao ponto de poder dizer, hoje, aqui, que não teria a menor hesitação em assinar, “de cruz”, todas as classificações que atribuiu sozinho, estando certo de que o Carlos Pimenta procederia do mesmo modo para comigo.

A bem da verdade, devo confessar que não deve ter sido fácil ao Carlos Pimenta lidar comigo: eu era, ou considerava-me, então, um “menino bonito da FEP”, “filho da casa”, sempre bem tratado tanto pelos professores, primeiro, como pelos alunos, depois. A relação desenvolveu-se, no entanto, normalmente (mais do que normalmente, no meu caso, sendo a casa do Carlos Pimenta uma das poucas casas de colegas em que alguma vez entrei, tendo, então, tomado conhecimento com a sua esposa, Fernanda, com o seu filho, Edgar, que vejo aqui, ambos, e com a sua filha Catarina, que sei estar para chegar). Tudo isto se passou quarenta ou mesmo mais anos atrás, sendo impressionante a nitidez com que recordo as situações, e as pessoas, ao contrário do que me é habitual.

Na sequência do que me permiti designar de “normalização”, dei por terminadas, em 1979, as funções de Presidente do Conselho Diretivo, que exerci, e, em termos mais amplos, um envolvimento extensíssimo na vida política da Faculdade. Foi o tempo de começar a pensar no doutoramento (muito por força do incentivo que, no meu caso, me foi dado pelo José Madureira Pinto), como o havia feito também o Carlos Pimenta, antes (por força de um processo que presumo mais interior, porque, muito provavelmente, era esse o caminho que sempre teria querido prosseguir).

Coincidimos, então, na decisão de que nos candidataríamos a doutoramento no ISCEF, já então transformado em ISEG. Uma decisão mais natural no caso do Carlos Pimenta, que vinha de lá, e menos natural no meu caso (que nunca havia saído da FEP) mas que se nos tornou, a ambos, a única possível, sob risco de cairmos nas mãos de um júri nomeado pelo

Professor Rui da Conceição Nunes, que não deixaria de nos “tratar da saúde”, ajustando contas há muito prometidas (no meu caso, o Professor Rui da Conceição Nunes levou a diatribe ao ponto de ter forçado o Conselho Científico da Faculdade a votar uma proposta sua no sentido de que, depois de doutorado pelo ISEG, deveria submeter-me a um processo de equivalência, como acontecia, então, com os colegas que obtinham os seus doutoramentos em Universidades estrangeiras. Foi derrotado julgo que pela totalidade dos outros membros do Conselho Científico da Faculdade, não porque todos gostassem um pouco mais de mim mas porque a sua proposta era pura e simplesmente ilegal. Não pôde fazer literalmente nada para impedir o meu acesso ao grau de doutor, e o meu acesso ao corpo de professores da FEP, o “pobre”, ainda que sempre simpatiquíssimo, Professor Rui da Conceição Nunes).

Foi o tempo de a relação se inverter e de eu ter passado a ver no outro, no caso, no Carlos Pimenta, quem era o “menino bonito”. Doutorou-se primeiro, tendo por orientador o Professor Francisco Pereira de Moura – um ídolo para qualquer jovem, ou menos jovem, que, no nosso País, se iniciasse num processo de investigação em Economia. Muito bem tratado pelo ISEG, que mal me conhecia e que, sobretudo, não tinha nenhuma obrigação para comigo, não tive a mesma sorte – sem prejuízo de, como referi, ter sido tratado de forma irrepreensível, para não dizer generosa. E dei por definitivamente comprovada a tese, muito própria, de que, se saísse reprovado num processo de doutoramento no ISEG, a responsabilidade teria sido só minha, porque não teria merecido que o grau me fosse atribuído; enquanto, caso saísse reprovado num processo de doutoramento na FEP, a responsabilidade continuaria a ser só minha, mas por uma razão muito diferente: por ter aceite jogar esse jogo, num terreno que sabia minado. Julgo que o Carlos Pimenta não terá pensado de forma muito diferente.

INTERVENÇÕES PRÉVIAS

O doutoramento foi, para o Carlos Pimenta, o que deve ser: o início de uma carreira académica, prosseguida, sem interrupções nem sobressaltos, no concurso para Professor Associado, nas provas de agregação e no concurso para Professor Catedrático. E foi, para mim, o que nunca deveria ter sido: o fim de uma carreira académica mal iniciada, a partir do momento em que reabriu as portas que as minhas “diatribes” no pós-25 de abril de 1974 me haviam fechado, em alguns casos justamente, noutros nem tanto.

À medida que me ia afastando (tereí deixado a dedicação exclusiva logo no ano em que me doutorei, 1986), o Carlos Pimenta foi-se dedicando mais e mais à Faculdade. Tornou-se respeitadíssimo pelos alunos, que em momento algum vi “cobrarem-lhe” a ligação política que nunca recusou (e que julgo que permanece) mas que nunca interferiu na sua relação com os alunos. Foi pioneiro no lançamento, na FEP, dos estudos económicos aplicados, de grande exigência em matéria de relação com os alunos - onde, se me é consentido algum reparo, a partir de determinado momento, julgo poder encontrar mais excesso do que carência, no que, a meu ver, se aproximou de algumas formas de paternalismo. Presidiu, julgo que por mais do que uma vez, ao Conselho Pedagógico da Faculdade, órgão a que também cheguei a pertencer mas que nunca me motivou tanto como o Conselho Diretivo.

Na esteira do Professor Armando de Castro, de quem talvez seja, hoje, o maior seguidor, o Carlos Pimenta empenhou-se nos estudos da Epistemologia aplicada à Economia (à Ciência Económica e à Economia Política, nas várias formulações que a disciplina veio a conhecer). Criou o OBEGEF (Observatório de Economia e Gestão da Fraude) em que não sei o que admirar mais, se o elevado grau de reconhecimento público conseguido pelos trabalhos realizados num tema consabidamente difícil (a corrupção e a fraude), se o elevado grau de envolvimento no projeto que conseguiu junto de praticamente todo

o “quem é quem” nas áreas da Criminalidade Económica em Portugal (das autoridades fiscais às autoridades do sistema judicial).

Não haverá um único ex-aluno da FEP, hoje com idade entre os 25 e os 65 anos, que não recorde o Carlos Pimenta e não tenha dele uma boa recordação - como os mais velhos, em que me incluo, recordam e recordarão os Professores Alberto Pedroso e Manuel Baganha. Por razões distintas, como é próprio do evoluir dos tempos. Recordá-lo-ão ainda durante mais tempo, a si, ao seu corpo grande (alto, e largo, hoje bastante mais esbelto), e ao seu vozeirão (hoje menos tonitruante), as salas, os corredores e as paredes da FEP (da “FEP democrática” que, depois dos tempos do “ensino crítico e científico”, e de todos os seus excessos, enterrou de vez a “velha FEP da contabilidade e das contas”).

Desejo ao Carlos Pimenta uma vida tão longa e tão feliz quanto possível, na companhia da Fernanda, do Edgar, da Catarina e dos seus netos (que não conheço).

Frederico Katz

Nosso grupo, que é de pessoas que tem apreço pelo Carlos, é muito amplo. Ai estão, naturalmente, a família, os amigos, os companheiros de jornada e luta, os colegas e muitos conhecidos. Mas, também compõem este grupo, os que o admiram como homem, como intelectual, como mestre, e como militante por um mundo com sociedades mais justas, e em paz com a natureza. Pois, no dia 05/09, este conjunto será certamente dominado por aquele estado de espírito que os ingleses chamam de *mixed feelings*. Sentimentos muitos que se cruzam traçando caminhos diferentes.

De uma parte, contemplando uma carreira que tem se desenvolvido plena de sucessos, e que avança mais um passo, para um patamar ainda mais alto com o reconhecimento dos valores e feitos de nosso amigo (inclusive, desculpem a intromissão, acho que não deixarão passar a oportunidade de lhe outorgar o título de Professor Emérito), são sentimentos positivos de satisfação e de felicidade, por uma trajetória que, no Brasil descreveríamos como, 'Do Bem', e que está sendo merecidamente premiada/comemorada.

De outra parte, talvez, poderão estar presentes sentimentos de receio. Estes seriam, e.g., um tipo de temor de perda. De suas orientações, de seus refletidos e estimulantes conselhos,

do homem como fonte de informações, e mesmo como luz no fim do túnel, dado ao seu vasto domínio de áreas como a Economia e a Filosofia. Sim, é verdade que, naturalmente, a distribuição da disponibilidade e do tempo de Carlos pode mudar um pouco. E talvez isso conduzisse, alguns, a preocupações deste tipo. Mas, só para aqueles que não o conhecem há muitos anos como eu.

Sua curiosidade científica e seu amor pelos estudos, não permitirão que o Carlos se distancie de uma intensa vida intelectual. Aliás, li certa vez que Leonardo da Vinci considerava que uma característica do espírito de certos homens que, por sinal ele mesmo esbanjava, a 'curiosité', seria a maior causa das descobertas e inventos. E o Carlos sempre foi, sem dúvida, um homem curioso, como prova sua amplitude de interesses, inclusive também por temas que nem eram centrais em sua vida profissional. Mas, uma vez despertado o espírito da 'curiosité', seja pela própria economia ou matérias afins, como a História a Geografia, a Filosofia ou temas como os movimentos Financeiros internacionais e as fraudes, ou pelo Xadrez e a Filatelia, a abordagem de Carlos tem sempre sido séria e profunda. Em todos estes temas deixou suas contribuições, em artigos, livros, blogs etc. Aliás, abrindo um parênteses, fiquei absolutamente impressionado, ao dar uma olhada em seu sítio pessoal, com a vastíssima quantidade de material científico que o Carlos produziu. Fecho o parênteses. Mas, também muito importante, e que demonstra uma outra capacidade, a de liderança, contribuições que deu na construção de associações de outros interessados por seus temas. Como por exemplo a Sociedade de Economistas de Língua Portuguesa, uma associação de Filatelistas, um observatório de Economia Internacional e fraudes, o Centro de Estudos Africanos, a Cátedra de Humanismo Latino etc.

Então, para encerrar as referências àqueles que temem o lado das perdas, quero afirmar que tenho certeza que Carlos

continuará sendo um valioso recurso de apoio, para os que procuram entender melhor a realidade, no sentido de melhorá-la. Até porque, aí se fundem a generosidade com a curiosidade.

Nesse sentido, quero dar um testemunho, e aproveitar para agradecer publicamente, o inestimável apoio que Carlos tem me concedido em relação à minha atividade acadêmica. Mais de uma vez, quando ele desconfia de um silêncio prolongado, me escreve e desafia. Têm sido ocasiões em que estava de fato desmotivado. Carlos me estimula a voltar a produzir, inclusive, colocando-se à disposição para participar comigo, na verdade para alavancar, o trabalho.

Também, gostaria de relembrar alguns momentos do processo de construção da nossa amizade, que reputo forte e estável. Com um Atlântico pelo meio, e encontros físicos apenas ocasionais, isto quando ainda não era trivial a comunicação pela Internet, a amizade só se tornaria forte se tivéssemos muito em comum. E foi o caso. Desculpem-me, contar algumas passagens da minha vida, mas isto é para que, vocês que conhecem o Carlos, observem certas linhas em paralelo.

1. Geografia. Deu-se o fato de que, por alguma razão que desconheço, a maioria dos Portugueses que vieram para Recife eram originários do Norte de Portugal, muitos do Porto. Daí a rede de sapatarias Esposende, a Construtora e Imobiliária Rio Ave e muitos outros. Mais recentemente o caso do Delta café. Empresa de um grupo do Norte de Portugal, que ao se expandir para o Brasil, escolheu o Recife para seu primeiro pouso. Por alguns anos só Pernambuco tinha Cafés Delta no Brasil. Como nesta primeira praça os negócios andaram bem, seguiu-se uma expansão por muitos estados brasileiros. Em partes do Brasil, diz-se que o Café Delta é algo de Pernambuco.

2. Política I. Nos idos da década dos 60, para dizer claramente, eu já estava contaminado pelo vírus da política. Não era para menos. E tudo necessário para isto era, acho que ainda

é, uma consciência social e desejo de justiça. O resto foi o ambiente de Recife – Pernambuco. Terra das Ligas Camponesas, do Governador Miguel Arraes e de grandes heróis comunistas como Davi Capistrano e Gregório Bezerra.

Aconteceu então em 1961, a operação Dulcineia. Portugal estava sob a ditadura de Salazar, já há décadas, quando o Capitão Henrique Galvão, em combinação com o general Humberto Delgado deflagraram esta operação com nome de mulher. O navio Santa Maria, a joia da frota portuguesa, saiu de Portugal com destino a Miami em 22/01/1961. Em alto mar, o Capitão Henrique Galvão com um pequeno grupo de cerca de 20 homens, da Direção Revolucionária Ibérica de Libertação, dominou o navio que tinha 350 tripulantes e 612 passageiros. A ideia inicial era atacar Luanda de surpresa, conquista-la e, a partir daí, derrubar os governos de Portugal e Espanha. Porém, no primeiro embate, houve feridos e um morto. A consciência humanista de Galvão levou-o a dirigir-se para a ilha de Santa Lúcia, próxima, onde desembarcou os feridos, alguns dos quais demandavam cuidados urgentes. O sigilo da operação ficou comprometido e horas depois um avião norte-americano começou a seguir o Santa Maria, já agora o Santa Liberdade. Humberto Delgado estava exilado no Brasil e para lá dirigiu-se Galvão. Pois, Galvão ancorou EXATAMENTE em Recife. Na cidade passamos a acompanhar tudo. Tripulantes e passageiros desembarcaram e os rebeldes se entregaram às autoridades brasileiras obtendo de imediato asilo político. Este episódio esclareceu para mim alguns aspectos da situação política de Portugal, a existência da ditadura de Salazar, com suas atrocidades, e dos movimentos de revolta democrática. Ao mesmo tempo em que me levou a inclinar minhas simpatias pela Esquerda.

3. Política II. Dois anos depois, em 1963, já se falava que Recife passara a ter um curso de matemática que se ombreava aos melhores do Brasil. Como se dera esta rápida e dramática

transformação? A figura central da explicação é o matemático Professor Ruy Luís Gomes, nascido aqui na cidade do Porto. Sobre o mesmo já li referências como: uma das maiores figuras intelectuais de Portugal no Século XX. Desde 1929 Prof. Ruy já pertencia a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Em 1951 o Prof. atendeu ao pedido das oposições e foi candidato a presidente de Portugal, concorrendo com Craveiro Lopes. Como muitas vezes acontece, e em muitos países, a Suprema Corte cassou sua candidatura. O Prof. foi preso em duas ocasiões. Em 1958 foi em exílio forçado para a Argentina, para Baía Blanca, e de lá, em 1962 Exatamente para Recife. Na verdade Prof. Ruy liderava um grupo de 6 a 10 professores de Matemática Portugueses de primeiríssima linha. Lembro-me ainda de vê-lo no aeroporto do Recife embarcando para Portugal, logo com as primeiras notícias da Revolução dos Cravos em 1974. Outros professores, como meu mestre José Morgado Cardoso Junior ficaram um pouco mais em Recife, para terminar o que estava em andamento. De volta a Portugal o Prof. Ruy foi membro do Conselho de Estado e Reitor desta Universidade do Porto (1974 - 1975).

Quero dizer que aprendi muito com estes professores portugueses. E não foi só a apreciar referências portuguesas, das quais eles tinham tanta saudade e, e também não aprendi só alguma matemática com eles, e com ela, Professora Maria Helena, esposa do Morgado. Quantas não foram as lições de ética, de profissionalismo, de despreendimento, de sede de justiça e outras deste tipo, que recebemos durante as aulas e nas boas conversas fora das aula. Estudei com eles durante todo meu curso de Bacharelato em matemática. Atuei sempre na oposição a ditadura militar. Por razões que já coloquei antes, dei uma virada para a Economia, tendo concluído a licenciatura e o mestrado no Recife, e o Doutorado na Universidade de Londres. Voltei para Recife para ensinar na Unversidade Federal de Pernambuco. Durante todos estes anos me liguei

cada vez mais fortemente a uma abordagem Marxista das Ciências Econômicas.

Voltando a coisa do paralelismo, também na década dos 60 o Carlos já participava do movimento de oposição à ditadura Salazarista, e em 1969 escreveu Carta, como estudante, membro da CNEP, descrevendo e denunciando os feitos da ditadura. Muitas coisas importantes aconteceram em sua vida profissional e política, como ouvimos nos outros testemunhos. E, poderia dizer como disse antes, que durante todos os anos seguintes Carlos se ligou a uma abordagem Marxista da Economia cada vez mais mais profundamente.

Na história de nossas relações, aconteceu a seguir, isto já pelo fim da década dos 80, a visita de Carlos a Recife, como Pró-Reitor desta Universidade, em plena campanha pela constituição da Sociedade dos Economistas da Língua Portuguesa. Nos conhecemos, e os elementos que tínhamos em comum - teóricos, políticos e ideológicos, fizeram com que logo nos tornássemos grandes amigos. Sim, as linhas mais técnicas, mais "duras", nos aproximaram, mas, houve coincidências também nas linhas mais "soft". Com esta expressão me refiro, por exemplo, a coisas da forma de comportamento pessoal, da forma de relacionamento com os próximos e outras características de personalidade e ou de espírito. Vale dizer que, quando nossas mulheres e filhos se conheceram, houve também o desenvolvimento espontâneo e quase imediato de uma grande empatia. A destacar que Silvia e Fernanda se comunicam com frequência até hoje.

Me referi a coisas do espírito. E, não estou falando de nada extraterreno. Quase toda minha família foi morta na segunda grande guerra. Por longo tempo, minha família foi então só meus pais e um irmão mais velho. Nada de primos ou tios. Meu pai morreu na década dos 60, e minha mãe na de 90 enquanto que meu irmão se foi logo na passagem do século. Da família original então fiquei só eu. Carlos, por sua parte, é filho único,

INTERVENÇÕES PRÉVIAS

portanto de família também pequena. No meu entender, bem, pelo menos penso assim, nosso encontro e as identificações que se apresentaram a seguir, também se consolidaram, rápida e fortemente, para preencher vácuos, com uma relação fraterna. Também por esta razão estou hoje tão feliz.

Parabéns Mano Carlos.

ÚLTIMA AULA



CARLOS PIMENTA



CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

1. Em primeiro lugar e antes da aula propriamente dita, se por tal termo se pode designar o que hoje nos junta aqui, numa época imprópria para tais iniciativas, gostava de agradecer a vossa presença.

Em segundo lugar quero confessar-vos que após quarenta e três anos de ensino continuado - e quarenta e sete de início da profissão (no antigo ISCEF), interrompido pela polícia política de então que não autorizou a assinatura de contrato - sinto-me sempre nervoso quando das aulas de início do ano lectivo. Se isso acontece em condições normais, imaginarão facilmente como me sinto hoje, pelo que peço a vossa benevolência.

2. Como sabem licenciiei-me no ISCEF (actual ISEG)⁽¹⁾, embora nos dois últimos anos do curso me ter sentido de tal maneira desmotivado (depois da experiência de diversos cargos associativos na crise académica de 1968/9, perante um ensino deficiente, salvo algumas honrosas excepções, e um ambiente pouco propenso ao diálogo) que assumi a possibilidade de desistir.

Contudo foi nessa escola que encontrei dois professores que marcaram profundamente a minha personalidade. A eles devendo parte do que sou. Um deles foi Francisco Pereira de Moura que me ensinou a gostar de Economia, que soube aceitar a troca de ideias, respeitando as posições diferentes da sua, que soube opor-se ao sistema político de então, com dignidade e coragem. Que teve a ousadia de ensinar Keynes e de estar ao lado da luta estudantil contra a PIDE/DGS e a polícia de choque. O outro foi José Albuquerque que nos introduziu em matérias que vieram a ter uma enorme importância na

⁽¹⁾ Diga-se também que foi nessa mesma escola que fiz o doutoramento, tendo-a procurado para tal menos de 24 horas depois do professor mais graduado na FEP na altura me ter dito que nunca faria aqui o doutoramento com a orientação de Suzanne de Brunhoff.

minha formação, maior do que na altura imaginária (como a Topologia e as Lógicas Trivalentes) e que, sobretudo, mostrou que a ciência constrói-se e que o erro faz parte da aprendizagem: são inesquecíveis as suas aulas em que procurava novos teoremas e demonstrações e que, depois de encher o quadro de símbolos, declarava “isto está tudo errado; vou pensar melhor neste teorema e depois digo-vos”.

3. Neste encadeamento de recordações é um compromisso de honra recordar o professor e colega a quem mais devo por mil e uma razões. Refiro-me ao Professor Armando Castro: o director, o epistemólogo, o historiador, o economista, o incansável investigador com a sua constante modéstia.

Poderia passar horas a invocar as razões da minha grande admiração por essa eminente figura da História de Portugal mas não é este o local apropriado para o fazer⁽²⁾. Apenas gostaria de dizer-vos que devo a ele o estar aqui agora. Enquanto assistente as minhas dificuldades económicas eram muitas e não hesitei em aceitar uma proposta de uma empresa em que iria ganhar mais do dobro. Entretanto encontrei na Rua 31 de Janeiro Armando Castro. Expliquei-lhe que ia abandonar a Faculdade tendo ele revelado grande compreensão pela minha decisão. Despedimo-nos e ao fazê-lo disse com a voz tranquila que o caracterizava: “pois é, para fazer investigação é preciso muita coragem, muita coragem”. Despedimo-nos e cada um seguiu o seu caminho. Essas frases ainda hoje me entoam nos ouvidos e nesse mesmo dia telefonei para a empresa recusando a saída da FEP.

4. Por último, garantir-vos que apesar desta sessão ser designada «última aula» não será certamente a última. Alguém disse em circunstâncias similares

.....
⁽²⁾ Em breve comentário apenas uma grande mágoa: que tenha deixado livros escritos que nunca foram publicados.

“Enquanto não me falecer a lucidez no espírito e a força nas pernas, sempre direi que quem me procurar me encontrará, dentro ou fora da academia, nos lugares onde é suposto eu estar” (Rosas 2016, 46)

Acrescentarei: eu também procurarei.

INTRODUÇÃO

A nossa preocupação fundamental neste diálogo convosco é essencialmente chamar a atenção da importância social, logo económica, da fraude nos dias de hoje, e proceder a uma reflexão crítica sobre a forma como a Universidade do Porto (melhor, algumas instituições e as pessoas que as alimentam) tem encarado o seu processo organizativo e formativo nesta área, contribuindo ou não para uma melhor sociedade no futuro.

Contudo, antes de mais, algumas considerações.

E primeiro lugar peço desculpa pelo facto dos anos de ensino me terem desensinado a dar (ou vender) o que é frequentemente designado como aulas magistrais. Só consigo encarar o ensino, visando essencialmente a aprendizagem, como um processo de diálogo mútuo entre docentes e discentes e entre estes, em que todos procuram construir, utilizando uma metodologia científica, a sua verdade, sempre colocada à prova dos factos, à reflexão crítica e aos contributos de outros saberes científicos. Sinto-me mais um treinador da reflexão crítica do que um professor. Contudo esta nossa conversa aproxima-se mais da dita aula magistral que do treino referido.

Em segundo lugar farei meramente um sobrevoo sobre a problemática da fraude nas sociedades contemporâneas, e nomeadamente na Europa. O tempo disponível e a vossa paciência têm limites. Espero, contudo, revelar a capacidade de vos chamar a atenção para a grande importância do problema,

utilizando preferencialmente uma linguagem mais perceptível para os economistas. Sei que nós estamos muito presos a uma certa terminologia, a uma ilusória racionalidade e às quantificações (embora esquecendo frequentemente o que elas significam individual e socialmente, traduzíveis em momentos da vivência quotidiana dos cidadãos). Apesar de ser um sobrevo não posso deixar de agradecer empenhadamente a todos os colegas sócios do OBEGEF, associação privada sem fins lucrativos com uma modesta sede na FEP, o que me têm ensinado e pelos desafios que me têm lançado.

Em terceiro lugar sei por experiência própria os equívocos que podem existir quando o emissor e o receptor utilizam a mesma terminologia para designar ideias díspares. Por exemplo, quando se preparava o lançamento da primeira Pós-Graduação em Gestão de Fraude, então na FEP (e tenho de deixar um muito obrigado ao colega Mário Rui Silva) alguém me sugeriu que conversasse com o único certificado ACFE então existente no nosso país. Eu falei de Economia Paralela que estudava há décadas e ele falou-me de Fraude que ajudava a detectar na empresa em que trabalhava. Foi uma conversa de surdos porque nenhum de nós entendeu o que o outro disse. Neste caso houve a lucidez de perceber que o que não tínhamos entendido e sabermos que um projecto pode ser melhor se for a conjugação de esforços de pessoas bastante diferentes no pensarem e agirem. Por isso começaremos por precisar o conceito de fraude.

A FRAUDE, A HIDRA

1. Este é o título da primeira crónica do OBEGEF no *Jornal i* em Dezembro de 2012 (<https://obegef.pt/wordpress/?p=1097>), assinada por mim. Continuo a subscrever quase tudo o que então afirmei, nomeadamente o primeiro parágrafo, que transcrevo:

“A fraude é uma hidra, que em vez de encontrar um Hércules capaz de degolar as suas sete cabeças, pavoneia-se entre os humanos, reproduzindo-se no consumismo, numa existência utilitarista alicerçada na convicção que até os valores mais sagrados do humanismo são transaccionáveis, no turbilhão dos negócios, num enfraquecimento da honra e da coesão das relações sociais, na degenerescência ética.”

Contudo desde então a lista das fraudes e a suas classificações possíveis evoluíram muitíssimo, em parte pela dinâmica da realidade social, onde a ganância e a imaginação imperaram, mas essencialmente pelo meu conhecimento do que anteriormente desconhecia, pela diversidade de situações com que me defrontei. Desde então muitos elementos foram acrescentados à sua definição. Provavelmente no futuro novos elementos serão acrescentados, mas a definição que aqui vos apresentamos é a possível neste momento:

“fraude é todo o acto intencional de pessoas, individuais ou colectivas, perpetrado com logro, e que causa, efectiva ou potencialmente, vantagens para alguns ou danos a outros e que violam as boas práticas sociais, a ética, ou a lei”

2. Começemos a autopsiá-la.

- No linguajar corrente «defraudar» é cometer fraude, é “espoliar por meio de fraude” (Costa e Melo 1995). O namorado que declama o seu amor perante terceiro defrauda quando tais declarações shakespearianas são falsas e visa apenas convencer o parceiro a fazer sexo; o político defrauda quando os seus actos legislativos ou executivos são radicalmente diferentes dos prometidos em campanha eleitoral; a empresa defrauda quando manipula os resultados contabilísticos para pagar menos ao Estado do que os impostos que seriam devidos. Só neste último caso

podemos falar em «fraude económico financeira», que é a que nos interessa do ponto de vista económico. A definição anterior centra-se neste tipo de fraude⁽³⁾.

- Um elemento fundamental da fraude é o «logro». Alguém foi enganado, levou gato por lebre sem o saber. Quando o casal se zangou sabem que estão zangados e que têm eventualmente de tratar da divisão dos bens; quando um individuo é assaltado sabe que o foi e mesmo que o ladrão seja um hábil carteirista apercebe-se da situação quando constatar que a não tem. Quando um indivíduo compra um bem contrafeito usa-o julgando que se trata efectivamente de uma determinada marca; quando julga alugar uma casa de férias na internet que efectivamente não existe não o sabe até ao momento em que detecta que foi defraudado; quando uma empresa concorre a um concurso público não sabe que os responsáveis pela avaliação das propostas foram corrompidos e que o resultado final já está decidido; quando se foi a um site e se importou sem saber um vírus que bloqueia o sistema só toma conhecimento da situação quando constata essa situação e lhe é pedido um resgate. Quando o gestor de conta na banca lhe compra lixo tóxico dizendo-lhe que tem o retorno do capital garantido pode andar enganado até precisar desse dinheiro ou o banco ir à falência.

.....
⁽³⁾ Estas problemáticas, implícitas nas abordagens feitas pelos sócios do OBEGEF, em plena liberdade intelectual de reflexão, foram pela primeira vez epistemologicamente tratadas quando da primeira conferência internacional, tendo dado lugar a um artigo: (Pimenta e Afonso 2014). Chamamos a atenção para ele porque se aborda uma questão essencial para a problemática do ensino, mas que não trataremos nesta singela comunicação: a reduzida relevância da temática da fraude nas revistas científicas até então e, provavelmente até hoje. Como um professor não vale pelo que sabe, pelo que ensina e pelo que investiga mas pelo que publica em revistas da «nobreza conceptual», a situação referida pode ser uma dificuldade organizativa ao que abordaremos sobre a investigação e o ensino da fraude económico-financeira. Dificuldade tanto maior se nos limitarmos a olhar o horizonte à espera de Godot (Beckett sd.)

O logro implica a existência de um período de desconhecimento de que foi defraudado. A ACFE (2018, 14), para o tipo de fraudes que analisa⁽⁴⁾, constata que

“A duração mediana de todos os casos de fraude em nosso estudo foi de 16 meses. No entanto, é lógico que quanto mais tempo uma fraude não for detectada, maior será o esquema. (...) as fraudes que duram mais de 60 meses são dispendiosas mais de 20 vezes do que as que são capturadas nos primeiros seis meses. Nossos dados também indicam que os fraudadores tendem a começar com pequenas e aumentam rapidamente os seus montantes nos primeiros três anos. ”

Há vários exemplos de fraudes que foram detectadas e denunciadas publicamente e que as autoridades não tiveram na devida conta, pelo que se arrastaram durante anos. O caso Madoff é um exemplo⁽⁵⁾, mas quase certamente que muitos reguladores serão capazes de reportar, mesmo sem a ajuda do espírito santo, situações similares vividas por eles. Não será difícil mesmo admitir que há fraudes que nunca são detectadas.

- A intencionalidade tem a ver com a responsabilização. Esta relação normalmente não é polémica, considerando-se que uma fraude que resulta de um erro não pode levar à condenação do seu autor. Contudo as fronteiras entre erro e intencionalidade nem sempre são claras. Mas também aqui podem surgir situações dúbias, sobretudo quando uma determinada acção é «correcta» num contexto e «incorrecta» noutra. Vamos admitir, embora qualquer semelhança com a realidade seja pura coincidência, que um recém-licenciado vai para a secção de marketing de um supermercado que tem dados empíricos demonstrativos que o

⁽⁴⁾ Verificaremos oportunamente que trata essencialmente da fraude ocupacional nas empresas.

⁽⁵⁾ Há vários trabalhos sobre o assunto, alguns dos quais no YouTube. Veja-se, por exemplo Markopolos (2010)

preço é o factor primordial de escolha por parte dos consumidores; inventa um esquema de saldos ou promoções em que um conjunto de bens é vendido mais caro que o preço médio dos últimos três meses com uma publicidade (agressiva) de que está mais barato. Provavelmente para a empresa é um comportamento normal, de acordo com algumas regras do marketing. Contudo para o consumidor é uma fraude porque a informação que lhe é prestada não corresponde à realidade: é logrado.

- Dos diversos exemplos parece claro, não carecendo de explicações adicionais, que os comportamentos intencionais podem ser de um indivíduo, de um conjunto de indivíduos (quando há conluio) e de uma instituição (por exemplo, uma empresa, uma ONG ou uma organização criminosa transnacional).
- Porque estamos a referir fraudes económico-financeiras há custos e benefícios envolvidos: causa vantagens para alguns ou danos a outros: parece-nos evidente carecendo de muitas explicações. Apenas alguns apontamentos:
 - A utilização do «ou» significa que pode ser uma das realidades ou ambas, sendo esta última a situação que mais seria de esperar, isto é, a possibilidade de contabilizar os custos e os benefícios.
 - Em alguns tipos de fraudes é fácil contabilizar ambos (por exemplo, quando num negócio entre dois particulares um é burlado pelo outro); noutras é fácil contabilizar os custos directos mas os benefícios são de difícil contabilização (por exemplo, quando é viciado o resultado de um evento desportivo para que se obtenham certos resultados nas apostas ilegais) outros acontece exactamente o contrário (por exemplo, quando por um acto de corrupção uma determinada empresa ganha um concurso internacional em detrimento de uma imensidade

de concorrentes); em algumas situações ambas serão difíceis.

- Os custos e benefícios serão diferentes durante a existência da fraude sem que se saiba que existe; quando da sua detecção e quando da sua eventual condenação judicial;
 - Há custos e benefícios que são, ao longo desse processo, reversíveis (por exemplo, no caso da referida burla entre particulares) e noutros irreversíveis.
 - Há custos e benefícios directos e indirectos e nestes pode haver diversas ondas de choque (ex. a administração de uma empresa faz um desfalque, donde resulta a sua falência; esta significou o seu encerramento e o desemprego de assalariados, a diminuição de negócio de outras empresas e a perda de impostos, etc.)
- Quando os custos e benefícios se efectivam podemos falar de um conhecimento social da fraude. Contudo esta pode ter sido praticada, sem que se efective, sem haver conhecimento social. Por exemplo, quando se põe anúncio de uma casa para férias que não existe está-se imediatamente a cometer uma fraude, mesmo que ninguém responda a ele; quando se omite deliberadamente informações na solicitação de uma apólice de seguro de saúde está-se a cometer uma fraude, mas as falsas informações podem nunca se virem a ser precisas.
- Consideremos, finalmente, a parte mais controversa da referida definição: “violam as boas práticas sociais, a ética, ou a lei”. Montesquieu afirmava “uma coisa não é justa porque é lei, mas deve ser lei porque é justa” (Montreynaud 1991), da qual podemos deduzir que há coisas que são justas e não são lei e há leis que não são justas. Provavelmente não será difícil encontrar exemplos.

Contra esta concepção de fraude levantam-se frequentemente dois argumentos jurídicos fundamentais: (a) enquanto o que está estabelecido na lei é objectivo e positivo o que corresponde às práticas sociais «boas» é muito subjectivo; (b) para se combater a fraude só a lei pode ser uma referência.

São argumentos importantes, mas que carecem alguns comentários.

Em primeiro lugar juridicamente só se pode dizer que uma lei foi violada quando transitou em julgado, o que significa que durante muitos anos não se pode considerar que houve fraude. Simultaneamente são conhecidas as interferências da criminalidade de colarinho branco sobre os circuitos da investigação criminal e o seu julgamento (para além de tal poder acontecer por outras razões e contextos, quando por exemplo, a fraqueza financeira de um Estado cria «perdões fiscais» e arquivamento de todas as investigações sobre quem os aceitar). E quando o presumido defraudador não é condenado em tribunal porque em muitas matérias nunca pode haver a garantia absoluta, devido ao logro inerente ao processo, ou porque foi ultrapassado um prazo ou uma falha formal? Em síntese, o labor de prevenção, detecção e combate à fraude tem sempre uma dose de subjectividade mesmo utilizando métodos científicos testados que pouco tem a ver com a “objectividade” da lei.

Em segundo lugar diferentes comportamentos que têm o mesmo significado económico-social podem ter classificações jurídicas diferentes ou mesmo umas serem ilegais e outras legais. Ilustrava recentemente esta situação num artigo de *O Economista* de 2018:

“Vamos pois falar da “corrupção político-administrativa”. Envolvendo pagamentos (por exemplo, directamente em notas ou um pagamento comercial a um «testa de ferro» em algum

offshore) ou simples olhares que envolvem uma promessa de uma elevada remuneração futura, o saber acumulado de que «quem dá uma de leite para vir a receber uma de azeite» ou o condicionamento do partido político por financiamentos formais ou informais. Processando-se por contacto directo ou por interpostos e competentes intermediários.”

Em terceiro lugar devemos dar grande razão ao segundo argumento. Como dissemos há três momentos no trabalho antifraude: prevenção, detecção e combate. Nas duas primeiras tem de se ter em conta a lei (tanto a que existe, nacional e internacional, quanto a que deveria existir), mas também a maneira dos defraudadores se comportarem, a resolução do conflito entre o âmbito internacional e o nacional da sua manifestação e combate, o comportamento social (de aceitação ou condenação), a existência de regulação e fiscalização (com tudo o que isso implica sobre as instituições existentes e a sua forma de funcionamento), entre outros aspectos. Contudo, quando se pretende reprimir a fraude detectada, a referência da lei assume o primado, ou a exclusividade.

Em quarto lugar quem estuda a fraude sabe bem a importância da consideração de um outro conjunto de argumentos de natureza psicológica, sociológica, histórica, criminológica, institucional, cultural, ideológica e, obviamente, económica e jurídica. Podemos mesmo considerar que há leis que não existem porque seriam mais eficientes a combater a fraude e outras que visam (provavelmente pela consideração errada de determinados elementos de análise, nomeadamente económicos) tornar as fraudes legais. Na nossa opinião é o que acontece com os *offshores*, a fraude fiscal e o branqueamento de capitais.

Dito isto podemos admitir que as «boas práticas sociais» (no contexto social em que se insere o defraudador) corresponde à moral vigente (“conjunto mais ou menos

organizado de normas e valor a que o indivíduo submete livremente as suas acções, obrigando-se a respeitá-las reconhecidas objectivas e universais” (Grand Dictionaire de la Philosophie in Pimenta 2017b, 358)) e se entendermos a ética como sinónimo de moral, poderíamos falar apenas em «boas práticas vigentes».

3. Eis o que entendemos por fraude. Uma multiplicidade de situações que são parte de um processo. Uma multiplicidade de situações que pode envolver uma grande diversidade de intervenientes, uma grande diversidade de processos, uma grande discrepância de meios, uma grande diversidade de causas e efeitos, uma grande variedade de contextos legais e éticos.

Cada fraude é uma realidade complexa, com contornos próprios em relação às demais, mas cujo combate exige um estudo desta problemática, um conjunto de procedimentos de detecção hoje, prevenção amanhã, todo um conhecimento a ter.

Para terminar a abordagem deste ponto, dispensamo-nos de apresentar exemplos, sempre muito parcelares. Afirmamos apenas que em todos os sectores de actividade é possível encontrar fraudes e em, cada um deles, várias: internas e externas, de concorrência e de informação, a clientes e fornecedores, etc.

Limitamo-nos apenas a deixar aqui o testemunho de quem trabalha sobre o assunto há mais de trinta anos, embora essencialmente centrado na fraude interna das empresas, Pons e Berche (2009):

- “ O defraudador é um profissional. Ele organiza os procedimentos entre as falhas do controle, dominando perfeitamente os circuitos contabilísticos e informáticos, assim como todos os meios específicos a cada sector de actividade. (...) O defraudador não é uma entidade fácil. Procurar,

identificar, sancionar e prevenir a fraude ainda o é menos. O inspector, no início de missão, raramente sabe o que procura e ainda menos como o encontrará. É preciso elaborar esquemas. (...) A fraude amplia-se num mundo complexo. Tipicamente, à medida que mais se fala de transparência também as contas se tornam mais obscuras e difíceis de interpretar, o que complica a identificação, a detecção e a prevenção das fraudes. (...) todos os procedimentos fraudulentos são organizados, montados meticulosamente, apresentados de forma a que a prova da sua existência seja difícil de obter; eles são concebidos para resistir a uma investigação aprofundada. Esta complexidade das operações constituirá mesmo o principal obstáculo à moralização dos negócios. Ora a complexidade é multiforme” (p. 17).

- “A muito forte diminuição dos valores éticos é um elemento maior na problemática da fraude. Se não se tomarem medidas a economia tornar-se-á rapidamente um gigantesco casino no qual cada um, segundo os seus meios, tenderá a apropriar-se o máximo possível.” (p. 55)

Em relação ao que é dito uma dúvida e uma objecção se colocam.

A dúvida: uma parte da economia mundial, onde predomina o *rent seeking* já não é o referido casino?

A objecção: talvez haja nestas palavras algum exagero, até porque muitas fraudes são mero aproveitamento da oportunidade e, eventualmente, de uma certa ingenuidade de comportamento.

Contudo a objecção não é válida pois podemos dizer, nomeadamente com os dados empíricos, que em termos de frequência continua a haver grande quantidade de pequenas fraudes, várias delas de fácil detecção, mas em valor predominam as fraudes cometidas pelas elites sociais, e pelas organizações criminosas transnacionais.

E em conclusão admitimos que formar cidadãos e quadros técnicos, que vão estar rodeados de fraude por todos os lados, exige da Universidade uma forte formação ética dos seus estudantes e a transmissão de um conjunto de conhecimentos que lhes permitam conhecer, detectar e prevenir as fraudes. Claro que estamos a admitir, como é lógico, que as Universidades pretendem contribuir para um futuro melhor das comunidades em que se inserem, do local ao mundo.

QUANTIFICAÇÃO

1. Palavras e análises, por muito fundamentadas que sejam, não assumem dignidade para um economista se não tiver quantificações. Conhecendo esse hábito adquirido e a grande cientificidade que a Econometria transmite aos enunciados, não quero deixar de fazer referência, aqui e agora, a alguns números sobre a fraude.

Contudo alguns comentários prévios sobre as possibilidades de quantificação de algo que é feito com logro, que pode existir e nunca ser descoberto, de que, obviamente, não há estatísticas:

- É preciso afirmar categoricamente que não há quantificações exactas e definitivas sobre as fraudes mas tão-somente aproximações, ora recorrendo a métodos tradicionais de estimação (como é o caso da utilização do modelo MIMIC para a determinação da economia não registada na contabilidade nacional), ora admitindo fundamentadamente que A e B têm dinâmicas relacionadas e sendo A a fraude (o «crime» encoberto) e sendo B conhecido se determina $A=f(B)$, ora extrapolando investigações policiais, ora medindo as diferenças obtidas por inquéritos diferentes que deveriam dar os mesmos

- resultados, ora combinando muitas fontes de informação e metodologias de cálculo (como no caso dos *offshores*).
- Outras vezes não se determina a fraude mas alguns elementos a ela associados. Como a *percepção* de um determinado tipo de fraude (como é o caso das informações sobre a corrupção divulgadas pela Transparência Internacional, tendo o cuidado de escolher os inquiridos para que essa percepção seja, em princípio, muito exacta). Como o cálculo da *probabilidade* de fraude a que se chega por diversas vias: extrapolação de modelos matemáticos testados com dados inquestionáveis e aplicáveis a outras situações; utilização de análise de redes sociais e o conhecimento existente sobre algumas configurações dos nós; assumindo as situações de *risco* de fraude como potenciadoras da sua concretização, etc.
 - Enfim, é necessário utilizar os conceitos de fraude, risco de fraude, probabilidade de fraude, percepção de fraude e, quiçá, outros, para em cada caso e em cada situação encontrar as formas mais adequadas de os relacionar. Enfim todos os contributos da Economia, da Psicologia, da Sociologia, da Matemática (nela englobando a Econometria), do Direito, da Criminologia e muitas outras ciências, são importantes para a construção de modelos interpretativos, para encontrar as melhores formas de recolha da informação ajustada aquela situação e para a realização de estimativas fidedignas da fraude⁽⁶⁾.

Dito isto podemos deduzir que as quantificações da fraude são sempre aproximações da fraude existente, mas que elas assentam em princípios de análise que se pretendem científicos e rigorosos, em que a interdisciplinaridade e a abertura à imaginação e inovação são fundamentais.

⁽⁶⁾ Sobre a importância da interdisciplinaridade, ver, por exemplo, (Pimenta in Pinto (Org.) e Marques (Org) 2018, Prefácio)

Mais, para muitos tipos de fraude ainda não existem quantificações, pelo menos antes da sua deteção individual, nem metodologias adequadas. Muitas vezes existem estimativas mundiais, noutras nacionais, noutras regionais e nem sempre são metodologicamente compatíveis entre si. Noutros casos têm-se dados globais mas é impossível desagregar por subrúbricas.

Em complemento, e em parte como justificação de algumas tibiezas, recorde-se que a temática científica é recente: a ACFE foi constituída em 1988, a Transparency Internacional em 1993, a Tax Justice Network em 2000⁽⁷⁾. Na Criminologia, é com Sutherland (1883-1950), então considerado sociólogo, que a fraude assume destaque. Na Psicologia é em 1971, com o modelo do Triângulo da Fraude de Cressey (1919-1987) que há um avanço significativo nestas problemáticas. Enfim é com a falência fraudulenta da Enron em 2001 que a fraude, como realidade generalizada, passa para a luz da ribalta⁽⁸⁾.

Agra reconhece que essa rutura pode ser explicada com base em três mudanças fundamentais, designadas pelo autor como “três grandes descentrações”: “do crime-indivíduo para o crime-sistema; do crime-pobreza para o crime poder e riqueza; do crime-drama para o crime regular, inscrito na atividade socialmente integrada de indivíduos, grupos, organizações, instituições, Estado” (Negreiros in Maia (Org.), Sousa (Org.), e Pimenta (Org.) 2017, 404).

Esta problemática é recente mas já se caminhou muito. Muito mais há a caminhar futuramente. É uma área de investigação desafiante!

Dito isto, vejamos alguns dados. Claro está que a validade de cada número deve ser analisada cuidadosamente

⁽⁷⁾ Já agora, porque não, recordemos que o OBEGEF foi oficialmente formalizado em 2008.

⁽⁸⁾ Acrescente-se que é depois da década de 80 do século passado que a fraude assume uma muito maior relevância social.

(na definição e obtenção do dado inicial, nas relações estabelecidas, nas metodologias utilizadas) como acontece com a Economia (mesmo que haja, às vezes, algum esquecimento com a importância dessa preocupação). Por outras palavras, os dados que apresentamos de seguida, mesmo sem o cuidado de os justificar, apenas aqui, o caminho percorrido, são realistas e empiricamente testados.

2. Apesar de não haver uma ligação directa e única entre a economia não registada e a fraude começemos por este indicador estatístico por ser muito abrangente, não sem antes referir alguns elementos sobre o seu cálculo. Em OCDE (2002), nos anos seguintes publicado em francês e espanhol, faz-se o apanhado de um dos significados possíveis dos resultados (tendo como referência essencial o Estado-nação) dos diversos métodos de cálculo. Apesar deste trabalho ter-se tornado numa referência obrigatória não conseguiu impor as metodologias de cálculo que sugere e, desde então tem-se generalizado a utilização do modelo MIMIC – múltiplas causas e múltiplas consequências⁽⁹⁾.

Teoricamente a economia não registada engloba várias parcelas de que, socialmente, se destacam três: economia subterrânea, directamente relacionada com a fraude fiscal (embora esta não se limite a aquela), economia ilegal, resultante das actividades criminosas em muitíssimas situações não identificáveis com a fraude⁽¹⁰⁾, e economia informal, que comporta o não

⁽⁹⁾ Parece-nos que esta referência é suficiente, chamando a atenção para os importantes trabalhos de Afonso (in Afonso et al. 2013, in Maia (Org.), Sousa (Org.), e Pimenta (Org.) 2017, & in Pinto (Org.) e Marques (Org) 2018). Sugerimos, para quem tiver dúvidas a procura dos Livros, Working Papers e Estudos do OBEGEF.

⁽¹⁰⁾ A listagem das actividades englobadas na economia ilegal é imensa: "tráfico de droga, de seres humanos, de órgãos, de armamento, de mercenários e de espécies em extinção, a escravatura, a manipulação inadequada de resíduos perigosos, a contrafacção [eventualmente classificável como fraude, pelo menos na actividade comercial], a adulteração de muitos bens comercializados, a pirataria marítima, muitas actividades informáticas, a pesca clandestina, as fábricas ilegais, etc." (Pimenta in Pinto (Org.) e Marques (Org) 2018, 85-106)

pagamento de impostos mais em resultado da marginalidade das actividades em relação à «economia de mercado» do que a um acto intencional. Contudo a utilização do modelo referido, provavelmente o único possível de utilizar para comparações internacionais, a listagem de causas e consequências de que existem dados estatísticos utilizáveis, faz com que a economia ilegal seja eventualmente⁽¹¹⁾ excluída e tenhamos o que alguns autores designam por economia sombra, muito associada ao não pagamento de impostos⁽¹²⁾.

Quais os dados que temos?

QUADRO 1 - *Resumo estatístico das médias anuais da economia sombra dos 158 países no período 1991/2015*

REFERÊNCIA	PAÍS	% DO PIB OFICIAL ⁽¹³⁾
Menor valor de todos	Suíça	7,24
Maior valor de todos	Geórgia	64,87
Média simples		31,77
Maior na OCDE	México	31,74
	Portugal	21,88

Fonte: Medina e Schneider (2017)

Porque as análises interpaíses e ao longo do tempo dão resultados ligeiramente diferentes, reproduzem-se aqui os dados para Portugal:

(11) A utilização do termo eventualmente» resulta da dúvida se não será englobada nos países em que há uma grande importância na economia de um determinado país, como por exemplo na Colômbia.

(12) Recorde-se, como se fez referência num comentários anterior, que a fuga aos impostos tanto engloba economia não registada como economia registada (ex, entre vários, as facturas falsas).

(13) Dois comentários: (a) o PIB oficial engloba algumas parcelas estimadas de economia não registada, mas é uma muito parca percentagem, por um lado, e obedece por vezes mais a regras burocráticas que à realidade existente (foi o que procurámos caricaturar em algumas crónicas); (b) Consideramos preferível que a economia registada não tenha essas parcas estimativas e haja um cálculo da economia não registada para os diversos países, como o fez o FMI no trabalho referido na bibliografia.

“Calculada segundo dois modelos econométricos distintos, o método monetário e o modelo MIMIC, estima-se que a ENR tenha apresentado uma tendência de crescimento ao longo das últimas décadas, fixando-se em torno dos 10,2% do PIB oficial em 1970, e acabando por registar, em 2015, um peso de 27,3%.” (Afonso in Maia (Org.), Sousa (Org.), e Pimenta (Org.) 2017, 191)

Claro que estes valores são relevantes, colocam problemas interessantes a um economista e exige metodologias de análise inovadoras.

3. Peguemos agora num outro grande tipo de fraude, com a qual grande parte dos economistas se vão confrontar, mesmo que não tenham capacidade para a enfrentar: a fraude nas empresas, também designada de fraude ocupacional.

Para conhecermos este tipo de fraude, aconselhamos vivamente a consulta dos materiais publicados pela ACFE - associação dos investigadores certificados de fraudes, centrada nos EUA mas com ramificações em diversos países -, com destaque para um dos livros fundadores destes trabalhos, da autoria de Wells (2009) e os sucessivos Report to the Nation, elaborados desde 1996, todos os dois anos (com um primeiro esboço em 1993).

Segundo muitos desses relatórios a estimativa do custo da fraude ocupacional oscila, para cada período considerado, entre 5 a 7% das receitas brutas das empresas, o que é um valor imenso.

Peguemos no último (ACFE 2018) para retirar alguns dados indicativos:

- São estudados 2690 casos de fraude (das centenas de milhares de casos) em diversos países, com grande concentração nos EUA (que resulta do diferente peso da instituição nos 125 países considerados). Incide com particular intensidade em 23 ramos industriais. Atinge

empresas de todas as dimensões. Referem-se ao período de Janeiro 2016 a Outubro de 2017.

- Nas fraudes descobertas verifica-se que elas existiram em média 16 meses sem serem detectadas.
- A estimativa do custo global das fraudes (indo de pequenas a muito grandes fraudes) nos EUA é de 4 biliões de dólares⁽¹⁴⁾.

No caso português (que só participa no referido estudo com um caso), embora não haja estudos concludentes, é de estimar que rondem os 10% das receitas das empresas.

4. Falemos um pouco dos *offshores*. Esses territórios, que são paraísos fiscais, paraísos burocráticos e judiciais e jurisdições de sigilo, que são usados com muitos objectivos, mas em que se destacam como fundamentais o não cumprimento das normais obrigações fiscais (fraude fiscal) e o branqueamento de capitais provenientes dos mais diversos crimes ou fraudes.

Para a quantificação remetemos para o que afirmamos em Pimenta (2018) na resposta à pergunta “Será possível apresentarem-nos números sobre o que *offshores* representam na sociedade mundial?”

Antes de se avançar um número é preciso ter em atenção alguns factos:

- o aparecimento dos *offshores*, resultado de múltiplos movimentos sociais, tem como factor primordial o aumento das empresas multinacionais, as quais se manifestam crescentemente contra a disponibilidade para pagar os impostos devidos;

.....
⁽¹⁴⁾ Como sabem há divergência entre os países sobre o significado do bilião. Utilizamos, sempre no significado português: um milhão de milhão.

ÚLTIMA AULA

- mais de 60% das transacções internacionais passam contabilisticamente pelos *offshores*, o que permite a manipulação dos preços de transferência.
- a crescente dívida dos governos centrais de todo o mundo, passando de 52,7% do PIB em 2000 para 93,9% em 2015 reflecte em alguma medida a actuação dos *offshores*.
- a própria OCDE reconhece que a transferência dos países subdesenvolvidos para os *offshores* corresponde a cerca de três vezes o que receberam como ajuda ao desenvolvimento.
- estima-se que o tráfico de droga, armas, de homens, de órgãos humanos, de propriedade cultural, contrafacção, tráfico de animais selvagens, pesca ilegal, exploração florestal ilegal, mineração ilegal e roubo de petróleo bruto represente um negócio do crime transnacional avaliável entre 1,6 e 2,2 biliões de dólares anuais.

Dito isto, um cuidado e demorado estudo (Henry 2012) estima que os activos financeiros globais dos *offshores* sejam entre 21 e 32 biliões de dólares⁽¹⁵⁾.

Pensamos que estes números são suficientes, e suficientemente alarmantes. Muitos outros poderiam ser apresentados (ex, a corrupção dois biliões de euros por ano) mas também encontraremos centenas ou milhares para os quais nunca foi possível fazer a sua estimativa. Ficamos, contudo, por aqui.

São valores bastante significativos na economia mundial. Da economia e da sociedade. Nunca percamos de vista estas realidades cruzadas:

“A década de 1990 assistiu à propagação de um vírus global; a democracia. (...) À medida que a democracia se propagava,

⁽¹⁵⁾ São números suficientemente significativos para «falarem por si», mas algumas imagens podem ajudar: se considerarmos o valor médio da estimativa (26,5 biliões de dólares) e soubermos que um milhão de dólares corresponde a um monte de 20 cm de notas de 100 dólares (Giddens 2000, 20/1), facilmente deduzimos que aquele valor corresponde a 5300 quilómetros daquelas notas, isto é, a distância Lisboa a Nova Iorque.

o mesmo acontecia com a escravatura. No fim da década, estimava-se que 27 milhões de pessoas tivessem sido escravizadas em inúmeros países, incluindo em alguns da Europa Ocidental” (Napoleoni 2009, 15)

O ENSINO E A UP

1. Admito que o anteriormente afirmado permite tirar a conclusão que a fraude económico-financeira é um assunto suficientemente importante na actividade profissional dos economistas ou gestores e num comportamento cidadão que a FEP, em particular, e a Universidade, em geral, e não o podem descurar⁽¹⁶⁾.

É desta premissa que agora partimos.

Dele se pode tirar a imediata conclusão de que é preciso que a FEP também tenha um espaço institucional para o debate do problema, para a consciencialização dos seus estudantes, e professores, e uma atitude formativa nessas problemáticas. Acções que exigem investigação individual e colectiva, as quais serão muito limitadas se não se inserirem em redes de troca de ideias e investigação, se esquecerem que tratar interdisciplinarmente o problema é fundamental⁽¹⁷⁾. Iremos falar um pouco sobre isso, transmitindo ideias gerais, não tentando desde já e aqui apresentar um quadro detalhado das

⁽¹⁶⁾ Esta conclusão poderia ser reforçada com outras vertentes. Por exemplo, em Portugal a grande percentagem de fraudes são detectadas através das auditorias, enquanto os relatórios da ACFE revelam que nos EUA é por meio das dicas (*tips*). Provavelmente esta diferença revela uma menor atenção cidadã ao problema e à evidência de que há muitas fraudes que nunca são detectadas ou julgadas, se tivermos em conta a pequena percentagem de auditorias forenses.

⁽¹⁷⁾ As universidades têm do ponto de vista institucional condições óptimas para a interdisciplinaridade (grande densidade de diferentes saberes e quadros altamente especializados) e do ponto de vista humano condições péssimas (a ânsia da manutenção do poder conquistado no seu feudo e especialização). Disso mesmo são prova alguns lamentáveis acontecimentos verificados em torno da fraude: guerra institucional contra iniciativas de outras entidades numa lógica de feudo narcisista e incapacidade de concretização de iniciativas conjuntas entre unidades orgânicas.

realizações possíveis, as quais exigem condições subjectivas que, provavelmente, não existem.

Contudo, a abordagem seria curta se ficássemos por aí. Temos defendido que o paradigma actualmente dominante na Economia, na mesma sequência social dos factores conducentes à intensificação da fraude a partir dos anos 80 do século passado, é propiciador ao cometimento de fraudes. Não abordaremos em detalhe esta questão, mas faremos algumas referências.

Finalmente, se referimos a indispensabilidade da interdisciplinaridade precisamos de considerar a Universidade do Porto como instituição de referência, pelo que fazemos um sobrevoos apressado, mas conclusivo.

2. Antes, contudo, de avançar, gostaria de deixar bem claro a minha posição sobre as relações entre o OBEGEF e o que proponho de seguida, dissipando qualquer ideia de conflito de interesses.

Começo por chamar a atenção para aquilo que diferencia o OBEGEF de qualquer iniciativa ou entidade que haja na Universidade do Porto: das dezenas de associados (essencialmente em Portugal e Brasil) uma percentagem reduzida está associada ao ensino superior e uma percentagem menor tem a ver com a Universidade do Porto. Os seus objectivos estão claramente definidos, sabemos perfeitamente o que queremos, das dificuldades que certamente encontramos. As conferências internacionais realizadas (e aqui tenho que manifestar publicamente um agradecimento à Aurora Teixeira), o reconhecimento nacional e internacional (de que me atrevia a destacar o prémio da ACFE atribuído na pessoa do seu Presidente), os livros e outros documentos publicados e os protocolos estabelecidos revelam já a implantação e o reconhecimento que temos, embora consideremos que é manifestamente insuficiente.

Apesar destas grandes diferenças há três elos de relação entre o OBEGEF e a FEP: (a) a sede estatutária do OBEGEF é em instalações da FEP, porque então era a situação mais barata e a maioria dos sócios fundadores eram da Universidade do Porto e da FEP; (b) o Presidente da Direcção até este momento tem sido um professor da FEP, apesar de nada o exigir; (c) há um protocolo de cooperação entre as duas instituições, apesar de excessivamente burocrático-administrativo e de balanço custo-benefício.

Os nossos estatutos afirmam:

“§ 1. O OBEGEF tem por objecto promover a investigação interdisciplinar sobre a economia não registada e a fraude em Portugal, nos contextos europeu e mundial, promover o ensino sobre estas temáticas, criar redes e estabelecer outras relações com instituições congéneres e prestar serviços que se harmonizem com a investigação.

§ 2. Para a concretização do seu objectivo constituem atribuições do OBEGEF:

- A organização de debates, conferências, seminários e encontros;
- A promoção de actividades de formação científica e cultural;
- O lançamento de projectos de investigação;
- A publicação dos resultados da investigação a que se dedique;
- A promoção de intercâmbios entre investigadores e entre eles e operacionais nas instituições;
- A cooperação com associações empenhadas na redução da fraude;
- A prestação de serviços ao exterior.

§ 3. Na concretização do seu objectivo o OBEGEF utilizará todos os meios técnicos e institucionais considerados adequados, nomeadamente um sítio web, fóruns de discussão, publicações electrónicas multimédia, publicações tradicionais periódicas e não periódicas, protocolos e parcerias institucionais.”

Ora parece-me óbvio quanto mais ética for a sociedade em que vivermos e forte a consciência da importância de prevenir a fraude, quanto mais quadros existirem capazes de a combater, quanto mais redes de investigação existirem, quanto mais aprendermos com os outros sobre o muitíssimo em que somos insabedores, maiores e melhores são as possibilidades de existirmos e vivermos.

Simultaneamente estamos convictos que a FEP pode beneficiar muito, se assim o decidir, dos conhecimentos do OBEGEF.

3. Black (2005), cujo livro tem um título elucidativo e, salvo erro, resulta de uma tese de doutoramento na universidade que o edita, constata que nem os economistas, nem os juristas, nem os contabilistas aprendem alguma coisa sobre o risco de fraude e sobre os procedimentos a adoptar perante a sua existência, atribuindo a esse facto a pouca atenção preventiva e a explosão de fraudes então reveladas (p. 247). Passados treze anos, com uma enorme quantidade de fraudes pesando sobre os nossos ombros, e carteiras, podemos repetir exactamente o mesmo. Parece que teimosamente não queremos aprender. É altura de olharmos à nossa volta com realismo (mesmo com os critérios dos *ratings*, com Bolonha e com o «funcionamento do mercado»).

As possibilidades são imensas: introduzir disciplinas facultativas sobre o tema, realizar seminários e conferências nacionais ou internacionais, incluir a temática de uma forma sistemática nas disciplinas estruturantes, criar mestrados e doutoramentos relacionadas com o assunto, mobilizar estudantes de 2º e 3º ciclo para o tema, organizar e publicitar adequadamente cursos de formação contínua sobre o tema, fazer investigação de uma forma sistemática e organizada e valorizá-la adequadamente. Simultaneamente ser-se transparente e ético na relação professor-estudante, actuar-se mais pedagógica e firmemente perante a quase-fraude académica (muitas vezes não há

intencionalidade ou conhecimento da gravidade da atitude) ou mesmo a fraude.

Para que tudo isto possa acontecer é decisivo a afirmação categórica por parte dos órgãos deliberativos da FEP de que o risco de fraude e a detecção e prevenção desta são prioridades temáticas e que é necessário encontrar a formas de tal também ser sentido pela sociedade, pelo «mercado».

Dir-me-ão que algumas dessas iniciativas já tiveram lugar. É verdade, mas raras e muito esparsas, enquanto epifenómenos da vontade individual. Mas também é bom não esquecer o movimento contrário: houve propostas nesse sentido que foram recusados pelo Conselho Científico com argumentos pouco plausíveis e outros factos pouco abonatórios da importância dada ao assunto.

Este é o primeiro desafio, para o qual admito que ainda não haja maturidade suficiente. Para o qual não basta uma atitude de (aparente) disponibilidade para acolher propostas pois exige uma posição activa, que também vise alterar os sentimentos e as atitude do contexto social em que nos inserimos.

4. Falemos agora um pouco do que já se ensina em Economia. Temos abordado o problema, nomeadamente em o Anuário do Economista (Pimenta 2015, 2016, 2017a) e aqui limitamo-nos a referir alguns tópicos:

- A Economia é uma ciência pluriparadigmática, diacrónica e sincronicamente, e como tal deve ser apresentada.
- O actual paradigma dominante (gestão óptima dos recursos escassos), fortemente impregnado de normatividade, individualismo e racionalidade instrumental, facilita a entrada dos economistas numa cultura diferencial (Sutherland 1983 [1949]) de cometimento de fraude.

- Se tal não acontece sempre é apenas porque há várias camadas de ética e “bom número de nós é moralista sem saber” (Hirschman 1986, 131).
- O paradigma dominante é susceptível de englobar a racionalidade axiológica, como o demonstra Amartya Sen (Sen 2012, 2010).

Destas constatações resulta defendermos um pluralismo teórico no ensino da Economia e uma maior atenção à racionalidade axiológica.

5. Finalmente a sugestão de que a partir da FEP se constitua um centro de investigação interdisciplinar⁽¹⁸⁾ sobre a fraude económico-financeira da Universidade do Porto, e que tal permita à nossa Universidade diferenciar-se nos contextos nacional e internacional das restantes, elemento activo de uma rede internacional dedicada às temáticas da fraude e do crime económico-financeiro.

Como projecto interdisciplinar envolvendo muitos saberes diversos, contará com o contributo da partilha e articulação de

⁽¹⁸⁾ Estamos convencidos que um tal centro - sem barões e vassallos - envolveria naturalmente quase todas (senão todas) as Faculdades. Como não envolver a Economia tratando-se da fraude económico-financeira e tendo todo o crime custos ou benefícios? Como não envolver o Direito se a dimensão jurídica é fundamental para a detecção da fraude e a Criminologia é uma disciplina importantíssima neste tipo de problemáticas. Como não envolver a Psicologia e Ciências da Educação se a consideração dos comportamentos individuais e colectivos, dos comportamentos desviantes é uma componente explicativa importante, assim como o é a definição curricular destas temáticas e a fraude académica na formação cidadã? Como não envolver Ciências e Engenharia se fraudes velhas e novas utilizam as redes informáticas, se a inteligência artificial e as redes informativas de diverso tipo podem ser decisivas para a detecção e prevenção, se os modelos matemáticos são vitais para as estimativas da probabilidade de fraude? Como não envolver Medicina e Ciências Biomédicas se existe uma panóplia de fraudes na saúde que se repercute sobre o bem-estar das populações? Como não envolver Letras se todos os crimes e fraudes se processam em contextos sociais, têm inevitavelmente uma dimensão cultural e ética, se expressa na literatura existente? Como não envolver as Ciências do Desporto se a fraude no desporto, por razões diversas, é hoje um dos principais tipos de fraude?

Poderíamos assim continuar imenso tempo, ora englobando outros aspectos relacionados com as unidades orgânicas referidas, ora com as restantes.

Ficamos por aqui porque admitimos que já se torna claro que se trata de um projecto interdisciplinar que pode envolver toda a sociedade se para tal houver disponibilidade.

diversos conhecimentos críticos. Contudo, este, como qualquer projecto interdisciplinar, tem sempre como objectivo uma síntese de saberes.

A direcção de um projecto interdisciplinar é sempre fundamental. É-o ainda mais num contexto universitário onde a probabilidade de conflitos é segundo alguns autores, maior. Por isso:

“Face a estas dificuldades a direcção do projecto pode ser estruturada de diversas formas (individual, colectiva; integrando total ou apenas parcialmente as duas dimensões referidas; etc.). Em todos os casos é imprescindível que seja liderada por pessoas de reconhecido mérito, conhecimento e idoneidade, com experiência de trabalho em grupo, e com uma prática acumulada em trabalho interdisciplinar.

Além disso é fortemente aconselhável que seja liderada por alguém que pouco tenha a perder em termos de carreira na instituição. É uma forma de eliminar eventuais conflitos de interesse entre o trabalho que é interdisciplinar e a progressão na carreira que pode ser fortemente disciplinar.” (Pimenta 2013, 238)

Sem falsas modéstias, mas também com muita humildade, estou disponível para um tal projecto se o Reitor o considerar adequado.

Referências bibliográficas

- ACFE. 2018. *2018 Report to the Nations on Occupational on Fraud and Abuse*: ACFE.
- Afonso, Óscar, Carlos Pimenta, Mariana Costa, e Nuno Gonçalves. 2013. *A Economia Não-Registada na Região Autónoma dos Açores*. Porto: OBEGEF & Húmus.
- Beckett, Samuel. sd. *À Espera de Godot. Fim de Festa. A Última Gravação*. Lisboa: Arcádia.
- Black, William K. 2005. *The best way to rob a bank is to own one how corporate executives and politicians looted the S&L industry*. Austin: University of Texas Press.

ÚLTIMA AULA

- Costa, J. Almeida, e A. Sampaio E. Melo. 1995. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 7 ed. Porto: Porto Editora.
- Giddens, Anthony. 2000. *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Henry, James S. 2012. *The price of offshore revisited: New estimates for missing global private wealth, income, inequality, and lost taxes*. <http://www.taxjustice.net>: Tax Justice Network.
- Hirschman, Albert O. 1986. *A Economia como Ciência Moral e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Maia (Org.), António, Bruno Sousa (Org.), e Carlos Pimenta (Org.). 2017. *Fraude em Portugal - factos e contextos*. Coimbra: Almedina.
- Markopolos, Harry. 2010. "Wall Street knew Madoff was a fraud." *Fraud Magazine* no. 24 (April 2010).
- Medina, Leandro, e Friedrich Schneider. 2017. "Shadow Economies Around the World: What Did We Learn Over the Last 20 Years?" *IMF Working Paper (WP/18/17)*:76.
- Montreynaud, Florence. 1991. *Dicionário de Citações*. Lisboa: Editorial Inquerito.
- Napoleoni, Loretta. 2009. *O Lado Obscuro da Economia*. Lisboa: Presença.
- OCDE. 2002. *Measuring the Non-Observed Economy - A Handbook*. Paris: OCDE.
- Pimenta, Carlos. 2013. *Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais (Manual)*. 1ª ed. V. Nova de Famalicão: Húmus.
- Pimenta, Carlos. 2015. "Infracções, formação e cultura diferencial." *O Economista - Anuário da Economia Portuguesa* no. 2015:159/62.
- Pimenta, Carlos. 2016. "Paradigmas, formação e fraude." *O Economista - Anuário da Economia Portuguesa*.
- Pimenta, Carlos. 2017a. "Escolha racional e racionalidade ética." *O Economista - Anuário da Economia Portuguesa*.
- Pimenta, Carlos. 2017b. *Racionalidade, Ética e Economia*. Coimbra: Almedina.
- Pimenta, Carlos. 2018. *Os offshores do nosso quotidiano*. Coimbra: Almedina.
- Pimenta, Carlos, e Óscar Afonso. 2014. "Notes on the Epistemology of Fraud." In *Interdisciplinary Insights on Fraud*, edited by Aurora A. C. Teixeira, António Maia, José António Moreira e Carlos Pimenta, 8/32. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Pinto (Org.), Isabel R., e José M. Marques (Org.). 2018. *Olhares sobre Desvio e Crime na Sociedade Portuguesa*. Porto: Legis Editora.
- Pons, Noël, e Valérie Berche. 2009. *Arnaques. Le Manuel Anti-fraude*. Paris: CNRS Editions.

A FRAUDE ECONÓMICO-FINANCEIRA E O ENSINO

- Rosas, Fernando. 2016. *História e Memória*. Lisboa: Tinta da China.
- Sen, Amartya. 2010. *A Ideia de Justiça*. Coimbra: Almedina.
- Sen, Amartya. 2012. *Sobre Ética e Política*. Coimbra: Almedina.
- Sutherland, Edwin H. 1983 [1949]. *White-Collar Crime: the uncut version*.
New Haven: Yale University Press.
- Wells, Joseph T. 2009. *Manual da Fraude na Empresa. Prevenção e Detecção*. 1 ed. Coimbra: Almedina.

FEP/UP

A FRAUDE ECONÓMICO-FINANCEIRA E O ENSINO

SEQUÊNCIA DA APRESENTAÇÃO

- ✘ A fraude, a hidra
 - + Do que falamos?
- ✘ Quantificação
 - + É relevante?
- ✘ O Ensino e a UP
 - + É importante tratar da fraude na FEP?
 - + Que fazer?

DEFINIÇÃO

FRAUDE ECONÓMICO-FINANCEIRA

“fraude é todo o acto **intencional** de pessoas, individuais ou colectivas, perpetrado com **logro**, e que causa, **efectiva ou potencialmente**, vantagens para alguns ou danos a outros e que **violam as boas práticas sociais, a ética, ou a lei**”

(É uma temática recente)

PALAVRA DE INVESTIGADORES PROFISSIONAIS

- ✘ “ O defraudador é um profissional. Ele organiza os procedimentos entre as falhas do controle, dominando perfeitamente os circuitos contabilísticos e informáticos, assim como todos os meios específicos a cada sector de actividade. (...)
- ✘ A fraude amplia-se num mundo complexo. Tipicamente, à medida que mais se fala de transparência também as contas se tornam mais obscuras e difíceis de interpretar, o que complica a identificação, a detecção e a prevenção das fraudes. (...)
- ✘ todos os procedimentos fraudulentos são organizados, montados meticulosamente, apresentados de forma a que a prova da sua existência seja difícil de obter.”

QUANTIFICAÇÃO

ECONOMIA «SOMBRA»

Resumo estatístico das medias anuais da economia sombra dos 158 países no período 1991/2015

Referência	País	% do PIB oficial
Menor valor de todos	Suíça	7,24
Maior valor de todos	Geórgia	64,87
Média simples		31,77
Maior na OCDE	México	31,74
	Portugal	21,88

Fonte: Medina e Schneider (2017)

FRAUDE OCUPACIONAL NAS EMPRESAS

✘ ACFE

- + custo da fraude ocupacional oscila, para cada período considerado, entre 5 a 7% das receitas brutas das empresas
- + 2016/17
 - ✘ Estudados 2690 casos de fraude (das centenas de milhares de casos)
 - ✘ com particular intensidade em 23 ramos industriais.
 - ✘ Atinge empresas de todas as dimensões.
 - ✘ Existiram em média 16 meses sem serem detectadas.
 - ✘ A estimativa do custo global das fraudes; 4 biliões de dólares.

ALGUMAS OUTRAS INFORMAÇÕES

- ✘ Os activos financeiros globais dos *offshores* sejam entre 21 e 32 biliões de dólares
- ✘ Mais de 60% das transacções internacionais passam contabilisticamente pelos *offshores*, o que permite a manipulação dos preços de transferência.
- ✘ OCDE: a transferência dos países subdesenvolvidos para os *offshores* corresponde a cerca de três vezes o que receberam como ajuda ao desenvolvimento.
- ✘ Estima-se que o tráfico de droga, armas, de homens, de órgãos humanos, de propriedade cultural, contrafacção, tráfico de animais selvagens, pesca ilegal, exploração florestal ilegal, mineração ilegal e roubo de petróleo bruto represente um negócio do crime transnacional avaliável entre 1,6 e 2,2 biliões de dólares anuais.

CONCLUSÃO

- ✘ ==>
 - + Socialmente relevante
 - + Importante na actividade profissional dos economistas
- ✘ Black (2005)
 - + constata que nem os economistas, nem os juristas, nem os contabilistas aprendem alguma coisa sobre o risco de fraude e sobre os procedimentos a adoptar,
 - + atribui também a este facto a pouca atenção preventiva e a explosão de fraudes.
- ✘ 13 anos depois repetimos quase o mesmo.

ENSINO

NA FEP

1. Ensinar a temática
 1. introduzir disciplinas facultativas sobre o tema
 2. realizar seminários e conferências nacionais ou internacionais
 3. incluir a temática de uma forma sistemática nas disciplinas estruturantes
 4. criar mestrados e doutoramentos relacionadas com o assunto
 5. mobilizar estudantes para o tema
 6. organizar e publicitar adequadamente cursos de formação contínua sobre o tema
 7. fazer investigação de uma forma sistemática e organizada e valorizá-la adequadamente.

... mas não basta

2. Postura das estruturas da FEP

1. o risco de fraude e a detecção e prevenção desta são prioridades temáticas
 2. sensibilizar a sociedade (nacional e internacional) para a sua importância
 3. conquistar o «mercado».
3. Incentivar sempre um ensino pluriparadigmático e ético

NA UP

1. Se constitua um centro de investigação interdisciplinar sobre a fraude económico-financeira da Universidade do Porto, permitindo diferenciá-la nos contextos nacional e internacional das restantes, elemento activo de uma rede internacional dedicada às temáticas da fraude.
2. Estou disponível para um tal projecto se o Reitor o considerar adequado.

TESTEMUNHOS





Alberto Amaral

O Carlos Pimenta foi nomeado pró-reitor para a reorganização administrativa e a informatização da Universidade do Porto, cargo que exerceu até ao fim do meu mandato, integrando a minha equipa reitoral. Esta atividade incluía a informatização dos processos dos alunos, da contabilidade, dos salários e do acervo das bibliotecas. Era um problema, não apenas técnico mas, essencialmente, de política universitária.

A Universidade do Porto tinha uma estrutura administrativa antiquada, muito concentrada nos serviços centrais da Reitoria embora fisicamente estivesse dispersa por diversas zonas da cidade. Na verdade tratava-se de um complexo problema de descentralização de processos e competências da Reitoria para as Faculdades e na sua base estava a ideia de que as universidades são instituições de investigação em que a inovação e a capacidade de fazer diferente do tradicional são fundamentais. Neste sentido é fundamental assegurar que o modelo de governação e as estruturas administrativas não comprometem a capacidade de inovação e a energia das Faculdades.

Claro que a aposta na inovação implica um certo desperdício e capacidade de transgressão que não são compatíveis com a regulamentação excessiva e a centralização. Como recomenda Michael Shattock é fundamental garantir que a Universidade se constitui como um lugar de livre debate de ideias, em que os seus membros discutem em profundidade a sua estratégia de futuro, protegendo a capacidade das suas unidades integrantes decidirem sobre a forma de gerir o seu dia-a-dia e promovendo a capacidade de investigação e inovação dos seus membros.

Esta foi a tarefa exigente em que contei com o precioso auxílio do Carlos Pimenta que muito contribuiu para o êxito da iniciativa. A sua capacidade de trabalho e de iniciativa foram fundamentais neste processo de transformação e modernização

da Universidade do Porto. Em 1995 foi nomeado também pró-reitor para a cooperação com África sendo de destacar a sua contribuição para a criação do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto de que é sócio fundador.

Por estes motivos não podia deixar de me associar a esta homenagem ao Professor Carlos Pimenta a quem desejo um futuro auspicioso sabiamente repartido entre a sua paixão pelas questões da economia não registada e de gestão da fraude e a sua paixão (contemplativa?) pelas atividades piscatórias.

Com um grande abraço

Ana Maria Brito Jorge

Dois meses atrás, o João Semedo, ainda teria conseguido escrever - porque disso teria feito absoluta questão - algumas linhas dedicadas a este momento tão especial da vida do seu amigo e companheiro de tantas jornadas, Carlos Pimenta. A vida não lho permitiu e aquelas tais palavras ficaram por escrever...

Cabe-me a mim tentar, de alguma forma, assinalar essa ausência de forma afetuosa, até, também, em nome da amizade pessoal de várias décadas que me liga à Fernanda.

Sei que o João destacaria, no Carlos Pimenta,

- o brilho e entrega de uma longa carreira dedicada à docência e à investigação, com uma especial referência ao importante trabalho no âmbito do Observatório da Fraude

- a constante opção pela defesa de uma visão humanista da Economia, sem prejuízo da busca incessante do rigor na interpretação da realidade

Sei que lembraria, com orgulho, os caminhos de militância que ambos percorreram, lado a lado a lado, em defesa de um mundo mais justo

TESTEMUNHOS

- e que lhe agradeceria as múltiplas ocasiões em que, já em situações diversas, o Carlos Pimenta aceitou, generosamente, partilhar a sua experiência e o seu saber, em contexto de cooperação.

Sei que o João aproveitaria este momento simbólico para dizer da sua admiração e da sua grande amizade pelo Carlos Pimenta e sei que lhe agradeceria tudo o que já nos deixou e vai ainda deixar-nos de tão precioso, desejando-lhe vida feliz.

Só não sei que palavras usaria... mas essas pouco importam.

Parabéns e obrigada, Carlos Pimenta. Felicidades!

António Abreu

Para o Carlos Pimenta com um abraço

O Carlos é um ano mais novo que eu mas na altura em que os conhecemos não parecia. Tinha um ar mais sério que a “pera” lhe conferia e uma pose, à primeira vista, mais sisudo, logo desfeita ao fim de um tempo, em que a confiança se instalava, com largos sorrisos. Ele era aluno do então ISCEF (Económicas como dizíamos) e eu do IST (Técnico). Tínhamos um gosto em comum - a Matemática.

Conheci o Carlos na actividade clandestina quando constituíamos, com o Armando Teixeira, do Instituto Industrial de Lisboa (o Industrial) um organismo responsável pelas organizações estudantis do PCP na Universidade Técnica, nestas três escolas e com pontas para outras. Durante algum tempo o responsável desse organismo foi o João Resende, engenheiro, licenciado na FEUP (Porto), que tinha passado recentemente à clandestinidade.

Depois desta experiência de contacto, conheci o Carlos no movimento estudantil, particularmente quando da luta

em todo o país em apoio aos estudantes de Coimbra, vítimas de prisões e encerramento da AAC, depois da intervenção estudantil na inauguração do novo edifício das Matemáticas, em 1969. A incorporação militar forçada dos dirigentes mais destacados acabou por ser um tiro no pé do regime pois fez aumentar as resistências anticoloniais nas forças armadas. A meio do percurso do referido organismo partidário, tivemos uma baixa: o Armando avançou para a tropa, acabando por ser preso pela PIDE em Moçambique, ficando uns tempos na cadeia da Machava e fazendo a PIDE regressá-lo, depois, à cadeia de Caxias.

Não acompanhei bem o percurso académico e de investigação do Carlos. Fui lendo comunicações diversas, livros e artigos e senti por esse trabalho uma grande satisfação. Foram elementos fundamentais para quem, como eu, se quis aventurar por garantir uma vertente económica insubstituível nas minhas intervenções.

António Barbedo de Magalhães

*A propósito da jubilação do Professor Carlos J. G. Pimenta, da FEP:
Uma reflexão sobre a missão da universidade*

A jubilação do Professor Carlos Pimenta e o seu importantíssimo papel numa iniciativa original e muito diferente do tradicional desprezo das faculdades de economia e finanças pelos problemas da corrupção económico-financeira e da formação para o seu combate, numa missão ao serviço do bem-comum da Humanidade, que é (ou devia ser) a Missão fundamental das universidades, fez-me pensar sobre uma outra iniciativa da Universidade do Porto, presidida pelo Reitor Alberto Amaral, dedicada à defesa da dignidade, da liberdade e da independência do Povo Timorense, submetido a uma tremenda

TESTEMUNHOS

ocupação estrangeira que durou 24 anos e custou a vida a cerca de 20% da população.

Ambas as iniciativas tiveram (e a do Professor Carlos Pimenta continua a ter) sucesso.

Em contrapartida, a única iniciativa em que me envolvi com o Professor Carlos Pimenta, foi, até hoje, um insucesso, por razões que talvez valha a pena analisar para que possamos, nós, as nossas faculdades e a nossa universidade fortalecer-se para o cumprimento da sua mais nobre e importante missão: O serviço do bem-comum da Humanidade, da Paz, do desenvolvimento humano equitativo e sustentável e da solidariedade entre pessoas, povos e culturas as mais variadas.

O Professor Carlos Pimenta foi nomeado, em dezembro de 1988, Pró-Reitor para a reorganização administrativa e informatização, cargo que exerceu até 1999; A partir de 1995, até 1999, foi designado Pró-Reitor para a Cooperação com África. Integrou, assim, a equipa reitoral do Professor Alberto Amaral.

Conheci o Professor Carlos Pimenta em 1989, quando a decisão do Reitor Alberto Amaral de assumir como sua, da Reitoria e da Universidade do Porto, a causa da dignidade, da liberdade e da autodeterminação do Povo de Timor-Leste me levou a trabalhar em íntima relação com o Professor Alberto Amaral e com a Reitoria. Para o efeito o Professor Alberto Amaral criou, em finais de 1989, a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto (COJTUP), constituída pelo próprio Reitor, pelo Professor Nuno Grande, Pró-Reitor da Universidade do Porto para os Assuntos Sociais (desde 1988) e por António Barbedo de Magalhães, Professor Catedrático da FEUP. A presidência desta comissão coube ao Reitor, Alberto Amaral, e durou de 1989 até ao fim do seu mandato como Reitor, em 1998. Barbedo de Magalhães desempenhou as funções de Coordenador executivo da mesma Comissão.

Nesta linha de ação, antes mesmo de criar a COJTUP, o Reitor da UP organizou, com a colaboração da Comissão para

os Direitos do Povo Maubere do Porto e do Grupo Paz e Justiça para Timor Leste, uma jornada de trabalho que teve lugar no Círculo Universitário, sobre «Timor-Leste: Identidade do seu Povo e Perspetivas para o Futuro», realizada em 29 de maio de 1989, a cuja abertura e 1ª parte presidiu. As Jornadas de Trabalho, abordaram três temas, tratados por portugueses, timorenses e alguns estrangeiros, incluindo sacerdotes e deputados:

1. Identidade do Povo Maubere; 2. Origens da Tragédia e Responsabilidades Portuguesas e Internacionais; 3. Perspetivas de Solução e Papel de Portugal.

Na sequência desta Jornada zero, de 10 a 17 de setembro de 1989, realizaram-se na FEUP, nas instalações do Departamento de Engenharia de Minas, as Primeiras Jornadas de Timor da UP.

No preâmbulo à brochura sobre estas 1.ªs Jornadas, o Reitor Alberto Amaral escreveu

As Universidades através dos tempos sempre se caracterizaram como polos de discussão livre e franca de ideias, como instituições livres e internacionais em espírito, defendendo as conquistas da civilização e os mais sagrados direitos da humanidade, mesmo quando implantadas em sociedades governadas por déspotas.

Na sua fidelidade a estes princípios, a Universidade do Porto não podia ficar indiferente à causa do Povo Maubere que hoje vê a existência de Timor como sua Pátria autónoma e independente ser ameaçada de forma violenta, perante a indiferença e passividade de muitas nações ditas civilizadas e com a complacência benévola dos guias espirituais da cristandade.

A Universidade do Porto associou-se portante à realização destas Primeiras Jornadas de Timor que conseguiram de forma surpreendentemente eficaz, criar uma plataforma para a livre expressão de aspetos diversos da rica e secular cultura do Povo

TESTEMUNHOS

Maubere, sob a forma de música e canções, de contos e lendas e da mostra de técnicas e práticas tradicionais, revelando assim aos participantes toda a complexa teia de valores, ritos e sentimentos que o caracterizam como um Povo em toda a verdadeira acepção desta palavra.

Fazendo desde já votos pela realização das próximas Jornadas deixo aqui as minhas felicitações e os meus agradecimentos a todos os que se empenharam nesta organização.

*Prof. Doutor Alberto Amaral,
Reitor da Universidade do Porto*

De notar que, para esta iniciativa, António Barbedo contou com a ajuda da líder da Resistência timorense Fátima Guterres, entretanto capturada, quando o seu marido foi abatido, presa e torturada e depois libertada e vinda para Portugal, através da qual convidou timorenses afetos à FRETILIN, e do Padre Apolinário Guterres, através de quem convidou timorenses afetos à UDT, que não se falavam desde o golpe da UDT e da curta guerra civil de 1975, que serviu de pretexto para a invasão de Timor-Leste por soldados indonésios ao serviço dos interesses americanos, britânicos e australianos. A desunião entre timorenses descredibilizava a Resistência Timorense e dificultava, fortemente, o desenvolvimento da solidariedade portuguesa e internacional. Pela via da cultura e das histórias de vida de famílias da FRETILIN e da UDT, todas igualmente marcadas por muitas violações, torturas e assassinatos pelas forças ocupantes, foi possível ultrapassar divergências e terminar as 1^{as} Jornadas com um espetáculo em que todos se empenharam e participaram solidariamente, sobre a cultura, vida, morte e luta do Povo de Timor-Leste. Desta iniciativa resultou a criação de um grupo cultural com aproximadamente igual número de timorenses afetos a cada uma das forças políticas, irmanados na mesma Causa da libertação do seu Povo. Este grupo cultural que resultou das 1^{as} Jornadas, posteriormente representou este mesmo e outros espetáculos

ao longo de muitos anos, em iniciativas de solidariedade em que o seu papel motivador e como símbolo da unidade do Povo e da Resistência Timorense foi muito importante.

Com o referido preâmbulo e com a consequente nomeação da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto por si presidida, o Professor Alberto Amaral tornou-se alvo de muitas críticas de outros reitores, de professores universitários, de políticos e de fazedores de opinião. Mas, até ao fim do seu mandato, manteve-se firme e lúcido no seu apoio a uma Causa cujo sucesso lhe deve muito, ao Professor Alberto Amaral e também ao Professor Nuno Grande e à Universidade do Porto (incluindo a FEUP que teve e continua a ter um muito importante papel nomeadamente na preservação e tratamento dos acervos bibliográfico e documental sobre a saga da Resistência e da solidariedade portuguesa e internacional).

Graças a este envolvimento da Universidade do Porto foi possível organizar muitos debates e conferências sobre Timor-Leste e os interesses internacionais e de promoção da solidariedade com o seu Povo, mobilizando portugueses, timorenses, indonésios, australianos, europeus, americanos e outras pessoas e instituições para esta causa. O nome da Universidade do Porto e do seu Reitor abriram portas à realização de importantes iniciativas, algumas das quais envolvendo centenas de pessoas, na Alemanha, na Austrália, nos Estados Unidos, no Canadá e noutros países, levando a questão de Timor a mais de uma dezena de universidades americanas. Graças ao empenho e iniciativa da Universidade do Porto e com o apoio de outras instituições universitárias portuguesas e da solidariedade americana e internacional, foi possível levar a questão de Timor-Leste até ao Human Rights Caucus do Congresso Americano, que em, em 25 de fevereiro de 1997, ouviu os testemunhos de líderes da Resistência Timorense e de um professor universitário indonésio sobre as violações dos

TESTEMUNHOS

direitos humanos em Timor-Leste perpetrados pelas forças de ocupação do território.

Na minha opinião, este apoio à causa do Povo de Timor-Leste, foi uma importante manifestação do empenho da UP no cumprimento da sua missão de servir a humanidade e nomeadamente os mais frágeis e oprimidos.

Passando agora para o importantíssimo papel desempenhado pelo Professor Carlos Pimenta e pelo OBEGEF, e embora não tenha encontrado, em lado nenhum, uma história resumida do Observatório de Economia e Gestão de Fraude, recorrendo a https://obegef.pt/wordpress/?page_id=1780 (estatutos) encontrei o seguinte:

«No dia 21 de Novembro de 2008 o Observatório de Economia e Gestão de Fraude constitui-se notarialmente como associação de direito privado sem fins lucrativos, explicitando como seu objecto:

“promover a investigação interdisciplinar sobre a economia não registada e a fraude em Portugal, nos contextos europeu e mundial, promover o ensino sobre estas temáticas, criar redes e estabelecer outras relações com instituições congéneres e prestar serviços que se harmonizem com a investigação”.

São sócios fundadores:

Carlos José Gomes Pimenta, Fernando Costa Lima, Óscar João Atanazio Afonso, Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves, Luís Fernando Rainho Alves Torgo, Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos, Edgar Maciel Correia Pimenta, Nuno Ricardo de Oliveira Moreira, Glória Maria Alves Teixeira.

A sua importância social e humana resulta dos seus objetivos:

Ajudar as instituições, privadas e públicas, a reduzir o risco de fraude e aumentar a sua rentabilidade;

- 1. Formar quadros técnica e eticamente preparados para a implementação de políticas antifraude de deteção e prevenção;*
- 2. Contribuir para um melhor conhecimento da realidade portuguesa, europeia e mundial, revelando e prevenindo a economia não-registada e a fraude.”*

Além disso tem desempenhado um importantíssimo papel no esclarecimento da opinião pública e na formação e debate sobre a fraude financeira e formas de a combater. Com esse objetivo publica semanalmente uma seleção das notícias mais relevantes sobre a fraude publicadas durante a semana e divulga outras publicações sobre os mesmos temas. Fomenta a publicação de estudos, artigos e livros, alguns dos quais da autoria do Professor Carlos Pimenta, de grande utilidade e importância para construir uma sociedade mais ética e solidária

O envolvimento de Professores da FEP dignifica a FEP e a Universidade do Porto, pela sua utilidade social, e pelo cumprimento do objetivo último e mais importante da Universidade e dos universitários, que é contribuir para a dignidade e o bem-comum da humanidade, sem quaisquer discriminações.

Mas o OBEGEF tem outra característica da maior importância: a participação, desde o início, de pessoas e instituições não universitárias, numa colaboração muito íntima reforçada pela diversidade de visões, métodos e estratégias.

Este trabalho do OBEGEF e o facto de ter sido o Organizador e Coordenador da Pós-Graduação em Gestão de Fraude, foram os fatores que mais me motivaram a querer conhecer melhor o Professor Carlos Pimenta.

Assim, depois de falar com o Professor João Falcão e Cunha, Diretor da FEUP, e com a estudante de Eng^a Mecânica Rita

TESTEMUNHOS

Cardoso Beco e outros membros da Comissão Organizadora de Novos Paradigmas, Debates e Iniciativas na FEUP (NPdiFEUP), como Coordenador da Comissão Organizadora de NPdiFEUP, coube-me desafiar o Diretor da FEP, Professor José Varejão, e o Professor Carlos Pimenta a organizarem um Seminário sobre Finanças e Ética com a colaboração da FEUP.

De acordo com proposta que, em reação a este desafio, o Professor Carlos Pimenta apresentou, este seminário deveria tratar os seguintes temas:

I Grupo: Análise da situação

II Grupo: Contributo para sugestões.

I Grupo

- o Finanças, globalização e ética
- o Percepção das instituições financeiras
- o Poder político das instituições financeiras
- o Paraísos fiscais, paraísos do secretismo
- o Branqueamento de capitais na sociedade actual
- o Finanças, distribuição da riqueza e corrupção

II Grupo

- o Postura institucional face à falta de ética das finanças
- o Regulação, fiscalização e criminalização e Finanças
- o Legislação de combate à fraude financeira
- o Democracia versus mercados financeiros.

A ideia de organizar um debate ou uma conferência sobre esta temática tinha já alguns anos, na Comissão Organizadora dos Novos Paradigmas, Debates e Iniciativas na FEUP (NPdiFEUP). Na sequência de conversas sobre o assunto, em 24 de abril de 2013 o colega Adriano Carvalho tinha-me já enviado diversos *links* que remetiam para textos e iniciativas relacionadas com a banca e as finanças éticas, nomeadamente

um sobre uma iniciativa de cidadãos europeus: o Finance Watch, uma associação sem fins lucrativos criada em 2011 com o objetivo de defender o interesse público da influência do poderosíssimo lobby financeiro e tentar conseguir que a União Europeia introduzisse regulação sobre as transações financeiras internacionais de modo a proteger a sociedade da corrupção e fraude financeiras que a desregulação facilitam e promovem.

A conferência, que se previa realizar na FEP e chegou a ter programa provisório, data e local previstos, contava com o apoio e interesse dos diretores de duas faculdades, FEP e FEUP, com o empenho e trabalho de dois professores catedráticos, Carlos Pimenta, da FEP e António Barbedo de Magalhães, da FEUP e a participação, na sua organização, de seis estudantes de diversas faculdades e universidades (Rita Cardoso Beco e António Francisco Tenreiro, ambos do Curso de Mestrado em Engenharia Mecânica da FEUP, Ary Ferreira da Cunha, cofundador e Presidente da Sociedade de Debates da UP e estudante de Direito da FDUP, Filipe Moreira, Estudante do 3º ano de Engª Informática da FEUP, João Moreira Campos, Doutorando e assistente da Católica Porto Business School e Pedro Ponte e Sousa, estudante de doutoramento do Departamento de Estudos Políticos, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Mesmo assim, ao fim de mais de cinco meses de trabalho, não foi possível conseguir os meios financeiros e técnicos necessários para lhe dar concretização.

As reuniões de preparação da conferência foram uma escola de finanças e fraude financeira para os membros da Comissão Organizadora. Com efeito, com Ary Ferreira da Cunha, aprendemos que o tema das “Finanças não Éticas” era de uma grande complexidade e era necessário compreender os vários tipos de fraude e corrupção para se poder atuar de forma informada e eficaz.

TESTEMUNHOS

Carlos Pimenta, pelo seu lado, esclareceu que o grande problema de fraude financeira começou nos finais do século passado, com o enorme desenvolvimento dos sistemas informáticos, que criou condições e impulsionou a globalização, com a queda do comunismo, com o eixo Margaret Thatcher-Reagan, e com a introdução da livre circulação de capitais. Estes fatores foram essenciais para que o setor financeiro deixasse de financiar a economia e o crédito passasse a ser deslocado para fins puramente especulativos e lucrativos, sem gerar riqueza para os países. Carlos Pimenta referiu ainda que o endividamento da banca a nível mundial representava, em 2016, 44X o PIB Mundial.

Pedro Ponte e Sousa salientou a importância de se falar em diferentes escalas de economia social, acreditando que projetos como os Bancos do Tempo e a Banca Islâmica deviam ter um destaque na discussão sobre finanças éticas.

Falou-se bastante sobre a necessidade de alterar os currículos das escolas de economia, nomeadamente a necessidade de desenvolver o espírito crítico, haver maior pluralismo nas teorias económicas estudadas e de haver uma maior componente de História da Economia nos cursos do ensino superior.

Ary Ferreira da Cunha referiu um movimento de estudantes do ensino superior de Oxford que queria, precisamente, tornar mais plural o currículo de economia e que tinha conseguido um entendimento com os órgãos dirigentes da universidade.

João Campos falou sobre um movimento estudantil na faculdade de Economia da Universidade Nova com o mesmo objetivo, que se chamava "Coletivo Economia sem Muros".

Ficou por resolver o problema de encontrar financiamento e estrutura de apoio para a organização do evento, condições para que uma liderança pudesse afirmar-se e viabilizar a realização da conferência e das atividades e iniciativas que seria necessário desenvolver na sequência da mesma.

Por isso até agora esta conferência ainda não teve lugar.

Estes exemplos mostram a importância de ter uma universidade e universitários com valores humanos universais e preocupações com o bem comum de todos os humanos, de qualquer país, raça, cultura ou religião, com larga e profunda visão, interdisciplinar e prospetiva, determinação e eficaz pragmatismo.

Mostram também o peso de algumas fragilidades organizativas e financeiras, que podem inibir ou levar ao falhanço de boas intenções e iniciativas.

Estes exemplos aconselham a cultivar e apoiar Professores, estudantes e quadros universitários que se disponham a cumprir as mais nobres e importantes missões da Universidade, com lucidez, perseverança e eficácia.

Pessoas com os princípios e valores, visão, sabedoria e determinação, como os do Professor Carlos Pimenta, são fundamentais para o cumprimento da mais importante missão da Universidade e, por isso, no fim da sua carreira profissional, devem ser acarinhadas e apoiados, como eu e alguns outros já o foram e estão a ser, dando cada vez mais força a um corpo mais idoso e mais experiente que queira e possa dar um contributo útil para a sociedade e para a humanidade.

Este é o voto que formulo, certo de que quer a FEP quer a UP o irão fazer, para o bem de todos, da FEP e dos seus estudantes, investigadores e professores, da UP, de Portugal, da União Europeia e da Humanidade.

Porto, 5 de Setembro de 2018. Data do 70º aniversário e da jubilação do Professor Catedrático Carlos José Gomes Pimenta, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Professor Emérito da Universidade do Porto na FEUP.

António João Maia

Carlos Pimenta - o amigo de sorriso franco e sincero

Lembro-me bem do dia em que conheci o Professor Carlos Pimenta - o Pimenta, como o próprio sempre fez questão de ser tratado. Foi há pouco mais de dez anos, a propósito do curso de Pós-Graduação em Gestão de Fraude, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, lançado e coordenado pelo próprio.

Recordo-me de me ter deslocado ao Porto com duas colegas do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (atual Escola de Polícia Judiciária), onde exercíamos docência, para uma reunião de acerto dos conteúdos formativos e também para conhecimento de toda a equipa docente. A colaboração do Instituto de formação da Polícia Judiciária que fora solicitada compreendia a abordagem de conteúdos mais específicos no que respeita às metodologias, às técnicas e às estratégias próprias da investigação criminal. E a minha colaboração em concreto no projeto traduziu-se na docência das *Técnicas de Entrevista e Interrogatório*, módulo formativo que lecionava no referido instituto.

A equipa docente do curso era composta maioritariamente por Professores da Universidade do Porto, que não conhecíamos. Por isso, confesso, que a viagem até à referida cidade foi vivida por mim com um misto de ansiedade e expectativa. Ansiedade, porque afinal de contas era a primeira colaboração de docência que iríamos ter em contexto puramente académico, o que suscitava naturalmente algumas interrogações: Como seria a docência em contexto universitário? Que cuidados, sobretudo de recorte académico, teríamos de verificar? Como seríamos vistos pelos outros, os Professores residentes? Mas havia também uma certa expectativa, uma vez que não deixava de ser estimulante a possibilidade de partilhar um saber profissional num contexto formativo puramente universitário.

Devo dizer que o modo franco e aberto e sobretudo o sorriso sincero com que o Professor Carlos Pimenta nos recebeu foram marcadores muito positivos que se revelaram de enorme importância logo ali e para tudo o que se seguiu. Na reunião de trabalho que se realizou nessa tarde, como de resto em todas as situações de relacionamento pessoal que tive com o Pimenta, senti sempre uma total e natural disponibilidade para ouvir e respeitar as reflexões ou as meras opiniões dos outros.

Depois do curso da pós-graduação, a que se seguiu, no ano seguinte, uma segunda edição, ambas com resultados muito positivos, o Pimenta desafiou Professores e alunos para a criação de um espaço de reflexão e estudo sobre o fenómeno da fraude e as suas implicações com a economia. Nasceu assim, pela ideia e pela mão do Pimenta, o Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF), do qual me orgulho de fazer parte.

A amizade com o Pimenta tem-se aprofundado através da realização e participação conjunta em diversos eventos, como Conferências, Seminários, Workshops, edição de estudos, artigos e de livros, sempre em torno da temática da fraude e da corrupção. Deste processo são de destacar as diversas edições da Conferência I2FC (*Internacional Interdisciplinary Insights on Fraud and Corruption*) e a coordenação do livro *Fraude em Portugal - causas e contextos*.

Mas o ato em que a presença do Professor Carlos Pimenta me deixou particularmente honrado foi o ter integrado o Júri que avaliou a minha dissertação de Doutoramento no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

O Professor Carlos Pimenta é um verdadeiro humanista no sentido mais abrangente que a noção pode ter. Preocupa-se essencialmente com o lado humano das questões. É o homem e não outra coisa ou interesse qualquer que tem de estar no centro das preocupações da ciência. Por isso sempre defendeu

que mais do que explicar os fenômenos, a ciência deve contribuir para corrigir as assimetrias sociais.

Mas creio que as características que melhor definem o Pimenta são o sorriso franco e sincero e a amizade que facilmente cria com aqueles que o rodeiam.

Ao Professor e amigo Pimenta deixo um abraço fraterno com votos de felicidades para a etapa da vida que agora inicia.

António Laúndes

Foi com algum sobressalto que recebi a notícia que dizia ir ser realizada a “última aula” de Carlos Pimenta, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Sobressalto porque senti, sinto, a designação “última aula” como o anunciar de um fim que não é possível recusar, como uma sentença autoritária e sem recurso.

Se assim tem que ser, se ainda assim tem que ser, bem espero, pelo menos, que a Universidade do Porto e a sua Faculdade de Economia saiba fazer e faça desta dita “última aula” não um fim, mas uma passagem de um perder para outros ganhos com os contributos que Carlos Pimenta pode dar.

Carlos Pimenta e eu temos partilhado vários momentos de percurso de vida que foram cimentando uma amizade que bem sei recíproca. Amizade que, sem indesejadas cedências ou formalismos de etiquetas, é compatibilizada com o meu profundo e alargado reconhecimento e minha admiração pelos muitos contributos dados por Carlos Pimenta para o enriquecimento do Conhecimento nos campos das Ciências Sociais, contributos bem expressos nas suas obras entretanto já publicadas e também nas suas intervenções públicas, na sua participação social e cultural.

Nesta circunstância, apenas como cidadão que procura ouvir e ler com a devida atenção, não me dispenso de aqui

partilhar algo do que considero assinalável e mesmo exemplar nas abordagens de Carlos Pimenta.

A sua procura empenhada no Conhecimento e na construção de uma “sociedade decente”. Como bem nos mostra e nos anima Carlos Pimenta, isto só vai sendo possível conseguir através do Conhecimento cada vez mais alargado e mais profundo da realidade social. Isto só vai sendo possível como caminho através do reconhecimento da interdependência social, do progressivo reconhecimento da complexidade social, e, da não redução do Conhecimento a uma única visão/olhar ou a uma única Ciência. Isto vai sendo conseguido como caminho, pela consequente recusa de qualquer tipo de imperialismo disciplinar, por um constante desafio e investimento na voluntária e desejada exposição a todos os contributos de análise crítica, mas também à saudável opinião quando esta pode ter lugar.

Quando verificamos que para muitos, demasiados digo eu, dá muito jeito, “muito jeitinho” mesmo, invocar o império do Direito evitando encarar e afugentando a Ética, também Carlos Pimenta esclarece-nos que com o separar a Economia da Ética, alguns ganharão podendo até ganhar muito, mas não ganha a Economia e muito perde a Sociedade. Também nos mostra que os fenómenos sociais são construções e que, portanto, a “naturalização” dos fenómenos sociais é um logro e mesmo uma perversa e imoral manipulação.

Verificado é, que não faltam, abundam, vendedores de respostas acabadas, de respostas únicas, vendedores que nos propõem até um ilusório “faça você mesmo”. Pelo contrário, Carlos Pimenta não se dispensa nem nos dispensa do interrogar, nos anima, estimula e nos mobiliza para o interrogar, para a interrogação como passo necessário para os consequentes passos do responder, para o encadeamento da fundamentação das repostas possíveis.

Muito importantes são também os contributos já dados no âmbito da Epistemologia, designadamente, da Economia, da

Sociologia, da Antropologia, e no caminhar no sentido da progressiva inteligibilidade da Racionalidade. Assim, também nos mostra a sua consideração do Conhecimento Corrente como uma forma de Conhecimento, um Conhecimento Corrente que se reconhece como merecedor e capaz de se apropriar de outras formas de Conhecimento. Assim se promove e habilita o Conhecimento Corrente a defender-se das várias formas de "patologia da racionalização" tão frequentemente presentes nos ditos órgãos de comunicação social mas não só aí.

Por muito mais do que isto mas por isto também, expresso, publicamente nesta circunstância, a Carlos Pimenta a minha gratidão pelo tanto que com ele se aprende e se pode continuar a aprender.

António Mendonça

A Jubilação de um Professor é sempre um acontecimento notável.

Em primeiro lugar, para o próprio.

É o fim de um ciclo, mas não o fim da vida ativa e académica, particularmente para quem coloca prazer, paixão, ética, responsabilidade científica e cidadania ativa naquilo que faz.

No caso do Carlos Pimenta, representa mais de quatro décadas de ensino e de investigação, muitas centenas ou mesmo milhares de estudantes que o tiveram como mestre e referência para a vida profissional e cívica. Muitos colegas com quem partilhou experiências e resultados, nos quatro cantos do mundo. Muitos contributos à reflexão económica, à intervenção política, ou à formação de opinião, especializada ou do simples cidadão. Muitas páginas publicadas, da investigação mais fundamental à mais despretensiva - mas não menos complexa - opinião.

Sim, porque no caso do Carlos Pimenta, esta dimensão multifacetada da sua vida profissional e cívica é um traço distintivo que importa salientar.

A jubilação é um acontecimento notável também para os outros.

Para os mais próximos, com quem partilhou desabafos, emoções, esperanças, desilusões, fraquezas e forças, incentivos e descobertas. E para todos os que, de alguma forma, participaram no seu processo de desenvolvimento e afirmação, como cidadão e académico, e que também não deixaram de contribuir para que este ato tivesse hoje aqui lugar. Sou daqueles que pensam que uma vida não se faz desligada dos outros. Somo aquilo que somos, mas aquilo que somos é um produto também das interações que estabelecemos com os outros. Boas e más.

E, no caso do Carlos Pimenta, não tenho dúvidas que as boas interações se sobrepuseram às demais e que, por essa razão, este ato de jubilação que é seu, também é o produto da sua existência social, que o transcendeu e em que transcendeu. E que, deste modo, também se projeta e o projeta para um novo ciclo de vida ativa e de novas experiências.

Permitam-me um aparte, a propósito da aposentação compulsiva aos 70 anos de idade que agora, ao que é dado a conhecer na comunicação social, vai ser objeto de revisão, com o argumento de que não se aplica ao sector privado.

Temo que uma medida que é apresentada como o reconhecimento do papel que os mais velhos podem continuar a ter na sociedade e uma preocupação correta com o envelhecimento ativo, seja apenas a antecâmara do prolongamento da idade de reforma, para lá de todos os limites aceitáveis, procurando reduzir custos com a segurança social em detrimento do reconhecimento ao direito de cada um usufruir da sua vida como entender, após ter dedicado uma longa carreira profissional à sociedade. Neste caso, o argumento de equiparar o

sector publico ao sector privado não se aplica. Pelo contrário, cabe ao sector público dar o exemplo.

Esta é uma questão a que a ciência económica, na minha opinião, deveria dar uma melhor atenção. Deixo aqui um desafio para o Carlos Pimenta, tendo em conta as preocupações e a tenção que ele dedicou ao estudo das leis mais gerais da reprodução dos sistemas económicos e, em particular, do sistema em que vivemos.

Mas, voltemos ao tema.

Ligam-me ao Carlos Pimenta laços profundos que transcendem em muito a mera partilha de experiências académicas, que são muitas e diversificadas.

Conheço-o desde sempre, na medida em que não obstante alguma diferença de idades, que o tempo se encarregou de diluir, partilhamos infância, adolescência e vida adulta. Com fases de maior e menor proximidade física, mas sempre com atenção ao que um e outro íamos fazendo.

Talvez poucos saibam, mas devo-lhe a descoberta do meu interesse pela economia. Bem novo, ainda no então 2º ciclo do curso liceal, quando ele já estava no ISCEF, atual ISEG.

Julgo que no caso dele e, certamente no meu, a escolha da economia não aconteceu por razões de mera opção de desafogo de vida futura (na altura era uma curso de referência, neste aspeto), mas por vontade de mudar a sociedade, de combater as injustiças e de promover o desenvolvimento económico e social do país.

Ambos queríamos mudar a sociedade e a economia era um instrumento para realizar este objetivo.

Lembro-me de um livro que ele me emprestou que foi decisivo para a minha "descoberta" de vocação: os *Princípios de Economia Política* de P. Nikitine, numa edição em francês que me iniciou na leitura dos temas económicos e que me fascinou.

Quando terminei, fiquei com a sensação (que lembro até hoje) de que sabia tudo. Tinha encontrado a resposta para

muitas das minhas preocupações da altura. Sobre o presente, as razões da desigualdade e da pobreza, mas, sobretudo, sobre o futuro: a transformação da sociedade a partir das suas próprias dinâmicas internas, num processo objetivo e inelutável.

Um outro livro, também me facultado em primeira mão pelo Carlos Pimenta que consolidou esta minha ingénua sensação de descoberta do mundo, foram os *Princípios Elementares de Filosofia*, do francês de origem húngara, Georges Politzer. Foi o complemento do primeiro, mas também, curiosamente, nasceu aí aquela sensação de que, afinal, ainda havia alguma coisa para aprender.

A partir daqui, iniciou-se o meu percurso pelas leituras de Marx, dos clássicos marxistas e de Lenine, ponto de partida para a incursão na economia clássica, em Keynes, nos neo-clássicos, sempre lidos com aquele espírito de “conhecer o inimigo” e todo o caminho ao longo da formação como economista, no ISCEF/ISE e, posteriormente, como docente, no ISE/ISEG. Tenho de dizer que também a opção pela carreira académica não foi alheia à referência do Carlos Pimenta que havia sido assistente do ISCEF e depois, após o seu regresso do exílio em França, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto onde ficaria até hoje.

E também partilhei com ele a experiência da orientação da tese de doutoramento, por essa investigadora notável, recentemente falecida, que foi Suzanne de Brunhoff. Talvez aqui, menos ao Carlos Pimenta e mais à Suzanne de Brunhoff, se deve a minha preferência pelas questões monetárias da macroeconomia, que até hoje dominam o meu interesse académico. Mas concordará, certamente, o Carlos Pimenta comigo, que ambos temos uma relação de dívida com esta autora, no que respeita à inquietude metodológica e teórica, ao antidogmatismo, à leitura objetiva da realidade, à procura de respostas novas para os novos problemas. E permitam-me que faça uma referência ao grande mestre Armando de Castro, ilustre professor desta

TESTEMUNHOS

casa, com quem ambos (mais ele do que eu) tivemos oportunidade de conviver, de discutir, de beneficiar dos ensinamentos e, sobretudo, de ter o privilégio de conviver com a humildade própria de um estudioso e de um ser humano excepcional que, infelizmente, não tem sido homenageado como seria devido, dados os contributos notáveis que deu para a investigação científica em Portugal, nos vários domínios das ciências sociais, com relevo para a História Económica e a Epistemologia.

Recuo novamente no tempo para trazer aqui outras histórias que marcaram a nossa vivência comum e a minha formação como economista e como cidadão.

Estávamos em 1969, em plena campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, ainda na ilusão da primavera marcelista, O Carlos Pimenta e a Fernanda, participavam ativamente na dinamização política promovida pela CDE. Lembro-me de ter tido com eles o meu primeiro contato com o que era na altura chamada agitação e propaganda - Agitprop - produção e divulgação de jornais e panfletos de oposição. Foi para mim uma descoberta ver como essas coisas funcionavam numa situação de semiclandestinidade, o que eram os stencils, os copiógrafos, as técnicas de linóleo e outras cujos nomes não retive. Ainda hoje sou capaz de lembrar a excitação que sentia quando me convidavam a participar nalgumas dessas sessões de produção e os tremores e o medo quando, uma ou outra vez arrisquei a deixar em locais estratégicos, para serem recolhidos pela população, alguns desses materiais. Confesso que não me apercebi muito do processo político, mas em contrapartida as sensações ficaram gravadas na minha memória até hoje.

Recordo-me de um outro episódio, julgo que posterior a estes eventos, que evidencia a forma e a profundidade como o casal vivia e participava na luta política pela democracia. É uma cena digna dos melhores filmes policiais, onde não falta o humor e a irreverência.

Por essa altura, o Carlos estava a ser objeto de vigilância pela polícia política. Um certo dia, estávamos os três na antiga residência do Carlos e da Fernanda na Estrada da Luz, em Lisboa e verificamos que estava um Volkswagen "carocha", verde escuro, com três sujeitos no interior, em frente ao edifício, em ação evidente de intimidação e controle. Lembro-me de se falar, se seriam da PIDE-DGS ou da Legião. O Carlos e a Fernanda tinham de ir para uma reunião, de carácter político, eu tinha de regressar a casa. Combinou-se uma forma de ludibriar a vigilância.

Saímos os três e entramos no carro do Carlos, que estava estacionado no estacionamento junto ao edifício (que, segundo me lembro, era também um Volkswagen, azul escuro). Iniciamos a marcha em direção a Sete Rios, com o outro veículo imediatamente a seguir-nos. Um pouco mais abaixo, viramos à esquerda, na Rua das Laranjeiras e paramos o carro. O Carlos sai e simula que está a verificar um pneu, ou outra qualquer anomalia. O carro dos "vigilantes" ultrapassa-nos e abranda a marcha um pouco mais à frente, mas sem parar completamente, querendo disfarçar a perseguição. O Carlos volta a entrar no carro, inverte a marcha e rapidamente volta à Estrada das Laranjeiras retomando a direção de Sete Rios e despistando completamente os esbirros. Numa zona considerada segura, eu fui à minha vida, o Carlos e a Fernanda foram à deles.

Finalmente, um outro episódio vivido com o Carlos, já numa fase em que me aproximava da entrada na Universidade, por volta do ano de 1971 e em que se preparava o lançamento da UEC - União dos Estudantes Comunistas.

O símbolo da nova organização estudantil era uma estrela vermelha de cinco pontas e devia figurar como logótipo do jornal. Era necessário arranjar uma forma de impressão e a solução encontrada foi a de mandar fazer um carimbo que, contudo, não levantasse suspeitas na loja que os produzia,

TESTEMUNHOS

situada numa das ruas da Baixa de Lisboa. A solução encontrada foi a de um carimbo correspondente a uma hipotética Boutique Estrela, onde a estrela figurava na dimensão requerida. Fui o encarregado de fazer a encomenda e de a levantar uma vez produzidos os exemplares do carimbo requerido. Lembro-me de o responsável da loja me perguntar, curioso, o que era essa boutique e de eu, instruído para tal, lhe responder que era uma loja de roupas femininas que estava em fase de lançamento.

Muitos outros exemplos, da vida cívica do Carlos Pimenta em que eu participei e em que me formei como cidadão interviniente poderiam ser citados, mas acho que chega. São suficientes dar uma dimensão, talvez menos conhecida da maioria dos que conviveram com ele, mas que são definidores do seu perfil de existência e de entrega à causa da liberdade e da justiça social.

Regresso à dimensão da economia para salientar uma das grandes qualidades do Carlos Pimenta e que tem a ver com a coerência ética, moral e científica que sempre o caracterizou, nunca traindo aquilo que considerava o essencial das suas referências e princípios.

Ele é uma das figuras mais marcantes de uma abordagem académica, em Portugal, da economia marxista, quer no plano do ensino, quer no plano da investigação, quer na articulação da obra académica com a evolução da realidade política e económica do país, ao longo das últimas cinco décadas. Julgo que o Carlos Pimenta nos deve ainda a sua leitura desta História que viveu e de que foi um dos seus grandes protagonistas.

Gostaria, uma vez mais, de recorrer à memória para referir um dos primeiros trabalhos, senão mesmo o primeiro trabalho substancial do Carlos Pimenta, publicado sob o pseudónimo de José Gomes, em conjunto com Manuel Ribeiro (outro pseudónimo usado pelo Pedro Simões, seu colega de Escola) e

intitulado, *Parte dos Salários no Rendimento Nacional*, de 1972, creio que na sequência de um trabalho elaborado na disciplina de Contabilidade Nacional, onde é realizado um exercício pioneiro de aplicar os conceitos e a teoria económica marxista à construção de um modelo da determinação dos salários em Portugal e neste contexto discutir a hipótese de pauperização relativa dos trabalhadores.

Repare-se como mais de quatro décadas depois, o tema volta a estar na ordem do dia, nas preocupações da teoria económica, designadamente no quadro da análise das consequências do aumento das desigualdades na economia global, sendo objeto de atenção de prémios nobel da economia, como Stieglitz, Krugman e da mais recente coqueluche, Piketty que, inclusive, não teve escrúpulos em intitular o seu trabalho de *O Capital no Século XXI*, querendo propositadamente referenciar-se na linha de investigação de *O Capital* de Marx e onde, efetivamente, a cada página se sente a leitura dessa obra maior do pensamento económico.

Este primeiro livro do Carlos Pimenta, acabaria por dar origem a uma linha de investigação que haveria de ter um *output* maior na sua dissertação de doutoramento, defendida em 1985, *Contributos para a caracterização da inflação*, realizada sob a orientação de Suzanne de Brunhoff. Um trabalho notável de análise do fenómeno inflacionista, rico simultaneamente em discussão teórica, em investigação histórica e em análise empírica, onde igualmente está presente a tentativa de atualizar e aplicar os conceitos marxistas à análise das dinâmicas económicas mais recentes. Talvez valesse a pena retomar esta linha de investigação, agora no contexto das novas tendências deflacionistas ou de baixa inflação. É um desafio que deixo para o Carlos Pimenta.

Não me vou alongar muito mais nas referências ao trabalho do homenageado, dado não ser esse o objetivo deste breve depoimento. Procurei apenas trazer alguns episódios e

TESTEMUNHOS

referências marcantes da minha relação com o Carlos, que acabaram por influenciar decisivamente o meu próprio percurso pessoal.

Quero, a terminar, reafirmar a minha admiração pelo Carlos Pimenta, como pessoa, como cidadão e como académico. Elogiar a sua integridade, o rigor e a exigência que sempre colocou em todas as vertentes da sua vida e, também, permitam-me dizê-lo, a sua irreverência e ousadia, bem traduzida na sua incursão em temas que intersectam a economia mas que estão para além dela, que abrem para a filosofia, para as ciências do comportamento, para as análises multi e transdisciplinares e que deu origem ao seu recente trabalho, publicado em 2017, *Racionalidade, Ética e Economia*. Também não queria deixar de referir a atenção que o Carlos Pimenta continua a dar a um velho “novo” problema que afeta as sociedades contemporâneas, numa escala cada vez mais global e que afeta em dimensões várias as economias e as relações de poder, exigindo, para além de uma nova atenção em termos legais e de justiça, uma atenção em termos de análise económica e de gestão macro e microeconómica. O empenhamento na criação e o papel ativo que desempenha no “Observatório de Economia e Gestão de Fraude” é, sem dúvida, uma expressão maior dessa irreverência e ousadia que referi.

Um forte abraço ao Carlos e votos de felicidades e sucessos nesta nova fase que se abre na sua vida.

Prof. Catedrático do ISEG - Ulisboa
Presidente do CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina

António Oliveira Alves

Muito obrigado, Prof. Carlos Pimenta

Das muitas facetas admiráveis de Carlos Pimenta, além do académico e cientista social, do cidadão empenhado nas causas da liberdade, da igualdade e da justiça, do companheiro e amigo, enalteço, como complemento coerente e conseqüente disso tudo, o seu empenhamento militante na promoção do conhecimento junto daqueles que mais dificilmente a ele conseguem chegar. A sua participação activa na Universidade Popular do Porto é disso um exemplo.

Na sua longa docência como professor de economia, nos seus livros, nas suas conferências e nos seus artigos científicos, no seu vasto trabalho na universidade, incluindo no trabalho modelar da observação da fraude financeira, encontram-se muitos exemplos da investigação profunda e da acção coerente de Carlos Pimenta no estudo e na divulgação da economia enquanto ciência social e enquanto possível instrumento de promoção da igualdade e do bem-estar social.

Mas nessa promoção e defesa de uma economia favorável ao progresso e à justiça social, Carlos Pimenta empenhou-se em transmitir os seus conhecimentos a organizações e pessoas que, pelos seus objectivos e interesses, podem contribuir para a construção duma sociedade mais justa.

Os sindicatos puderam contar consigo para a fundamentação económica das reivindicações justas dos trabalhadores. E estes puderam contar com os seus textos e ensinamentos enquanto instrumentos das suas lutas justas.

A colaboração de Carlos Pimenta com a UPP-Universidade Popular do Porto desenvolveu-se desde a fundação desta, há quase 40 anos, até aos nossos dias. E fez-se a vários níveis, de direcção, em grupos de trabalho, e, nomeadamente, em conferências e cursos por si ministrados - cursos que ele próprio preparava com textos teóricos e de intervenção sobre problemas

TESTEMUNHOS

concretos da sociedade portuguesa. Referindo apenas alguns exemplos relativos aos anos 80, Carlos Pimenta ministrou na UPP cursos sobre a inflacção (um sobre *"Inflacção em Portugal Realidades, Teorias e Políticas"* e outro de *"Contributos para uma Explicação Marxista da Inflacção - Referências à Realidade Portuguesa"*), sobre salários (*"Salários em Portugal - História, Modelos e Futuro"*) bem como sobre a economia ela própria (*"Economia Portuguesa - Uma Experiência, Uma Análise"*).

Dalguns desses cursos nasceram livros que o próprio Carlos Pimenta redigiu e lançou para levar ainda mais longe esses seus conhecimentos uteis para a interpretação da sociedade portuguesa e para a luta pela sua melhoria. Alguns desses livros foram publicados ao lado de obras de Armando Castro, na colecção "Universidade Popular" da editora Caminho. Mesmo em livros mais recentes, como os que escreveu sobre a "globalização" e os "off-shores", Carlos Pimenta introduz as suas ligações à UPP. Mas todas essas obras, todos esses ensinamentos que tanto ajudaram e ajudam a melhor compreendermos as realidades económicas, só saíram à estampa e só viram os olhos de quem os lê por mérito próprio de Carlos Pimenta e pela sua vontade de apoiar as causas de justiça em que acredita.

Há muitas formas de se admirar uma pessoa, com realismo ou sem ele, como projecção de qualidades inexistentes ou como reconhecimento de atributos e feitos reais e positivos compatíveis com a racionalidade e fomentadores de aprendizagem. Carlos Pimenta enquadra-se neste último grupo, mais raro, de quem realmente desenvolveu ao longo da sua vida obras e acções que ajudaram a reflectir e que ajudaram e ajudam os outros a conhecer e a melhorar a sociedade.

Por tudo isso merece de mim um sentido *muito obrigado*.

(membro da direcção da UPP)

Aura Rua

“Então quando vamos colar os cartazes?”

Não me lembro bem, mas acho que já fazia frio. No final da reunião havia uma tarefa “operária” uma vez que a militância partidária passava também por colar cartazes. Os planos de colagem pela cidade foram transmitidos ao *chefe*, à época eras tu, numa folha A4. No final da reunião foram poucos os que se ofereceram para tão “pesada” faina. Já era perto da meia-noite. E não nos esperava ainda o fim-de-semana. Saímos quatro, julho. No potente Volvo da Armanda, parámos, já não sei onde, a aguardar por hora mais tardia que estas coisas querem-se envoltas nalguma penumbra e discricção como nos havia habituado o obscurantismo.

O tempo, então, demorava a passar. Pedi à Armanda um papel. Precisava de fazer um cartucho e lá por a cinza pois, entretanto, apeteceu-me fumar um cigarro. Acabado o cigarro o cartucho foi para o bueiro à falta de um qualquer recipiente público para despejar o lixo.

Entretanto soou a hora do “desembarque”. E tu, Pimenta perguntaste pelos planos. Dei-os à Aura, disse a Armanda. E eu, espantada e confusa, dizia que não tinha planos nenhuns! Foram no papel que pediste, disse ela alarmada. Não pediste o papel? Mas eu não sabia, deitei o papel no bueiro! No bueiro, como? Interrogava-me, de novo, a Armanda. Foi o papel que te pedi, disse eu... O teu riso estalou sonoro, franco, genuíno, a saber-te mesmo bem, a “cena”. Entre a minha atrapalhação e o rosto surpreso da Armanda, disseste: Então, se não há planos, vamos embora... E assim foi, não parando tu de rir, de vez em quando.

Nada se disse para o “exterior”. O Porto era tão grande e depois quem iria dar conta?

Eram tempos de Abril. Teríamos, para aí, 26 anos, ou menos ainda. E agora estamos aqui! A comemorar os teus 70 e a tua jubilação! O tempo passou vertiginoso, pois foi?

Já lá vão tantos anos! E tantos, Pimenta, de amizade pura, apesar de nos encontros fugazes que fomos tendo nem das nossas famílias falarmos. Preocupava-nos o devir. Na quase totalidade das situações fui eu que te procurei e em todas elas, consigo revê-las uma a uma, a tua resposta foi imediata, o teu apoio ilimitado, a tua confiança em mim plena, a tua generosidade única. No teu rosto o gesto amigo e em resposta às minhas blagues o teu riso único que consigo ver e ouvir mesmo quando estou longe. Do teu pensamento a independência lembro e da tua postura a integridade guardo.

Para o ano, no Verão será que nos podíamos reunir não para continuar a tarefa suspensa, mas, como nos velhos tempos, irmos todos de então comer umas farturas à Feira?

Aura, 5 de Setembro de 2018

Avelino Gonçalves

Foi em anos recentes que tratei com o Professor Carlos Pimenta. Verdadeiramente, em termos pessoais só agora o conheci.

Certo que há umas dezenas de anos dei conta dos seus trabalhos sobre a inflação e as questões salariais em Portugal, li trabalhos seus sobre matérias várias, mas estava longe de conhecer a diversidade dos temas que ao longo da sua carreira académica mereceram e beneficiaram da sua atenção.

Foi com proveito pessoal e grande prazer intelectual que convivi com o Professor Carlos Pimenta no quadro de um Grupo de Trabalho da Universidade Popular do Porto.

Apesar do cuidado que o Professor sempre teve de se mostrar “igual entre iguais”, tive sempre a compreensão de que era

para mim um privilégio conviver com um cientista social do seu gabarito.

Sendo a sua postura, sempre, de uma grande proximidade e singeleza, era no plano científico de uma grande exigência, sempre.

Nestas tantas reuniões pude testemunhar a sua rara capacidade de trabalho, a sua admirável disciplina na progressão para as mais exactas formulações, a exigência na escolha dos mais eficientes e seguros métodos de análise, o cuidado constante de trabalhar numa base científica, de evitar os alçapões que sempre se abrem no nosso caminho de cada vez que confundimos a realidade com o que supomos ser a realidade.

Em suma, neste curto tempo de convívio construí uma imagem de grande apreço pelo estudioso, investigador e teórico original dos fenómenos sociais que é o Professor Carlos Pimenta.

Mas neste tempo pude também dar-me conta de que o Professor Carlos Pimenta não limita a sua excelência ao rigor científico.

É público e notório que ao indiscutível mérito da sua obra científica o Professor junta uma postura política e social franca e aberta de comprometimento com a Liberdade, a Justiça e o Progresso Social.

Sempre aberto ao mais franco dos debates, recusando confundir os problemas científicos com as opções políticas, o Professor Carlos Pimenta sempre, a meu ver, parte para o trabalho numa postura de uma grande estatura moral.

Razões de sobra para que hoje, seu aniversário, lhe deixe um abraço de parabéns!

Porto, 5 SET 2018
Avelino Gonçalves

Carlos Carvalhas

Carlos Pimenta um amigo, um colega que estimo, um economista reputado e respeitado.

De económicas, de muitas intervenções e lutas nos uniram, do pós 25 de Abril com as suas sugestões, críticas e propostas, assinadas por si ou conjuntamente com Armando de Castro na preparação das Conferências económicas do PCP, no Conselho Nacional do Plano, no Congresso de Economistas em Cuba, de colóquios alguns com participação conjunta, o Carlos Pimenta de sempre: de convicções, dos valores mais generosos, do conhecimento com rigor para transformar a realidade.

Agora chega a notícia da sua jubilação.

O tempo passou depressa!

Mas vivemos acontecimentos fantásticos, desde logo esse acontecimento maior, essa festa do povo, que foi o 25 de Abril de 1974...

Ficam aqui estas despedidas, mas amigas palavras com um forte abraço.

Tudo de bom para ti, para a Fernanda e para os teus que bem merecem.

Carlos Garrido

Há mais de quarenta anos que sou colega e amigo do Carlos Pimenta. A primeira vez que contactámos profissionalmente foi na década de 70, quando eu era técnico superior no antigo Centro de Estudos de Planeamento. Foi-me dada, então, a incumbência de apreciar um trabalho do Carlos sobre a aplicação das curvas de Phillips à economia portuguesa, numa perspectiva regional. Como me dedicava à economia positiva (conceito com o qual ele não simpatiza), aceitei coma agrado tal tarefa. Rapidamente verificámos que tínhamos interesses

científicos em comum e alguma rebelião intelectual relativamente às verdades adquiridas.

Tive o gosto de ter privado com ele no Centro de Estudos Africanos e de ter acompanhado o seu percurso como autor de livros e de textos diversos, cuja leitura foi bastante proveitosa para mim.

O Carlos Pimenta, para além de ser uma pessoa generosa e dotada de uma rectidão moral, é um investigador que analisa os conceitos básicos da economia, os questiona e propõe abordagens alternativas, facto que está bem patente nos seus livros.

O trabalho mais recente em que estivemos envolvidos consistiu num diálogo no qual discutimos e especulamos acerca de temas que ainda se encontram em aberto.

Com a aposentação, o Carlos ganha finalmente liberdade, que é um dos maiores anseios e talvez mitos da humanidade.

Catarina Abrantes

Professor Carlos Pimenta - Três Lições

Há pessoas que nos marcam. Há professores que nos marcam e para a vida. O Professor Carlos Pimenta marcou-me.

Conhecemo-nos no meu quinto ano da FEP, em 2003. Numa altura em que Bolonha ainda não tinha sido adoptada e chegávamos todos ao final do curso de Economia com a sensação que já não havia o que aprender no mundo "FEPiano"; e a ideia de que ainda tínhamos que escrever uma dissertação não era a mais popular.

O Professor Carlos Pimenta seria o meu orientador de tese na disciplina de Estudos Económicos Aplicados.

Ainda me lembro da primeira reunião que tivemos: uma presença que se 'sente' e a barba em estilo pêra cavanhaque como assinatura pessoal.

TESTEMUNHOS

Perguntou-me se sabia o que era o 'neomarxismo' e quando titubeei lançou-se nos meus economistas de referência. A pergunta - implícita-, mais tarde perceberia, era o quanto tinha até então explorado as teorias económicas que a FEP não ensinava, o quanto estava preparada para questionar o status-quo.

E essa seria a sua lição #1: a importância da curiosidade intelectual - do permanente questionar.

Homem de convicções fortes e profundamente humanista, obrigou-me (nos) a repensar o que sabíamos sobre globalização e desigualdade sociais; a ética e os comportamentos económicos. '*Uma economia ao serviço do Homem*' parecia-me na altura uma ideia tão alienígena quanto improvável, mas a paixão com que a expunha palpável. Perceberla-a melhor no contexto do seu trabalho na gestão da fraude.

E essa seria a sua lição #2: um sonhador pode também ser um pragmatista.

Durante os meses em que trabalhámos juntos e, depois nos subsequentes cafezinhos que fomos partilhando pelos anos, acabaríamos amiúde a discutir *saber* e *experiência*: o que significam, como se desenvolvem, onde terminam, como validar. Muitos, decididamente, classificariam as nossas conversas de filosóficas, mas aprendi com ele que a classificação, especialmente se precoce, é um factor limitador. No mundo das decisões humanas que tanto nos fascina, não há uma mas várias perspectivas e dentro delas uma miríade de contextos alternativos.

A minha lição #3: o viver como o saber dependem umbilicalmente de uma constante reflexão. Sobre a Verdade, a Moral e a Ética. Não há uma resposta; não há a resposta. Há o ir respondendo ...

Um grande bem-haja e até já,
Londres, 5 de Setembro de 2018

Dalila Moreira

Há uns dias falei com o Professor. Estava absolutamente convicta que ai estaria dia 5. Infelizmente a minha tia Dalila faleceu e eu tenho que estar com a família. Mas em espirito ai estarei e, com muita vontade de em breve estar convosco e, de viva voz, dizer ao meu Mestre o que gostaria de transmitir neste dia: o Professor Pimenta não me ensinou só coisas de economia. Ensinou muito mais: a Ética da coerência, do valor das convicções, da importância da honestidade intelectual. Tive o privilégio de o Professor partilhar comigo e com a família momentos de convívio além do espaço académico, que espero repetir. Não dá para esquecer aquela gargalhada que ocupa todo o espaço. Aquela gargalhada que é própria dos justos. Obrigada Mestre!

Edgar Pimenta

Nunca fui aluno do meu pai, o Prof. Pimenta....

Mas conheci muitos dos seus alunos e estras opiniões resultam numa conclusão simples: sempre foi um professor que não deixava ninguém indiferente. Havia quem o adorasse e quem o detestasse.

Quem o adorava, adorava-o pelo seu conhecimento e pela sua capacidade de transmissão desse mesmo conhecimento. Quem o detestava era sobretudo porque questões ideológicas.

Mas havia algo em que todos concordavam: na sua dedicação e empenho à Faculdade de Economia, à Universidade e às causas por si defendidas.

Assim, numa perspectiva de quem está de fora e recolhia essas sondagens de opinião, sempre tive a visão dele como um professor exigente mas justo, compreensivo mas equidistante. Características fundamentais!

Não tendo sido seu aluno, acabei por ter o privilégio de poder trabalhar com ele em vários desafios de leccionação. Eram desafios de leccionação mas que foram sobretudo grandes aprendizagens para mim.

O nosso primeiro desafio conjunto foi uma formação de Gestão de Projetos, um tema agora vulgar mas que na altura era inovador. E foi uma responsabilidade enorme para mim pensar em dar essas aulas ao lado do meu pai.

Mas não era hipótese dizer que não!

E acredito ter sido esse desafio que me despertou para o gosto de ensinar, ainda que apenas o faça de forma pontual.

Foi também aí que começou uma parceria de ensino que depois se estendeu para os temas da fraude com as aulas em diversas pós-graduações, os seminários e o OBEGEF.

Não tenho dúvida que muita da minha postura e conhecimento profissional foram fortemente enriquecidos nestes desafios (aprender para ensinar). Se bem que só percebi o alcance disso muito mais tarde....

Mas o professor Pimenta é acima de tudo o meu pai. E também aí os ensinamentos são muitos....

Muitos dos nossos gostos são herdados ou incutidos pela vivência.

Aqueles que mais recorro são sem dúvida as “brincadeiras” com os selos e os “kits” durante o de Inverno e a pesca e o barquinho no verão. Sem esquecer o ping-pong.

Aprender como distinguir cada selo, o que cada selo representava e ensinava, como guardar e catalogar esses selos foram aprendizagens que distraía uma criança curiosa durante horas.

O meu gosto pelo mar foi algo que foi também sendo ensinado pelo meu pai. A começar pela pesca, com a paciência que a mesma acarreta, as suas técnicas, o saber esperar (as diretas a pescar safios na praia são um bom exemplo dessa paciência), passando pela caça submarina que no meu caso se transformou em mergulho, até ao gosto pela simples navegação no mar.

E cada uma destas atividades eram momentos de prazer mas também momentos de partilha de conhecimento.

E os ensinamentos de pai transformam-se em ensinamento de avô. E agora é como pai babado e filho orgulhoso que vejo o professor Pimenta a ensinar os seus netos, desafiando-os.

Mas as aprendizagens não vêm apenas de bons momentos passados. Vêm muito pelo exemplo de quem sempre defendeu os seus princípios, de quem segue uma postura de integridade e justiça, de quem se dedica às causas de alma e coração, de quem trabalha afincadamente para atingir os seus objetivos. E que melhores valores podem ser ensinados do que estes?

Eu nunca fui aluno do meu pai, o Prof Pimenta. Mas fui das pessoas que mais aprendeu com ele.

Elvira Azevedo Mea

Tive o gosto de conhecer o Professor Carlos Pimenta nos anos 90, quando fui presidente do Conselho Pedagógico da Faculdade de Letras e depois foi óptimo trabalhar com ele, enquanto Pró Reitor da Universidade e como professor do Mestrado e Doutoramento em Estudos Africanos, assim como membro da Direcção do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Para além da sua reconhecida competência, disponibilidade e espírito de equipa, diria como Sá de Miranda que ele é

*“Homem dum só parecer,
Dum só rosto e d’uma fé.
Antes quebrar que volver
Outra cousa pode ser
Mas de corte homem não é!”*

TESTEMUNHOS

Carlos Pimenta une a sabedoria, à simplicidade, à humildade, numa complexa poesia que lhe é inerente.

Daí ele pertencer, como diria Maria Ondina Braga ao grupo dos

“Poetas, meninos doidinhos e sábios.

Meninos perfeitos porque sempre meninos. Nunca procuraram nada nem imitaram ninguém. Mas todos os dias se vestem de gala e de assombro, como se todos os dias fossem de morrer.”

Aprendi muito com ele.

Fernando C. de Almeida

Caríssimos

Conheci o Prof. Carlos Pimenta por ocasião de nosso trabalho de intercâmbio entre a Universidade de São Paulo e a Universidade do Porto. Ficamos amigos e muito trabalhamos juntos até aqui promovendo diversas iniciativas voltadas à pesquisa e ensino no campo da Gestão de Riscos de Fraudes e de Compliance.

Foi com imenso prazer os momentos de interação e convivência e de trabalho conjunto, bem como de aprendizado também com o Professor Catedrático.

Espero que continue seu trabalho na área e nossas interações profissionais e pessoais.

Desejo sucesso nesta nova fase que se inicia após todos os seus 43 anos de docência.

Grande abraço ao Amigo
Professor Associado FEA/USP

Fernando Cid Simões

Conhecemo-nos há cerca de meio século, tempo mais que suficiente para aferir o carácter, sem mácula, do Carlos Pimenta. Colaborámos no saudoso “A Opinião”, irmanados pela utopia própria dos revolucionários. A claridade iluminou sempre a confiança mútua, consolidando a amizade que perdurará.

Nao vais parar,

“porque los que son guerreros verdaderos
no descansan descansando.”

Gil Vicente

[Tragicomédia de Amadis]

Guilherme da Fonseca-Statter

Tomei conhecimento da obra do Professor Carlos Pimenta a partir da leitura de um seu breve escrito que, se bem me lembro, tinha por título «Para Uma Análise Marxista da Inflação». Estávamos então em 1978 e estava eu destacado na Zâmbia, onde trabalhava como quadro directivo da empresa multinacional IBM. A minha formação académica era então limitada ao primeiro ano do antigo curso superior de administração ultramarina (entretanto e naturalmente extinto). Enquanto ao serviço daquela empresa multinacional, e até por ser quadro directivo, tinha tido que frequentar vários cursos intensivos de formação interna e aí estudar muitas questões de tecnologia, gestão, finanças e economia empresarial.

Dado o ambiente internacional de inflação persistente e generalizada, tinha então tido a curiosidade e a ocasião de ler um livrinho de autoria do professor do Kings College

(Cambridge) J.A. Trevithick, «*Inflation a Guide to the Crisis in Economics*». As diferenças, direi mesmo o contraste, entre as duas análises, espreitei-me a curiosidade pelas coisas da análise marxista dos fenómenos da economia capitalista, em que eu estava já plenamente inserido. Em consequência, poderei assim dizer que devo em grande parte à leitura de um trabalho de Carlos Pimenta, o ter então iniciado uma peregrinação intelectual que ainda hoje se mantém. Designadamente por via do meu regresso à Universidade, poucos anos depois de ter regressado a Portugal, e a conclusão de um doutoramento na área da Economia Política do Desenvolvimento. Foi também essa leitura que me empurrou para o estudo de uma colectânea de textos da editora Pelican (cujo título agora me escapa) mas dedicado exclusivamente àquilo que os editores designavam por «Marxian Economics». Muito em particular um ensaio do professor Ronald Meek dedicado à temática da queda tendencial da taxa de lucro.

Entretanto, só vim a conhecer pessoalmente o Professor Carlos Pimenta quando, em 2011, tive o privilégio de o ter como apresentador de um dos meus livros, «O Preço das Coisas». Desde então temos trocado muitas ideias, participado em alguns (demasiadamente poucos) colóquios e colaborado na elaboração de alguns escritos. Tudo isto me leva a afirmar, com apreço e admiração, que vejo em Carlos Pimenta uma pessoa rara, de espírito extremamente curioso e inquieto, sempre em busca de mais e melhor conhecimento sobre as coisas do mundo. Na minha opinião, que só a mim responsabiliza, o professor Carlos Pimenta será assim, em Portugal, um dos poucos docentes de Economia em quem se justifica plenamente o título de «*Philosophiae Doctor*». Ou seja, aquele que atingiu o grau de «Doutor Filosofal», no sentido mais amplo de ter atingido um conhecimento de nível filosófico sobre uma determinada área do conhecimento e das respectivas e múltiplas ramificações com muitas outras áreas de investigação da Ciência.

Digo isto pois que constato, até por observação directa, que se é verdade que temos em Portugal muitos professores universitários, doutores em ciências económicas, não me parece que sejam assim tantos aqueles de quem se poderá dizer, com propriedade, que são verdadeiramente «doutores filosofais» em Economia. A maioria são excelentes e, sem dúvida, técnicos especializados e muito competentes em áreas do conhecimento, como serão os casos da Contabilidade Nacional, Finanças Públicas ou Gestão Empresarial.

Oeiras, 16 de Agosto de 2018

Guilhermina Castro

Conheci o Carlos Pimenta em contexto profissional no desenvolvimento de projectos para diversas autarquias no domínio da Educação. Mais tarde desenvolvemos uma parceria ao nível do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF). Quase desde o início ficamos amigos e essa é a principal razão que me leva a deixar estas palavras, breves e sentidas.

Sempre admirei no Carlos, ao nível profissional e pessoal, a sua entrega a causas em que acredita, a sua capacidade de trabalho - verdadeiramente notável - a sua inteligência, o seu sentido de humor, a sua criatividade e capacidade de produzir inovação, o seu profissionalismo, a sua integridade e o seu sentido de justiça. Admiro também a sua humildade, a sua capacidade para ouvir e aceitar as diferenças. Mais, a sua capacidade para atizar a expressão dessas diferenças nos outros e compreende-las.

O que desejo: em primeiro lugar manter a sua amizade; em segundo, manter a colaboração profissional; em terceiro, que a sua criatividade e capacidade de produzir conhecimento inovador se mantenha inalterado e que a sua batalha ao nível da

corrupção e fraude tenha cada vez mais impacto nesta nossa sociedade, que tanto precisa de pessoas inteligentes, íntegras e que nunca perdem a vontade de lutar, como é o caso do Carlos.

Gustavo Pimenta

O Avô é uma pessoa difícil de descrever. O feitio em si, não é banal, não é algo que se veja todos os dias. Por vezes não é fácil de lidar, mas é sem dúvida muito gratificante. É alguém que diz as coisas sem tabus, com a maior das honestidades, e isso não agrada a todos. Mas a muita gente agrada! A prova disso é a Avó, que está com ele há mais tempo do que qualquer um de nós. Sou também eu, que tive a sorte de nascer neto dele, a prova disso. Desde muito pequeno que me dou bem com o Avô, e posso dizer que quanto melhor o conhecemos, mais fascinante é. Atrás da imagem serena e imponente, é alguém com muitas coisas a dizer, muitas experiências a contar. 70 anos de aventuras e desafios, desde fugir de Portugal a tentar fazer com que a Avó fique um jantar inteiro sem se levantar da mesa. Desde educar dois filhos a aturar dois netos. Desde a enorme dedicação para se formar na faculdade, até estar numa outra, desta vez a dar aulas. Muitos anos, muitas turmas diferentes, centenas de alunos. E foi agora, na grande marca dos 70 anos, que deu a sua última aula. No entanto, apesar de ter saído da faculdade, a sua marca está longe de desaparecer. Por alguns alunos vai ser lembrado como o bom professor, por outros o mau professor. Afinal de contas, é impossível agradar a todos. Mas vai com certeza ser lembrado por todos os que estão na faculdade e pelos que já lá passaram como o grande homem que é. É inegável a sua inteligência e maneira de lidar com as coisas, a sua enorme simpatia e carinho para aqueles que conseguem conquistar o seu coração mole. Porque, embora não

se perceba à primeira vista, ele é assim, sentimental e imensamente bondoso. Sei isso desde que ia em pequeno pescar com ele. Adorava que me ensinasse alguns pequenos passos dessa grande paixão que ele tem e me continua a transmitir. Apesar de agora não pescarmos, não me esqueço da sensação de apanhar um bom peixe nos mares do Algarve o ano passado, ou da felicidade que era apanhar um peixinho de 20 cm quando era mais novo. Não me esqueço também das grandes coleções de selos, que mais tarde evoluíram para desafios a tentar encontrar erros nesses mesmos selos. Fui sempre desafiado pelo avô nesse tipo de coisas. Cheguei a perder horas num selo a tentar descobrir o erro, até que foste tu que me disseste o que estava errado nele. Agora os desafios são diferentes. Catalogar os muitos livros que ele tem em casa, que pelos vistos já o meu pai fazia quando era novo! Devem ser mesmo muitos livros! Por falar em livros, o Avô já escreveu alguns! E espero que escreva ainda mais, não só para pessoas interessadas no assunto os lerem, mas principalmente porque lhe dá gosto. E é isso o mais importante, encontrar a felicidade em tudo o que fazemos. E sei que ele vai continuar a encontrar essa felicidade todos os dias por muito tempo, assim como me vai continuar a desafiar e a partilhar comigo essa felicidade. Parabéns avô. 70 anos é um marco, e sei que o mereces mais que ninguém.

Hermínia Silva

Como tantos outros (muitos!), fui aluna do Professor Carlos Pimenta nas aulas teóricas de Introdução à Economia e ficaram sempre na minha memória tanto a caixa de ar como a fluidez de discurso que conseguiam tornar acessível tanta teoria a tanta gente ao mesmo tempo.

Anos mais tarde, depois de concluída a licenciatura fui estagiar com o Professor no Centro de Estudos Africanos da Universidade de Porto (CEAUP). Foi desta experiência que ficaram marcas mais fortes por vários motivos. Por um lado, encontrei uma pessoa com quem me entendi perfeitamente sendo eu própria, alguém com quem é muito fácil conversar apenas sendo absolutamente franca e directa. Por outro lado, encontrei um Professor, depois de definido um tema de estudo e alguns indicadores a estudar assim como as fontes, fui inteiramente deixada por minha conta com toda a liberdade e a correspondente responsabilidade. Tudo isto sem que, no entanto, me tenha nunca sentido de alguma forma "largada", muito pelo contrário, tive toda a assistência, apoio e disponibilidade sem aparente interferência. Penso que aqui se revelou um Professor tanto já pela enorme experiência acumulada, como sem dúvida, uma vocação e um prazer no ensino imensos.

João Schwalbach

Alô Carlos Pimenta!

Falar de um amigo, porque muito pessoal, não é tarefa fácil. Conhecemo-nos na década de noventa do passado século nas nossas lides académicas quando, superiormente, servias a tua querida Universidade do Porto como Pró-Reitor e eu, titubeante, dirigia a Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique. A tua enorme simplicidade e frontalidade e o profundo desejo de partilhar ideias e experiências que se sentiam de ti transbordar, logo mostraram a desmedida grandeza do imenso Homem que és: académico marcado, humano, sempre sarcasticamente bem-humorado, desinteressadamente participativo, continuamente preocupado mas incessante e activamente envolvido.

Foste assim. És assim. Exigente, disciplinado, crente, confiante, colectivo, entusiasta, consequente, criativo, amigo. Contigo, e quem tem a regalia de partilhar as tuas vivências, nos interrogamos constantemente e, constantemente, aprendemos. Aprendemos e crescemos e, crescendo, ganhamos mais energia e saberes para, solidariamente, darmos aos demais.

A atenção e valorização que sempre colocas nos pormenores de uma acção constituem a garantia do sucesso das grandes obras que finalizaste. E assim progredistes e progrides na construção das mudanças que se impõem às instituições e às sociedades para que se sustente o respeito e a dignidade humana e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida individual e colectiva.

Verdade: falar de um amigo é mesmo uma tarefa difícil. Principalmente quando o amigo (como tu) é aquele que está sempre presente quando dele precisamos e, particularmente, também presente quando os outros se vão embora.

Por tudo isto, bem hajas Carlos Pimenta!

Um abraço muito amigo do

Maputo, 28 de Agosto de 2018

José Marcos Mazula

Ao ilustre e caríssimo amigo Prof. Doutor Carlos Pimenta,

Queira receber o meu abraço fraterno carregado de emoção. Escrevo com muito interesse, mas na certeza que nunca iria esgotar o meu testemunho, sobre o quanto eu e a minha família aprendemos e beneficiamos do relacionamento de anos com o Prof. Doutor Pimenta. Eu vinha de África, nos fins dos anos 80, desconhecia o mundo universitário português, e

TESTEMUNHOS

encontrei gente boa de referência e predisposta a ajudar os estudantes vindos dos países africanos de língua portuguesa. Nessa lista da nata de pessoas ilustres, para além do Dr. Pimenta recordo-me, como se fosse ontem, da memória dos Professores Armando Castro, Manuel Baganha, o ícone da sapiência em Contabilidade de Custos, o Professor Oliveira Marques, amigo pessoal, brilhante na leccionação, que me proporcionou os primeiros estágios profissionais. Revejo -me no espírito desta nata de professores, cuja deontologia profissional, ética e rigor científico marcaram uma geração de que o Professores Pimenta, Mota de Castro, Alberto Castro, Daniel Bessa, Teixeira dos Santos, Madureira Pinto, Joaquim Carmona, Santos Silva e tanto outros fizeram parte. Todavia, o Dr. Pimenta teve um traço distintivo e peculiar, abraçou e apostou na cooperação universitária no espaço lusófono, liderando e apadrinhando cursos de mestrado e de doutoramento com abordagem de interesse para a criação de uma massa crítica de intelectuais úteis a academia e ao desenvolvimento dos nossos países. O Prof. Doutor Pimenta, não obstante as dificuldades institucionais, soube de forma desinteressada convergir vontades e trabalhar em equipa, grangeando confiança das instituições universitárias e políticas do espaço lusófono e, hoje, temos os resultados positivos desse esforço. Parabéns Professor Doutor Carlos Pimenta, que Deus o proteja sempre e sempre, a si e a sua família, tenha muita saúde e continuação de sucessos. Ainda espero um reencontro para a actualização das nossas conversas de lareira sobre a evolução da sociedade Moçambicana e em particular sobre pintura e literatura. Ainda tenho na memória a minha pintura sobre família alargada, adquirida pelo Professor Pimenta, aquando da exposição colectiva lusófona, na FEP, inaugurada pelo saudoso Presidente da República Dr. Mario Soares, em que o Prof. Manuel Baganha fez questão que eu fizesse a apresentação da exposição. Tanto teria por contar incluindo a grande solidariedade multiforme aos estudantes

africanos. Receba o meu abraço, da minha esposa Arminda e dos meus filhos Ivan, Stélio e Selma.

Maputo, 13 de Agosto 2018

(Licenciado em Economia pela FEP e Mestre em Desenvolvimento Regional e Local, pela UL)

(Assessor Económico na Assembleia da República de Moçambique)

Lúcio Coelho

Conheci o Carlos Pimenta (e a Fernanda naturalmente) vai fazer vinte anos já no muito próximo mês de Setembro. Foi na “Máscara”, um pequeno restaurante da Foz, especialista em “fondue”, que se deu início a um projecto de fusão de parte do seu sangue com parte do meu: pouco tempo depois o seu filho casava-se com uma filha minha!

E a pouco e pouco nos fomos depois verdadeiramente descobrindo.

Do seu percurso académico já eu tinha muito ouvido falar. Do seu percurso ideológico também e, muito embora diferentes os mesmos, do meu, fomos capazes de construir, ao longo dos anos, um respeito e uma amizade que se tem vindo a desenvolver e a sedimentar, ao ponto de hoje partilharmos já alguns gostos e desgostos, alguns vícios, alguns hobis...

Em Fevereiro de 2001, o número 97 da revista “A Filatelia Portuguesa” publicava um texto para o qual fui desafiado pelo então Director dessa Revista, Carlos Pimenta. Versava o tema do surrealismo na pintura. O pretexto tinha sido a edição de um grupo de selos comemorativos do Surrealismo em Portugal.

Eu gostava de pintura, o Carlos gostava de filatelia: Mas eu não gostava propriamente do surrealismo na sua

TESTEMUNHOS

expressão plástica mas tinha curiosidade pela sua expressão teórico-filosófica.

Pesquisei, estudei, resumi e aprendi. Foi um trabalho que me deu prazer, que devo ao Carlos e que eu retribui penso que da maneira que ele mais gostaria: algum tempo depois, passei eu a gostar de selos. Passei-me para a equipe do parceiro!!!

De início juntava selos. Sem critério definido. Acumulava. E quantos mais selos tinha mais achava que era importante o que me faltava. E faltava-me muito. Desde logo faltava-me conhecimento e tempo para poder fazer uma colecção como eu sabia que o Carlos teria. Também não queria ir tão longe. O Carlos será naturalmente um dos mais importantes filatelistas portugueses. Tem quase 60 anos de experiência, que foi aperfeiçoando com os métodos de exigência e de rigor que fazem parte da sua vida como homem da ciência e do ensino. E ensinou-me mesmo!!!

Ensinou-me o método do coleccionismo e a importância dos limites desde logo definidos. Limitei-me a Portugal e aos primeiros 100 anos da República Portuguesa. Aos setenta anos de idade já é preciso ter juízo!!! Atrás de nós virá quem melhor fará.

O pretexto da Filatelia aproximou-nos entretanto muito. Muitos selos, muitos conhecimentos e muitas provas de amizade recebi de Carlos. Muita gastronomia andou também aqui à mistura. Muitos projectos de viagens. Pescaria.

Aprendi a admirar o Carlos: na sua dimensão filatélica, na sua dimensão académica e, principalmente, na sua dimensão humana,

Hoje posso dizer: não somos parceiros, somos Amigos.

Luísa Vaz Oliveira

Ao meu amigo Pimenta, colega de faculdade, que sempre nos ajudava na Matemática e Estatística e que amavelmente me emprestou o livro de exercícios do Schaum (?), fazendo-me chegar a Caxias. Eu nunca lho cheguei a devolver, muito embora "só" tenham passado 47 anos!!

Estou-lhe muito grata pela sua camaradagem e desejo-lhe as maiores felicidades nesta nova etapa da sua vida!

Magdalena Studer

Querido Carlos!

Nunca assisti a nenhuma aula tua na Universidade, nunca elaborei nenhum tratado científico contigo nem participei em investigações sobre Fraude e Corrupção. Mas graças ao teu amigo defunto, o João Lopes, meu primeiro marido, tive a grande honra de entrar no teu grupo de amigos de sempre, e quem diz Carlos, inclui imediatamente a Fernanda, tua companheira fiel e alegre e os filhos Catarina e Edgar. Foi-se tecendo ao longo de estes anos todos uma amizade incondicional e maravilhosa, que se estende hoje até a Suíça e ao Beda!

Foste tu que acompanhaste o João durante o tempo de estudante, viajando diariamente do Estoril a Lisboa. Ajudaste-lhe com a maior naturalidade nos transfers do comboio ao táxi e do táxi a universidade, aquele edifício nobre e velho, cheio de barreiras arquitectónicas, onde uma cadeira de rodas era igual a um elefante numa caixa de porcelana!

O João, vindo da Covilhã, um berço de agitações laborais, já vinha pintado de "vermelho" e encontrou em ti um amigo compreensivo. Ele já tinha percorrido um caminho doloroso na sua vida e por isso nunca quis arriscar até a última, porque

TESTEMUNHOS

o caminho estreito entre uma oportunidade única, que lhe foi dado, a de estudar, e o caminho de volta a uma existência sem futuro, fez-lhe escolher aquele que ele seguiu.

Mais tarde, tu de volta da França, nós de volta da Costa Rica e da Suíça, houve visitas no Porto em tua casa e em Linda-a-Velha na nossa casa, onde se desenvolviam conversas animadíssimas. Em tempos difíceis da doença do João, a vossa casa foi porto seguro para mim e os meus filhos.

Hoje segues sendo uma referência importante para o Beda ao que diz respeito a situação económica nacional e ele te cita não poucas vezes em reuniões.

Segue aquela amizade e confiança mútua entre as nossas famílias, com a fidelidade natural que é única entre verdadeiros amigos.

Obrigada Carlos e os nossos parabéns para os teus anos significativos. Saúde, amor e muitos encontros, seja cá como lá!

Manuel Aranda da Silva

Conheci o Carlos Pimenta em 1970 quando me transferi do Faculdade de Economia do Porto para o ISCEF em Lisboa. O Carlos tinha acabado o curso e iniciava a sua vida académica como assistente mas aceitou ser o Presidente da Assembleia Geral da lista de unidade de esquerda que concorria às eleições para a A. Académica do ISCEF e na qual eu era candidato como Presidente. O Carlos apesar de estar num momento de transição na sua vida contribuía com o entusiasmo como se fosse ainda estudante sempre com o seu optimismo positivo que mesmo nos momentos difíceis transformava o que parecia impossível em possível. Penso que sem ele nunca teria havido esta lista e portanto nunca teríamos ganhado as eleições.

Voltamos a reencontrarmo-nos em Paris em 1972 . Eu já lá estava há uns meses quando ele chegou com a Fernanda e um Bebé nos braços também fugindo a Pide. Nunca me esqueço do encontro no quarto do Hotel Lisboa e de que como era difícil para um casal com um Bébé viver num quarto de hotel sem possibilidades de fazer refeições e com muito pouco dinheiro para comer fora. No entanto o optimismo positivo mesmo em momentos de desalento nunca faltava e de certo modo contribuía para os outros também verem as coisas menos pretas. Ainda no meio destas dificuldades já pensava no que fazer em Paris do ponto de vida académico e contribuiu muito para eu próprio encontrar uma esperança no futuro que na altura não parecia tão brilhante assim.

Veio o 25 de Abril e nossas vidas separaram-se bastante. Eu para Moçambique minha terra natal e o Carlos ficou a fazer a sua revolução em Portugal. Só nos voltamos a encontrar muitos anos depois em Angola em meados dos anos noventa onde eu trabalhava para as Nações Unidas e o Carlos tinha vindo participar num Congresso.

Tinha-se interessado por questões africanas e na sua vida académica contribuiu para o desenvolvimento dos Estudos Africanos na Universidade do Porto onde já era professor há muitos anos. Sempre positivo tentava criar um interesse na sua Universidade num tema em geral esquecido nos meios académicos das universidades Portugueses durante muitas décadas em que a viragem de Portugal para a Europa e integração na União Europeia fizeram Portugal estar completamente de costas para África .

Discutimos, intensamente como sempre, assuntos Africanos vindos de experiencias diferente mas sempre a pensarmos num bem maior e na necessidade de uma maior justiça neste mundo de desigualdades inaceitáveis. Já nessa altura pré-víamos nas nossas discussões que o futuro da Europa estará sempre ligado ao de África e que só um desenvolvimento

mais inclusivo de África poderia prevenir uma futura migração maciça de africanos para a Europa.

A partir dessa altura passamos a ver-nos mais vezes no Porto e o que me sempre impressionou no Carlos Pimenta é a sua capacidade de trabalho e de procura de coisas novas muitas vezes não da moda mas sempre muito importantes no tempo. Conheci poucas pessoas na minha vida com esta capacidade de trabalho e inovação na sua busca por contribuir para um mundo melhor.

Manuel Carvalho da Silva

Conheci o Doutor Carlos Pimenta no final de 1974 ou no primeiro semestre de 1975. Enquanto ativista participei em diversas iniciativas sindicais e aproximei-me da atividade da União dos Sindicatos do Porto (USP). Aí tive a felicidade de, durante uns tempos, e ainda antes de ser eleito membro do Secretariado dessa importante estrutura sindical (em meados de 1975), ter integrado um pequeno grupo de trabalho que “estudava” e “fazia sugestões” sobre o “controlo operário”. A “produção” dessa equipa julgo que não poderá hoje ser consultada, pois penso que ou foi queimada ou destruída no assalto à USP, no chamado “verão quente”.

Nessa equipa pontificava Carlos Pimenta. Quase todos os outros elementos não possuíam formação académica. Alguns, como era o meu caso – embora com muito menos experiência que, por exemplo, o Vitor Ranita –, trabalhávamos em empresas industriais nas áreas da organização do trabalho. Carlos Pimenta ouvia atentamente o que observávamos nos comportamentos das empresas na aquisição e gestão de matérias primas, na apresentação das carteiras de encomendas, na faturação, etc. A partir daí fazia perguntas e, quantas vezes, enquadrava o que expúnhamos a partir do seu conhecimento

e análise científicas. Devo-te, em grande parte, caro Professor, essas extraordinárias primeiras aulas de economia, disciplina de que sei pouco mas de que gosto bastante.

Mais tarde fui lendo alguns dos seus trabalhos e anotando opiniões sobre o Economista Carlos Pimenta, vindas de alguns dos seus pares que tratam a economia com seriedade e me têm dado o privilégio de poder aprender e colaborar com eles. Todos te realçam, estimado amigo, o grande empenho que colocas no estudo e no combate da economia da fraude, da falsificação e da subtração ao escrutínio público por parte dos privilegiados, de que são exemplo os *offshores*. Carlos Pimenta sabe, como poucos, que o mundo da economia está cheio de circunstâncias complexas, e que não se apreende apenas com conceitos abstratos e fora da vida. Por isso te reconhecemos que estás sempre a repor uma complexidade clara onde muitas vezes há excesso de simplismo.

Além disso, ou talvez por causa disso, Carlos Pimenta tem estudado aprofundadamente as bases teóricas e epistemológicas da disciplina a que se chama Economia e especialmente dos seus conceitos de "racionalidade", na convicção de que não há conhecimento robusto sem interdisciplinaridade. Todos reconhecemos que é isto, caro Carlos Pimenta, que faz de ti um economista e um Professor de Economia reconhecido e respeitado.

O facto de nunca te teres fechado ajudou e ajudará a rasgar horizontes. E sabemos que continuarás, empenhadamente, a disponibilizar-nos, solidariamente, os teus saberes.

Lisboa, 4 de setembro de 2018

Maria Luísa Baptista & Remberto Pena

A coerência entre a acção e o pensamento

○ rigor da mútua interacção desenham

o perfil do cientista e do Homem que é

Amigo Carlos Pimenta

Para o Carlos com a admiração e a amizade

Mariana Fontes da Costa

Conheci o Professor Carlos Pimenta na qualidade de Assistente Estagiária do Grupo de Direito da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, cargo que ocupei no ano de 2007.

O contacto com o Professor Pimenta era, nessa altura, muito esporádico e centrava-se em conversas ocasionais no bar da Faculdade.

No ano de 2009, e para minha surpresa, o Professor Pimenta convidou-me para integrar o Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF) na qualidade de Associada, desafio que aceitei com algumas hesitações, dado ser uma temática à qual nunca me havia dedicado.

Foi na qualidade de membro do OBEGEF, e mais tarde de membro da Direção do OBEGEF (2012), que tive a honra e o imenso gosto de privar mais proximamente com o Professor Pimenta ao longo desta última (quase) década. A sua ética, seriedade e dedicação ao combate à fraude e à corrupção (não se deixando afetar por uma cegueira às especificidades humanas do fenómeno nas suas mais diversas manifestações) são, para mim, motivo de profunda admiração e exemplo pessoais.

Nos últimos anos tive o privilégio de partilhar gabinete com o Professor Pimenta, tendo podido constatar que estas mesmas qualidades humanas se estendem à relação que mantém com os estudantes e ao entusiasmo e responsabilidade que neles incute no estudo das temáticas que mais o apaixonam.

Num mundo que tantas vezes promove o amorfo, o Professor Pimenta tem sido para mim exemplo de verticalidade, empenho e dinamismo, assumindo como papel do verdadeiro académico a promoção e divulgação do conhecimento em prol de todos os que compõem a sociedade.

Professora Auxiliar das Faculdades de Direito e Economia da Universidade do Porto

Nuno Moreira

Já lá vai mais de uma década quando conheci o Professor Carlos Pimenta, no momento em que ele coordenava os esforços tendentes ao lançamento de um curso na U. Porto, pioneiro na Europa, de pós-graduação, sobre Gestão de Fraude. Tendo o Professor feito à data uma auscultação interna na FEP sobre quem eventualmente gostaria de se juntar e contribuir para este projeto e outros que lhe pudessem vir a suceder no âmbito da mesma temática, uniu-nos esta vontade e motivação. Estando eu, naquele momento, a encetar a etapa de elaboração da minha dissertação de mestrado, não só, as conversas havidas com o Professor me entusiasmaram a avançar para um tema nesta área, como também, percebi desde logo que seria a pessoa certa para me acompanhar como meu orientador. O incentivo, o apoio constante e presente ao longo desta minha etapa académica, bem como os contactos que também viemos a ter, no âmbito da operacionalização da referida pós-graduação, facilmente surgiu uma amizade com o Professor, escrevendo eu, assim, esta mensagem na presente data na qualidade de amigo! Amigo que acompanhou ainda de perto a constituição do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF), do qual tenho a honra de ser um dos membros fundadores, idealizado e presidido pelo Professor durante alguns

anos. Também aqui pude constatar a sua significativa capacidade de trabalho, de formulação de ideias e projetos, preocupação pela implicação dos diversos colegas, com formações e experiências profissionais distintas; no essencial, com a preocupação de dar um contributo decisivo para desenvolver e dar a merecida visibilidade ao OBEGEF, instituição com um objeto social tão relevante na sociedade. Gostaria também de referir que, durante os seus mandatos no OBEGEF, a presidência do Professor foi sempre desenvolvida com proximidade, preocupação em envolver os associados e privilegiando sempre as relações humanas, como fator facilitador de uma boa relação entre todos e de motivação acrescida para a concretização dos diferentes projetos.

Rui Magalhães

Têm sido variados e sempre cheios de interesse os encontros que desde há anos anos mantenho com Carlos Pimenta, de que destaco, desde logo, o seu modo bem humorado, acolhedor e confraternizador. O primeiro encontro foi para tratarmos da edição impressa da revista *A Filatelia Portuguesa*, na altura da sua renovação gráfica. A filatelia, logo vi, era uma das suas áreas de lazer preferidas. Sobre esta temática refiro, com gosto, o êxito, que ultrapassou todas as expectativas, do seu *site* com as edições e reedições, também por si dirigidas, dos livros da Biblioteca Electrónica de Filatelia. Era com alguma surpresa, e, claro, muita satisfação, que recebíamos as informações que Carlos Pimenta nos dava do volume de *downloads*, sempre em crescendo, até atingir um impressionante número a rondar de muito perto os cinco milhões!

A colaboração editorial que estabelecemos e os convívios que proporcionou com o grupo de amigos da filatelia deram-nos oportunidade para abordar de modo mais amplo outras

vertentes da edição. E é desta forma que, beneficiando da sua largueza de horizontes e interesses culturais, recebi importantes sugestões para projectos editoriais, com concretizações interessantes como no caso, que recorro por se tratar de matéria editorial inédita e pioneira em Portugal, da publicação de um livro dedicado à etnomatemática, tema pouco conhecido até então e pouco estudado até hoje.

Abriu-se, pois, um campo de excelente colaboração e de troca de ideias que os temas editoriais suscitam. Desde cedo pude verificar que em assuntos de edição, Carlos Pimenta acrescenta ao interesse pelas temáticas que fazem parte do seu trabalho de investigação, ou de interesse científico e cultural, uma sensibilidade especial para as questões de apresentação gráfica e de clareza na exposição. Foi essa matriz que presidiu às publicações, que dirigiu, dos e-Books do Centro de Estudos Africanos (CEAUP) e dos e-Books e WP do Observatório de Economia e Gestão da Fraude (OBEGEF). Tratando-se de edições apenas electrónicas, muitas delas para públicos específicos, poderia cair-se na tentação de um aligeiramento gráfico e expositivo, mas tal nunca aconteceu. Foram concebidas e sempre tratadas, desde a capa aos conteúdos, como se destinadassem a exigente impressão em papel.

São já em bom número os projectos editoriais até agora realizados e muitas as abordagens que fizemos em torno de temas de interesse comum. Sinto-me gratificado por estar associado à edição de alguns dos seus livros, ou a edições por si coordenadas ou dirigidas, todas de inegável importância científica e cultural e de largo alcance social. E sempre senti e sinto uma imensa satisfação com as conversas, trocas de opiniões e convívios que tivemos e vamos tendo.

Rui Vieira

Já lá vão 40 anos. 40 anos de amizade e ensinamentos. Longas conversas de economia, de ética...até filatelia e viagens.

Tantas e tantas conversas e tantas que ainda virão.

Obrigado Mestre.

Samuel de Oliveira Félix

Decorria o ano de 1994 e eu encontrava-me em Angola, integrando o 1º Projecto do Sector da Saúde do Banco Mundial para Angola.

Com conhecimento e autorização do BM e do Ministério da Saúde de Angola, ministrava uma disciplina (duas horas/semana), na Faculdade de Economia de Angola.

Foi nesta época, que chegou à referida Faculdade de Economia de Angola, um grupo de professores da Faculdade de Economia do Porto, liderados pelo Professor Carlos Pimenta, que se deslocavam para ministrar aulas, através de um Protocolo, que havia sido assinado entre a Universidade do Porto e a Universidade de Angola. Tive o grato prazer de contactar o Professor Carlos Pimenta logo nos primeiros dias da sua chegada a Luanda.

De imediato, me chamou a atenção, devido às suas qualidades pessoais e características de fácil diálogo, nos mais diversos assuntos, e em especial no que dizia respeito ao sector que nos tinha proporcionado o nosso conhecimento e aproximação, ou seja o académico. Rapidamente passámos a ter uma relação de bastante amizade, tendo tal situação conduzido a conversas sobre temas mais pessoais. Revelei-lhe que havia iniciado uma hipótese de Mestrado, com o professor José Alves Aleluia, que me tinha convidado para seu assistente. Devido ao infortúnio que ocorreu com este

professor havia desistido do Mestrado. O Professor Carlos Pimenta, acto contínuo disse-me que eu deveria repensar a situação e que, desde logo se colocava à minha disposição para tudo o que eu necessitasse.

Perante este incentivo e tendo já reconhecido no Professor Carlos Pimenta uma pessoa de grande qualidade, tanto na vida privada como na vida académica, passados dias lancei-lhe um repto, dizendo que o seu incentivo quanto a fazer o Mestrado, me havia levado a reconsiderar e que o faria, desde que ele aceitasse ser o meu Orientador de Tese e me ajudasse a definir um tema, visto que não pretendia dar continuidade ao que anteriormente havia iniciado.

De novo revelou todas as suas qualidades como pessoa e académico e disse-me que estava à minha disposição e que em virtude de eu dar aulas na Faculdade de Economia de Angola, havia um tema - "Contributos para o Estudo da Licenciatura em Economia em Angola no Pós-Independência" - sobre a referida Faculdade, ao qual ele já se havia referido em alguns dos seus trabalhos, e sugeria que no caso de gostar do tema, fosse eu a desenvolvê-lo na Tese de Mestrado.

Aceitei e, a partir dessa data, dei início à recolha de informações, tendo tido situações de algum desânimo, rapidamente ultrapassadas devido ao saber e encorajamento, incentivando em mim nova e maior vontade em prosseguir. Não poderei esquecer o quanto aprendi com ele, pois sobre qualquer tema do Mestrado, e não, só tinha sempre as mais diversas sugestões para me orientar.

Foram praticamente dois (02) anos de um contacto muito regular, marcado pela disponibilidade do Professor Carlos Pimenta, em ler, corrigir e propor novas ideias para desenvolver e melhorar o trabalho que nos havíamos proposto realizar. A Tese foi defendida, beneficiando da sua presença muito próxima, extremamente sábia e competente.

TESTEMUNHOS

Por tudo o que tive oportunidade de conhecer do Professor Carlos Pimenta, não tenho dúvidas de que ele fez comigo aquilo que fazia com todos aqueles de quem foi Orientador de Teses, fossem elas de Mestrado ou Doutoramento, visto que a sua estrutura humana e académica assim o impunham, mas pessoalmente deixo aqui o meu sentimento de gratidão pela dedicação e saber que me transmitiu e que colocava em tudo o que lhe era solicitado.

Na data da sua Jubilação não poderia perder a oportunidade de lhe agradecer a dedicação que me prestou, os ensinamentos que me transmitiu, bem como o privilégio de ser seu Amigo.

Nesta data, a Faculdade de Economia do Porto fica um pouco mais pobre. Faço votos para que durante muitos mais anos tenha a saúde necessária, para que continue a ser com o seu dinamismo e conhecimentos uma mais-valia da Economia Nacional.

Aluno de Mestrado de 1995 a 1997 - Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa -
Centro de Estudos Africanos

Lisboa, 05 de Setembro de 2018

Sérgio Vinagre

Neste momento particular na vida académica do Professor Carlos Pimenta gostaria de destacar o relevante papel na divulgação científica na área da economia em Portugal e o seu empenhamento social e político enquanto professor e investigador.

Deste empenhamento de Carlos Pimenta ao longo da sua carreira são exemplos significativos, entre outros, a sua primeira obra " A Parte dos Salários no Rendimento Nacional" corajosamente editada antes de 25 de Abril de 1974, assinada sob pseudónimo e o último livro editado este ano "Os Off Shores no nosso quotidiano".

A participação do Carlos Pimenta na Universidade Popular do Porto é mais um exemplo da sua intervenção social e cultural; tem dado um contributo marcante para a atividade desta instituição desde a sua fundação em 1979 até à atualidade. Contributo a nível organizativo e de planeamento dos seus órgãos e contributo através das muitas atividades a que deu corpo, sejam elas cursos, colóquios, conferências e seminários ou integrando grupos de estudo ou de trabalho. Algumas destas iniciativas estão associadas a livros editados. A sua participação na atividade corrente da Universidade Popular do Porto acrescenta sempre na partilha de conhecimentos e de afetos.

A participação social de Carlos Pimenta enquanto economista e investigador é vasta e multifacetada. Uma área do seu envolvimento social que destaco é a experiência junto dos sindicatos. Esta atividade permitiu-lhe uma perspetiva de observação e estudo. O seu saber aumentou o conhecimento dos que com ele partilharam e decididamente contribuiu para uma melhor compreensão da realidade e para a sua transformação.

Carlos Pimenta ao longo da sua vida tem sido um dos membros da academia que como professor de economia, investigador e cidadão mais se tem destacado pelo seu contributo para um mundo mais justo, menos desigual e mais solidário.

Membro da Direção da Universidade Popular do Porto

Silvério da Rocha Cunha

Conheci o Professor Doutor Carlos Pimenta no início dos anos 2000 quando, por intermédio de um colega comum, fui por aquele convidado para participar num colóquio no Porto. O tema geral era difícil, passava pela transdisciplinaridade e pelo humanismo tão necessários a este mundo, temas que me eram caros, mas intimidatórios para qualquer um que respeita a cultura e a complexidade, logo, sabe que nem tudo o que luz é ouro e nem tudo o que balança cai. Aceitei o encargo de apresentar uma comunicação e lá rumei ao Porto, confesso que um pouco apreensivo, pois não conhecia o organizador, nem o ambiente onde iria integrar-me.

O colóquio correu bem, mas dele agora não vou cuidar. Quero, isso sim, destacar aqui a personalidade do seu organizador. O Professor Carlos Pimenta mostrou-se uma pessoa capaz de unir, numa só frase, gentileza, perspicácia crítica e produtividade intelectual. E isso impressionou-me, porque a verdade é que estamos todos habituados nestes eventos a muitas palavras de circunstância, mas com o Professor Carlos Pimenta a questão colocava-se de outra maneira: apontava logo o nó problemático das coisas, sem deixar de ser afável, compreendia as problemáticas para logo a seguir as colocar no seu devido lugar com intencionalidade crítica reconstrutiva. Poderei dizer ainda, e em síntese, que logo verifiquei que se tratava de uma daquelas poucas pessoas que conseguia realizar um desejo atribuído à célebre iluminista Madame du Deffand: *“dire d’un seul mot tout ce qu’un mot peut dire”*.

A partir daí, ao longo da última década sobretudo, pude encontrar-me com o Professor Carlos Pimenta em diversas ocasiões, e aqui quero destacar, à partida, o serviço que tem prestado à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, participando em júris, em colóquios e conferências, sempre

com a sua habitual amabilidade, sentido de serviço público, com boa vontade e empenho total.

Mas nem sempre isso, que é objetivo, é aquilo que mais conta sob um prisma subjetivo, pessoal, e que num certo sentido até acaba por ser mais determinante. Eu tenho mais motivos para falar da minha admiração relativamente ao Professor Carlos Pimenta. Tenho a agradecer-lhe a possibilidade de publicação de um livro de minha autoria num momento importante da minha vida. Depois, tenho a agradecer-lhe o facto de, nas suas obras, assim como nas suas participações em colóquios, ler, ouvir e aprender coisas novas de forma diferente. Eu, que sou jurista de formação, aprendi com ele que a crítica do “economismo” passa pela inserção da economia no âmbito da razão prática, onde as problemáticas e tensões ultrapassam o simplismo da razão empírico-analítica e do positivismo deixados sozinhos na sua ilusão de julgarem que conseguem descrever o mundo sem mais. O Professor Carlos Pimenta tem demonstrado, nos seus diversos estudos e livros que os antagonismos mutuamente se explicam se passados pelo crivo crítico-hermenêutico. Podemos discrepar na questão de saber se há não “Beleza”, mas concordamos certamente sobre a existência de obras de arte. Podemos discutir em torno da existência de uma só “Verdade”, mas certamente sabemos que existe conhecimento. Pois bem, é este lado das coisas que o pensamento do Professor Carlos Pimenta explora, indo por entre e para além da positividade da ciência económica, rumo aos domínios da sociologia, da política e da filosofia, interligando-os numa construção teórica que vai muito para além do que é habitual e exprime o seu profundo e denso humanismo. E fá-lo com entusiasmo, não direi que com o sentido originário da palavra grega, de “possuído pelos deuses”, mas no sentido moderno de convicção por causa de ideais elevados. E, neste sentido, também o Professor Carlos Pimenta, com quem decerto vamos

continuar a contar, também nos dá uma lição sobre a felicidade. Muito obrigado, pois, ao homenageado.

Professor da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora

Vitor Ranita

Correspondendo ao pedido que me dirigiu, começo por sublinhar a importância da colaboração prestada à União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN, em diferentes ocasiões, pela Faculdade de Economia do Porto.

Há mais de trinta anos, já aí leccionava o Prof. Carlos Pimenta, que foi um dos apoiantes de relevo da realização do Tribunal de Opinião Pública Sobre Salários em Atraso, ocorrido em Abril de 1985, no Salão Nobre, quando no país cerca de 100 mil trabalhadores enfrentavam tão dramática situação.

Desde esse período, sobretudo na condição de dirigente da estrutura regional da CGTP-IN, pude testemunhar no Prof. Carlos Pimenta uma consciência social rara nos meios académicos, em minha opinião, claro.

Dou por certo que foi essa consciência social a levá-lo à denúncia da economia centrada no dinheiro e à defesa de uma política económica orientada para a realização integral do Homem. Foi ainda em coerência com essa consciência social que se dedicou ao estudo dos salários em Portugal, da inflação, do desenvolvimento regional, da educação e, mais recentemente, da problemática relacionada com os offshores - questões do maior interesse para quem aspire a viver numa sociedade de maior justiça social, e em particular para a orientação da acção sindical, à qual o Prof. Carlos Pimenta deu consecutivos anos de apoio técnico, na Federação dos Sindicatos do Sector Têxtil e do Calçado, sediada nesta cidade do Porto.

Por tudo isto, peço-lhe que, na sessão da sua jubilação, transmita ao Professor Carlos Pimenta a minha gratidão pela colaboração recebida, a estima de amigo e desejo de o saber mais disponível no futuro e sempre activo na realização dos seus projectos de investigação.

Walter Alves

Caro Amigo Pimenta,

Parabéns pelos anos de docência, pesquisa e contribuição às Ciências Económicas realizados na Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Agradeço-lhe sua participação de fundamental importância para a realização dos Encontros de Economistas de Língua Portuguesa, ocorridos nas cidades do Porto, São Paulo, Rio de Janeiro e Macau.

E dizer-lhe que o adeus que por hora ouve dos colegas de trabalho e dos alunos, já carrega o bem-vindo dos amigos e dos familiares, além de novos desafios.

Um forte abraço,

Professor Aposentado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

**A RETALHOS DO
PASSADO
ANTES DO 25 DE
ABRIL**



CARLOS PIMENTA



INTRODUÇÃO

1. Todos os dias edifico o presente a partir do futuro que pretendo construir. Um futuro que é montado sobre a minha personalidade, mas que, talvez por isso mesmo, se radica essencialmente no colectivo. Um colectivo que pode ser a sociedade, certas classes sociais, uma instituição, uma comunidade, o agregado familiar.

Diga-se de passagem que essa dimensão colectiva tem sido, simultaneamente, uma fonte de felicidade e de angústia. De felicidade porque o dever cumprido é das sensações mais belas. De certa angústia, porque o tempo é reduzido em relação a tudo o que pretendo fazer, e acabo quase sempre de abdicar dos meus lazeres, que também me dão felicidade.

Estas linhas são a demonstração dos resultados desse conflito.
(...)

3. Sempre acreditei que a felicidade individual passa pela felicidade colectiva, mas hoje vivemos num salve-se quem puder, com um feroz individualismo. Eu persisto em valorizar o colectivo. Lutei pela construção de uma dinâmica socialista, numa sociedade em que deixasse de haver uma exploração do homem pelo homem, em que o Homem fosse o centro do mundo, a razão de existir de tudo o mais: a economia, a política, a cultura. Hoje o capital é o déspota todo poderoso, mandando para o caixote do lixo os homens, como se fossem um resíduo tóxico. Continuo a lutar, apesar das minhas poucas armas, para que o Homem seja o centro do mundo.

Não tenho a mínima dúvida que o marxismo é um dos paradigmas do pensamento mais importantes da história da humanidade. Certamente incompleto, carecendo de correcções, aberto às descobertas científicas e ao mundo, mas marcando de forma indelével a Filosofia, a Epistemologia, a Economia, a Sociologia, a Política. Cada frase minha, até quando estou a

descrever o que vejo, tem a vitalidade de uma dialéctica e de um materialismo que estrutura todos os meus pensamentos. Quando o marxismo surge no dia a dia deste Portugal, como uma força transformadora do mundo poucos tinham efectivamente lido e estudado Marx. Depois foi esquecido porque assim convinha ao pragmatismo, ao fideísmo, ao neoliberalismo. Depois foi escondido por muitos marxistas envergonhados. E no entanto continuo a ser marxista. Como já tenho dito, um marxista-bachelariano.

(...)

7. Um comentário final sobre a metodologia e as preocupações. Não pretendo fazer uma história nem uma autobiografia. Pretendo apenas contar algumas histórias, divagar sobre alguns assuntos. (...)

Alguns pontos foram previamente trabalhados. Exigiram construir apontamentos, ora para superar a minha falta de memória, ora para repor no tempo o que no meu sentir não tem tempo, ora para cobrir de forma razoável a matéria que tento tratar. (...)

INFÂNCIA (E JUVENTUDE)

(...)

2. A minha tendência durante muitos anos foi considerar que tive uma infância feliz. Os tempos eram calmos e seguros e desde muito cedo vagabundeei pelas ruas do Monte Estoril, Estoril e Cascais. Usei intensamente a relação com o mar: três meses de praia por ano, frequentes passeios junto ao mar, pesca com muita frequência (recordando muitos episódios detalhados que ficaram impregnados nos meus sentimentos). Fiz regularmente os meus estudos, sempre na terra onde vivia, sendo considerado o melhor aluno da classe em quase todas as disciplinas, li com muito prazer uma grande quantidade de

livros, os meus pais davam-me tudo o que eu pedia, embora pedisse poucas coisas, sempre me dedicaram muita atenção e carinho, tinha o meu círculo de amigos, restrito mas sólido. Jogava futebol na rua, ia à caça dos pardais nos pinhais próximos, de quando em vez acompanhava o meu tio ou primo em pescarias ou caçadas em espaços mais longínquos, todas as semanas ia ao cinema, sendo os bilhetes comprados de manhã quando ia à missa com o meu pai. As doenças não me marcaram, tive as tradicionais da juventude (nunca tendo papeira, apesar dos esforços dos meus pais para ser contaminado). Quando não tinha nada que fazer ou via imagens do mundo ViewMaster, ou tratava da colecção de selos, ou comia uns pasteis de feijão, ou fazia cordão com agulha de tricotar, ou carpintearava, ou escrevia alguma coisa à máquina - uma velha máquina de escrever comprada pelo meu pai em secundaríssima mão, no banco em que trabalhava - ou fazia cadernetas de cromos, tocava piano para alegrar a minha mãe e receber 1\$00 ou, se fosse domingo, poderia jogar às cartas ou à Gloria com o meu pai. Ainda hoje sinto que para além da atenção permanente que a minha mãe me dava durante a semana, o domingo era-me intensamente dedicado. A refeição era melhorada, quase todas as semanas íamos ao cinema, como disse, e as únicas excepções aconteciam quando havia uma nova companhia de circo no Coliseu em Lisboa onde ia com o meu pai. Se são estas coisas que uma criança recorda, é preciso acrescentar, após a informação obtida ao longo dos anos, que nunca vi ou ouvi os meus pais se zangarem, que o agregado familiar regular (que englobava a minha avó materna e o meu primo Tertuliano) tinha a aparência de funcionar, que os vizinhos eram afáveis. Nunca me lembro de ter tido alguma contrariedade grande imposta do exterior. Não se pode isto considerar felicidade? Até tinha a oportunidade de ler alguns livros "picantes" do Vilhena, entre a colecção do Salgari ou do Júlio Verne.

Aos padrões de hoje, que faltaria para a felicidade? Talvez viajar, conhecer o mundo que havia para além de Cascais, Colares e pouco mais. Mas essa não era uma preocupação. Até contribuiu para guardar mais intensamente na memória as poucas saídas. Não tínhamos carro. As viagens garantidas eram deslocações a Lisboa, raras, a acompanhar os meus pais, a ida no dia 1 de Janeiro ao Ginjal para festejar o ano novo, as férias em Setembro no Banzão ou Eugaria, e durante esse mês uma saída ou outra a acompanhar o motorista da Adega do meu tio ou em passeio de família, guiado pelo meu tio Inocêncio, que disponibilizava todos os anos um domingo para o efeito.

Para além de tudo isto desenvolvi muito a minha liberdade criativa. Sempre gostei de divagações e de criar o meu próprio mundo de fantasias. Lia muita banda desenhada e recriava as histórias lá descritas, adorava ler e nunca os meus pais recusaram a compra de um livro - embora uma vez o meu pai tivesse chegado a casa aterrorizado porque foi informando na livraria onde o ia comprar para mim, sobre a Revolução Francesa, que ele estava proibido -, nunca souberam aconselhar leituras, porque não tinham esse hábito, pelo que eu é que tinha de fazer as minhas escolhas. Pintava, tendo começado a fazê-lo junto com a minha mãe, mas depois entrei numa fase de intensa produção. Recordo-me com saudade de dois quadros que não sei onde estão. Imaginava invenções, de que os outros se riam, mas com amizade: uma máquina para despir e vestir, um cadeirão em que se recostava, subia as pernas ou rebaixava os braços carregando num botão. Criava a minha cidade nas tardes de carpintaria. Aos nove anos escrevia à mão e passava à máquina a minha primeira história, começada a corrigir pelo meu pai, inspirada nos filmes de cowboys que via ao domingo. Quando jogava qualquer jogo com os meus amigos, género cowboys e índios, recusava que o desenrolar dos acontecimentos fosse acordado previamente. Gostava da surpresa e de

ser eu próprio a determinar o fim. Eis algumas cores da minha infância que pode compor um ramallete de felicidade.

Admitindo sem falsa modéstia que esta imaginação e criação de um espaço de liberdade foi essencialmente criada por mim, tenho que reconhecer que todos os que me rodeavam deixaram expandir essa minha faceta e certamente fui buscar muito à irreverência da minha mãe e à organização do meu pai.

3. A minha mãe era profissionalmente cabeleireira, tendo dedicado duas divisões da nossa casa (com acesso directo à porta da rua e isoladas da restante casa) para o exercício da profissão. (...)

Minha mãe era uma mulher bonita, com uma enorme ânsia de aprender e sonhar. Quando jogava na lotaria comprava o bilhete na segunda-feira para poder sonhar até sexta. Não creio que alguma vez tivesse esperança de ter algum prémio, mas o sonho ninguém o tirava. Sabia que nunca teria dinheiro para comprar uma casa, mas tinha desenhos pormenorizados do moinho que gostaria de ter. Fazia costura e bordava imenso. (...) Sonhava escrever um romance em poesia e começou a escrevê-lo. Transbordava amizade para com todos. No hospital, depois de ter cortado uma perna, com o coração já muito debilitado, uma das últimas coisas que fez foram quadras para as enfermeiras que trataram dela. Transbordava de imaginação e criatividade e gostava de a fomentar em mim, abria-me esses horizontes, ficava no sofá entretida até largas horas da noite para me acompanhar no estudo, na proximidade dos exames.

O meu pai era o exemplo da rotina, do hábito erigido como consagração máxima da vida. Tudo estava bem se fosse exactamente como no dia anterior. Levantava-se sempre à mesma hora, fazia os mesmos cerimoniais todas as manhãs, ia lentamente apanhar o comboio. Gabava-se que havia pessoas que acertavam o relógio à sua passagem. Estava de regresso a casa à noite e já sabíamos que às 20:04 estava a meter a chave à

porta. Ia uma vez por semana à missa porque era o mínimo, comungava uma vez por ano, porque era o mínimo para cumprir os "mandamentos". Os fins de semana eram passados sempre de forma semelhante. Quando já tínhamos televisão sentava-se sempre no mesmo sítio, adormecia às mesmas horas - excepto quando a Simone de Oliveira aparecia no visor - levanta-se para a cama daí a pouco. Enquanto a minha mãe era muito expansiva e sorridente o meu pai era sério com alegria nos olhos e só mandava gargalhadas quando estava a dormir. Tinha sido essa meticulosidade, o respeito pelos que o rodeavam e empenhamento profissional que tinha permitido chegar ao Credit Franco-Lyonnais como contínuo (contava ele) e chegar a chefe do pessoal, funções de que me recordo. Muito raramente se zangou comigo e nunca me bateu. Quando recebia o ordenado já o trazia em moedas e notas de forma a separar por envelopes o que era para a electricidade, para água, etc. decomposto até ao cêntimo. Nomeando a minha mãe como gestora dessa partilha. Tinha uma letra bem desenhada, legível e bonita. Pouco dado a leituras (a não ser sobre a caça de animais selvagens) ou a artes, fossem elas quais fossem, preferia caminhar para trás e para diante a fumar um cigarro ou organizar documentos. Só nestes colocava toda a sua capacidade estética, sobretudo os cartões de boas festas que eram preparados com dois meses de antecedência, ocupando noites e fins de semana.

Alguns dos aspectos anteriormente descritos acompanharam-me toda a vida. A leitura, o gosto de imaginar e escrever, a paixão pelo mar em todas as suas facetas (praia, pesca, pesca submarina, a descoberta nas poças das rochas, o andar de barco, pura e simplesmente contemplá-lo). O coleccionismo. A grande criatividade e imaginação da minha mãe. Do meu pai herdei o gosto pela organização que aplicava em tudo: colecção de selos, cadernetas de cromos, fichagem dos livros que tinha, criação de umas fichas por assuntos onde registava onde

tinha lido sobre o tema (livro, página e parágrafo). A preocupação em ser cumpridor das minhas obrigações e não desiludir os que me rodeavam.

(...)

6. Bom, tendo começado por este balanceamento entre a felicidade e a infelicidade, talvez tenha desde logo referido alguns dos aspectos da minha infância e juventude que me marcaram até aos dias hoje, mas nem os descrevi completamente, nem forneci os suficientes elementos do meu passado. Voltemos ao início.

Sendo irrelevante ter nascido em Lisboa, numa clínica associada aos empregados bancários, sempre vivi, até ir para a Faculdade, num 1º andar na Avenida Trouville (uma pequena rua com um nome pomposo) do Monte Estoril. Era uma zona pacata, de poucos carros, incrustada numa partilha classista do espaço. O Estoril era o centro de Portugal de então, para além da macrocefalia de Lisboa. Era uma zona de pessoas chiques, centro turístico por excelência, local de convívio dos poderosos daquela época. O Hotel Palácio, um dos mais luxuosos da época, e que foi um centro da espionagem durante a 2ª Guerra Mundial, era no centro do Estoril. O Casino era majestático, com um longo jardim à sua frente muito bem cuidado. Na igreja principal do Estoril (que por deferência classista não era que meu pai e eu frequentávamos) fazia-se o encontro dos nobres e poderosos, incluindo o actual rei de Estanha, seus pais e família. Os preços nas esplanadas junto à praia do Estoril eram mais caros. Um pouco mais ao lado, no “alto Estoril” havia um campo de golfe e os palacetes dos magnates das finanças. O Monte Estoril já se afastava deste centro do poder político-financeiro, mas não deixava de ter os sinais da burguesia de então. O dono da CUF vivia na Avenida Sabóia, alguns ricos meios falidos tinham aí a sua residência. Na minha rua, apesar de curta, tinha um pouco de tudo: algumas poucas casas

alugadas, vivendas habitadas pelo próprio, uma grande casa com um enorme jardim com muros altos (para onde de quando em vez ia parar a nossa bola de futebol) comprada pelos magnates do chocolate, um palacete que era um convento de freiras e algumas outras vivendas de férias de verão, só habitadas durante a época estival. Monte Estoril confinava, por um lado com o poder, por outro com as classes menos favorecidas, incluindo a Amoreira onde viviam alguns dos meus familiares.

O 1º andar alugado pela minha avó era enorme. Com três longos corredores tinham doze divisões, um sótão ocupando metade do espaço e um terraço que dava para jogar à bola. A minha avó subalugou uma das partes mais isoladas da casa, separada por uma porta para uma família alemã, a quem servia de criada, alugou sete divisões aos meus pais e ela vivia no sótão, durante alguns tempos acompanhada pelo meu primo Tertuliano e pela empregada da minha mãe. Entre os dois inquilinos havia obrigatoriamente comunicação porque a casa de banho dos alemães ficava do nosso lado, o terraço era comum e o telefone era único.

Esta estrutura classista do espaço creio que me marcou profundamente. Os meus amigos eram do Monte Estoril, nunca convivi - nem conseguia conviver, mesmo quando os tinha como colegas de escola - com a juventude do Estoril. A praia dos meus pais era sempre ao lado da do Tamariz, sendo esta a praia fina por excelência, onde só ia comprar gelados, passear para ver os biquínis, para ir para local de pesca ou para, ao fim da tarde, procurar garrafas de cerveja abandonadas na areia, vasilhame de bons rendimentos para mim. O colégio onde andei era no Monte Estoril (Colégio João de Deus), onde fiz da primeira classe ao sétimo ano do Liceu, mas era um dos três alunos que andava lá por favor, pagando menos mensalidade que os outros. Nunca me misturei com os da classe rica vinda de diversas partes do país. Por outras palavras, pela convivência quotidiana percebi muito claramente que a sociedade

estava dividida: os senhores de Portugal, os que viviam mais ou menos bem e os que tinham mais dificuldades económicas, que aliás nunca as senti, porque os meus pais serviram de tampão.

(...)

8. O Colégio João de Deus foi o local onde, para além de casa, passei mais tempo da minha infância e juventude. Primeiro na escola primária de madeira, depois no edifício imponente defronte daquele, até ao quinto ano. Os dois últimos anos foram feitos no terceiro edifício, mais próximo da estação do Monte Estoril. Fui sempre muito bom aluno, frequentemente o melhor, mas as recordações que retenho são muito esparsas. Recordo com profunda gratidão a amabilidade e ternura da minha primeira professora da instrução primária - Madalena de nome, e muito bonita de feições. Lembro-me do grande acontecimento quando o nosso colega mais corpulento da quarta classe agarrou a régua, quando da reguada recebida, e bateu no professor. Lembro-me dos muitos jogos de futebol em que a minha posição preferida era a de defesa. Recordo com paixão das aulas de Física com o Professor Almeida e as "geniais" aulas de Filosofia com o Freitas. Recordo a rigidez e disciplina das aulas de português em que dividíamos as orações de os Lusíadas. E também me recordo das aulas muito aborrecidas em que eu aproveitava para encontrar a resolução de problemas de Xadrez ou jogar este jogo com o meu vizinho de carteira. Também foi no colégio, só masculino como era hábito na ocasião, que tive as primeiras conversas a puxar a homem, que vi as primeiras fotografias de sexo, que dei e recebi aulas teóricas sobre como "engatar miúdas". Entretanto detestava a aulas de Educação Física e fugia a elas de todas as formas que podia. Também foi com colegas da escola que fundei o glorioso "Juventude Hóquei Clube", com sede, em casa de um dos meus amigos, treinos regulares no campo de hóquei

dos Salesianos, com equipamento próprio (branco com uma faixa azul e calções a condizer) e que ainda fez vários jogos amigáveis com algum sucesso. Já então gordinho não era o protótipo do jogador de hóquei em patins, mas o meu empenhamento era total.

O Colégio João de Deus não me deixou grandes recordações e provavelmente não aprendi lá mais do que aprenderia em qualquer outra escola, mas houve uma coisa que assimilei inconscientemente: não é o trabalho, o sucesso ou as notas que dão estatuto de superioridade. Este é dado pelo dinheiro que as respectivas famílias têm. O Director da escola, o Dias Valente, prestigiava a escola com os resultados nos exames nacionais e era eu e alguns dos meus colegas que tornavam isso viável. Mas a sua simpatia, o seu sorriso, a sua reverência para os Melos, os Richiardis, os Mexias, os Vaz Pintos, enfim, os filhos das famílias capitalistas ou latifundiárias, que mal olhavam para um livro.

(...)

9. Poucas diferenças existiram entre os três e os dezoito anos, ocasião em que passei a viver longos períodos em Lisboa em casa dos meus primos (...). Com esta mudança começou a ida-
de adulta

ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL

(...)

2. Vem tudo isto a propósito de uma questão que coloquei quando comecei a pensar em escrever estas linhas sobre a minha experiência no associativismo estudantil durante a crise académica de 1968/69 e anos seguintes: o que fez com que na

Universidade enveredasse pela participação activa na vida associativa, o que então significava, na actividade política contra o regime? O que fez com que o jovem com uma vida tranquila e familiarmente incolor politicamente passasse a ser um agitador de massas? O que fez com que o miúdo covarde que tinha medo dos colegas mais fortes e agressivos “tivesse prazer” em defrontar as cargas policiais e arriscasse frequentemente a sua liberdade? O que fez com que durante o período da luta académica sentisse o coração fora do lugar, porque ia falar perante milhares de estudantes em luta e mesmo assim o fizesse? Que tivesse medo da polícia de choque e mesmo assim fosse na fila da frente da manifestação estudantil?

(...)

Apesar da pergunta ser ilógica insisto em responder a ela. Sobretudo porque o percurso feito durante esses curtos anos foi perfeitamente consciente. Embora acredite que não tivesse um projecto, um tempo futuro de referência, a verdade é que me comportei exactamente como se tivesse uma lógica de projecto, como se rompesse com o tempo circular (deixei de fazer quase tudo que anteriormente me dava prazer, por vezes até me afastar demais dos meus pais que tanto amava) e fiz um percurso estabelecido, seguindo sugestões transmitidas por outrem ou por mim próprio: “no primeiro ano da Faculdade não te metas na Associação e obtém boas notas, porque depois tudo é mais fácil”; “a melhor forma de começar a trabalhar na associação é participar numa das suas secções importantes, como a secção editorial, ou a secção pedagógica”; “sei que posso perder as eleições mas mesmo assim vou fazer uma lista para a Direcção da Associação de Estudantes do ISCEF”; “já que ganhei há que gerar um forte movimento de massas na escola e participar da luta na academia de Lisboa e na luta nacional”. E assim aconteceu.

(...)

As teorias das classes sociais tendem a concentrar a atenção da consciência da pertença a uma classe social através do exercício de profissão, através de uma experiência de vida na fase adulta. Contudo a “minha consciência de classe”, numa versão simplificada de ricos e pobres, foi adquirida na minha infância, através de duas situações: viver no Monte Estoril, ter estudado no Colégio João de Deus.

Vamos por partes, começando por repetir ideias já transmitidas. Estoril era o centro nevrálgico da riqueza. A paisagem era de jardins extensos e de praias famosas e altamente turísticas. A encimar o grande jardim tínhamos o Casino, creio que era o único em todo o país. Na praia do Tamariz exibiam-se os corpos bem torneados, as vaidades no vestuário, ousava-se usar biquíni. No mar circulavam os “gasolinas”. Ladeando a parte relvada do vasto jardim situavam-se os hotéis de luxo. Saindo deste centro rumo ao campo de golfo, espaço que soava como terreno impossível de visitar, encontrávamos as grandes vivendas, onde viviam os ricos, os que mandavam em Portugal. Quando se andava em sentido contrário ao campo de golfo íamos ter à zona de residência dos pobres, ou pelo menos dos mais pobres: o Monte Estoril prolongando-se para a Amoreira e Alcabideche. Estas últimas já eram campo. Ao longo dos anos fui aprendendo que havia aqui dois territórios. Durante muitos anos fiz praia com a minha mãe na praia próxima do Tamariz, mas que não era do Tamariz. Ia ao café e as lojas essencialmente no Monte Estoril pois deslocar-me ao Estoril não era longe, mas sentia-me deslocado, desde que não fosse com um grupo de amigos. (...) Enfim, pela distribuição espacial das habitações sabia que havia uma grande diferença entre ricos e pobres.

Apesar desta diferença o Colégio João de Deus situava-se no Monte Estoril. Era a única instituição de ensino na região. Quando cheguei à idade de ir para a instrução primária, ou ia para esse colégio, ou tinha que ir para Cascais. Quando

cheguei à idade de ir para o liceu ou ia para esse colégio, ou para Oeiras. Os meus pais preferiam-me ter perto, comigo a almoçar em casa. Mas colocar-me lá era muito caro, acima das suas posses. Era um colégio para ricos, com internato, para onde iam os filhos dos capitalistas do regime e os latifundiários alentejanos. O meu pai conseguiu que frequentasse o colégio, pois o Dias Valente, proprietário do mesmo, fazia um desconto. Sem dúvida que na escola fiz amizades, mas quase todas com meninos nas mesmas condições da minha. Sem mostrar hostilidade com ninguém nunca me consegui entrosar com os ricos. Com brincadeiras estúpidas, com gabarolices bacocas, quase sempre eram maus estudantes, o que para mim marcava a diferença entre ser honesto e desonesto. Os ricos davam nome ao colégio mas eram os pobres que contribuíam para a sua boa posição nas classificações obtidas. Na escola, da primeira classe ao sétimo ano do liceu, continuei a aprender que existiam ricos e pobres, mas sobretudo aprendi que os pobres eram melhores que os ricos, que não havia qualquer relação entre capacidades individuais e hierarquização social. Não havia a teorização destas questões, nem provavelmente um sentimento de revolta, mas ia percebendo que havia na sociedade injustiças.

Nesta guerra surda apenas uma vez senti profundamente o que isso significava. O meu maior amigo era o Gil. Vivía numa casa próxima do Largo Ostente, com a mãe, onde havia a fama de existirem fantasmas. Sempre que ouvi falar no seu pai foi para lastimar a situação em que ele tinha deixado a mãe. Era pobre, o que significa que estava arredado da classe média baixa em que eu me situava. Era uma amizade profunda. O Gil ia muitas vezes a minha casa e a minha mãe tinha sempre o cuidado de arranjar comida para os dois. Uma das vezes que ele foi a minha casa para brincar, eu tinha sido convidado para tomar chá com o Senhor Major porque a neta, Eva, fazia anos. Quando me dispunha a ir e levar o Gil a minha mãe disse-me que era melhor sozinho, que o Gil ficava com ela, ia fazer-lhe

um lanchinho apetitoso. Não percebi, mas apareceu a justificação: ele estava mal vestido para ir ao chá. A minha mãe dizia isso com constrangimento e só o fazia porque não cria confrontar o meu amigo com a situação de ser expressamente excluído. Fiquei revoltado. Não sei se fui tomar chá de anos ou se aproveitei o lanche da minha mãe mas sei que eu e o Gil continuamos juntos. Eu exigia-o.

Admito que estas experiências me tenham alertado para realidades profundamente contraditórias da sociedade em que vivia e que estiveram presentes quando comecei a ler, ainda muito jovem, livros sobre a Revolução Francesa, sobre o Fascismo, quando começava a ter o fascínio por livros proibidos porque era neles que encontrava alguma das mensagens mais fortes. Diga-se que livros permitidos pela censura também me iam fascinando: a “Vida de Van Gogh” mostrou-me a genialidade louca; “Liberdade ou Morte” de Nikos Kazantzaki apaixonou-me pela luta do povo de Creta na sua luta pela libertação da Turquia; “A Taberna” de Émile Zola mostrava-me a degradação social resultante da Revolução Industrial; “A Minha Infância” do Gorki gerou-me a indignação pela exploração dos mais pobres. Enfim, o Monte Estoril e o Colégio João de Deus transmitiram-me sentimento sobre a estrutura social que posteriormente foram racionalizados, contribuindo para a minha disponibilidade para a luta contra a ditadura.

Afinal a justificação para a minha vontade de participar activamente na luta associativa contra a ditadura pode ter uma razão bem mais simples: ser “um espírito de contradição”. Sempre gostei de ter um pé em terreno negado pelos outros. Na verdade muitas das pessoas mais queridas me diziam “não te metas em política”. Talvez por isso mesmo eu resolvi contrariar as recomendações e as expectativas. O poema que então eu mais apreciava, pedindo-o muitas vezes nos «Discos Pedidos» era *O Cantico Negro* de José Régio, uma recordação a propósito deste “espírito de contradição”.

Já era Presidente da Associação de Estudantes do ISCEF e os meus pais nada sabiam do assunto. Não lhes dizia senão alguns apontamentos porque não os queria preocupar. Mas o pouco que lhes dizia não lhes permitia ver o que se passava. Julgavam que eram invenções minhas para encobrir aventuras amorosas nas noites em que não vinha dormir a casa ou chegava muito tarde. Já estava nessas funções quando foi convocado um grande plenário estudantil da academia na Cidade Universitária. Iriam estar mais de cinco mil estudantes presentes. Para tentar desmobilizar a luta estudantil Governo fez publicar em todos os jornais que a polícia iria ocupar aquela zona e actuaria de forma firme para combater qualquer agitação estudantil. Quando o meu pai chegou ao Cais do Sodré e comprou "O Século" ficou preocupado. Ele que nunca se atrasava um minuto na chegada ao emprego ficou umas duas ou três horas vendo os passageiros que desembarcavam dos comboios provenientes do Monte Estoril até que me encontrou. Mostrou-me o jornal e recomendou-me não ir à Cidade Universitária. Com toda a calma respondi que não se preocupasse porque eu não tencionava ir. Não me sentia a enganá-lo, mas tão-somente a poupá-lo de angústia. Sem qualquer remorso segui dali para o local da reunião, onde pela primeira vez discursiei para tanta gente junta.

(...)

Enfim, comecei a participar no movimento associativo estudantil que então (1965/7) tinha saído de uma fase de lutas contra a situação social em Portugal, mas estava calmo; um movimento associativo que ganhava forças para novas batalhas bem mais duras. Uma coisa é certa: independentemente das influencias que recebi, fossem quais fossem as razões que me levaram a embrenhar-me no movimento associativo enquanto facção da luta política, fi-lo com plena consciência do que estava a fazer, com perfeito conhecimento dos riscos que estava a percorrer. Fi-lo com imensa alegria, com grande

empenhamento. E ao fazê-lo cresci imensamente, estruturei então, de uma forma definitiva, a minha personalidade. A minha passagem académica pelo ISCEF influenciou a minha vida - passei a ser economista - mas o que lhe deu valor, originalidade, significado e orgulho foi a actividade política. Esta era simultaneamente ilegal (actividade como simpatizante e militante do Partido Comunista), semi-legal (ao participar em movimentos cívico-políticos, como o MDP - Movimento Democrático Português) e legal (activista da Associação de Estudantes legalmente constituída e com ramificações alegais na academia de Lisboa e no país).

Neste capítulo vou referir-me exclusivamente da minha passagem pelo movimento associativo estudantil.

3. A universidade foi um espaço de liberdade. Se a minha infância foi um espaço de liberdade imaginativa aqui foi um espaço de liberdade criativa. Foi na universidade que aprendi pela experiência em que sociedade é que vivia, que tive acesso às ideias e aos livros então proibidos, que tive capacidade de decisão plena sobre os meus actos. Foi na universidade que aprendi, e foi talvez a mais importante aquisição de toda a minha existência, que viver em sociedade é assumir responsabilidades para os outros, mesmo que não os conheçamos, é sermos capazes de abdicarmos de nós próprios, se isso for necessário, para que o futuro que pretendemos construir seja melhor. Foi na Universidade que construí amizades para toda a vida, que tive acesso a um conhecimento que me enchia de orgulho. Foi durante o tempo de universidade que tive o meu primeiro amor maduro, que comecei a fumar, que percorri os bailes da academia (espantoso!) à procura de um corpo alheio acolhedor, que tornei-me cliente de cervejarias, que passei a viver bastantes períodos fora da casa dos meus pais, que pela primeira vez atravessei a fronteira portuguesa e fui a Paris de carro com um colega, terra onde tudo era liberdade: da

Coca-Cola que se podia beber às livrarias cheias de obras proibidas em Portugal.

Ainda hoje me recordo de um acontecimento no regresso dessa viagem que mostra como o Portugal de então já era politicamente muito matizado por debaixo da armadura repressiva. Fui a Paris com um colega de agronomia que tinha a namorada a trabalhar temporariamente em terras gaulesas. (...). Na vinda viemos os dois mais uma colega da namorada do colega de viagem, a qual tinha problemas de documentos, não me recordo bem quais. Atravessada a Meseta Ibérica com um calor infernal, resolvemos entrar por uma fronteira muito secundária por causa dela e, sobretudo, dos livros que trazíamos. Ao aproximarmos-nos de uma fronteira de montanha, um pouco a norte de Vilar Formoso combinamos que ela atravessaria a fronteira a pé por caminhos enviesados e que nos apanharia mais à frente. Não sabíamos mas esse dia era uma das importantes solenidades do desporto nacional: o fim da Volta a Portugal em Bicicleta. Julgávamos que já tínhamos passado a fronteira sem problemas quando a Guarda Fiscal nos fez sinal de paragem. Obrigou-nos a abrir o porta-bagagem. Parente as diversas malas apontou uma e disse “abram!”. Os nossos corações ficaram pequeninos era a que trazia mais livros proibidos. O guarda afastou as poucas peças de roupa e imediatamente deparou com os muitos volumes de O Capital de Karl Marx, das Editions Sociales, que ainda hoje conservo e consulto com frequência. Quando julgava que íamos ser presos (nessa ocasião Marx, Lenine, Staline e Mao-Tsé-Tung eram os autores mais violentamente proibidos) o guarda-fiscal afirmou: “Tantos chocolates! Guardem isso enquanto ele [o PIDE] está a ouvir o relato da Volta a Portugal. Podem seguir”.

Foi quando dessa primeira viagem a Paris que comprei todos os livros de Karl Marx que possuo em francês, mais uns tantos outros da Livraria Maspero – basílica no Quartier Latin de peregrinação obrigatória de qualquer candidato a revolucionário – aí incluindo Althusser

4. A Universidade foi um espaço de liberdade que foi gerido com serenidade e faseadamente. Não foi chegar e mergulhar no que nunca tinha tido. Sabia que isso era a morte do artista. Fui guiado por duas afirmações sábias do meu primo António. A primeira dizia que se um estudante passa a ser classificado como bom aluno no primeiro ano tem todo o curso facilitado, porque as notas obtidas seriam como um carimbo de qualidade fixado na testa. Por isso no primeiro ano fui sobretudo muito bom aluno. A prioridade absoluta foi estudar, não por obrigação, mas porque tinha alegria em penetrar em novas aventuras intelectuais. As "leis" da Economia apareciam-me como um céu estrelado. A Matemática era um deleite, cheia de formulas, com explicações lógicas de um rigor impressionante, que o Fernando Jesus expunha religiosamente nas suas aulas magistrais sempre com a presença da sua cábula. A Geografia Económica, dada pelo Simões Lopes, permitia conhecer Portugal e começar a fazer os primeiros trabalhos escritos, em que me empenhava profundamente. Depois o resto não eram rosas mas tinham poucos espinhos: as disciplinas de técnicas faziam-se com uma perna às costa e Introdução ao Direito detestei pelo professor (Didi, importado da Faculdade de Direito, com uma prosápia bolorenta) mas gostei pela se-benta de umas centenas páginas que futuramente me iriam ajudar bastante na vida. O que nem sempre me agradava eram o professores. Em Introdução à Economia (cujas teóricas eram dadas pelo João Salgueiro, um galã que atraía as minhas colegas para as primeiras filas) tudo fiz para não ter aulas práticas com a Manuela Ferreira Leite e ser aluno do Victor Constâncio.

Não era minha intenção falar do estudo, mas já que referi este profundo empenhamento durante o primeiro ano, recordo uma postura - a que nunca tinha dado importância antes de estar a escrever estas linhas - que creio explicitar como então encarava a aquisição de novos conhecimentos. Adorava Matemáticas Gerais, incluindo os desafios meticulosos da

demonstração do teorema de Bolzano-Weierstrass, mas havia uma matéria que era para mim muito hermética: as séries. Para superar essa dificuldade pedi ao meu pai um livro que constava da bibliografia daquele capítulo (Knopp, Dr. Konrad. 1964. *Theory and Application of Infinite*), que custou imenso a adquirir, porque a encomenda de livros estrangeiros ainda não era uma trivialidade, mas funcionou: deleitei a estudar as séries e, sobretudo, o número e .

Foi no primeiro ano que encontrei o meu amigo G (...), colega de Faculdade com quem passei longas noites de estudo (das 21 h às 6 h, com interrupção por volta das 2 h para se ir comer qualquer coisa), com quem discuti política, com quem ouvi Rádio Argel e Rádio Moscovo, com os cuidados que tal prática exigia. Connosco estudavam alguns colegas de outras Faculdades, sobretudo quando reuníamos em casa dele, em Lisboa. Ouvia estas rádios pela doutrina política que elas transmitiam. Contudo não me parece que fosse essa a minha motivação principal. O que preferencialmente pretendia era saber o que se passava em Portugal e que a censura impedia de divulgar.

Quando comecei a ser perseguido pela PIDE com maior intensidade, e se colocava a eventual necessidade de fugir para o estrangeiro, o G (...) foi mais uma vez um amigo, tomando a iniciativa de me informar que se eu necessitasse de fugir ele tinha alguns conhecidos ligados à LUAR, que me podiam ajudar. Foi também com G. que aprendi que fumar cachimbo era mais que um vício, era uma arte, como o demonstrava a sua magnífica colecção desses objectos. (...).

Mas, enfim, durante o primeiro ano fui essencialmente estudante, tendo obtido muito boas notas (um 16 era o reino celestial!). Passei a ser rotulado de "bom estudante". Tinha sido atingido o primeiro objectivo. Entretanto fui ouvindo as rádios clandestinas e lendo alguns livros proibidos.

5. A segunda máxima de o meu primo António já tinha a ver com o trabalho associativo: quem começasse a trabalhar nas secções da Associação de Estudantes e mostrasse algum empenhamento, poderia vir a pertencer à Direcção da mesma.

No meu segundo ano de Faculdade comecei a colaborar na Secção Editorial, depois apostei na Secção Pedagógica e no meu quarto ano fui presidente da Associação de Estudantes do ISCEF, depois de ter ganho as eleições contra a lista dirigida por Serras Gago.

Antes de falar deste percurso algumas palavras sobre o ter aceite esta segunda aposta de meu primo António. Provavelmente ele ao transmitir-me esse ensinamento desejava que eu me empenhasse na luta associativa, de alguma forma dando continuidade à actividade que ela já tinha tido. Mas eu, porque embarquei no processo? Se tivesse a ambição do poder seria fácil compreender, mas foi aspecto que nunca me atraiu. Não significa que ao exercer um cargo que me dê algum poder não goste de o fazer, mas nunca foi, que eu me recorde, por exposição, por prestígio, por me querer destacar que me empenhei em alguma coisa na vida. É tão somente porque me dá a possibilidade acrescida de influenciar os acontecimentos, o que sempre agrada para quem sempre se meteu nas coisas por “espírito de missão”. Mas naquela altura não sabia bem o que era a Associação de Estudantes. A minha consciência política era mais que difusa: apercebia-me que as coisas em Portugal não estava bem e que na sociedade havia os bons e os maus.

Creio que não foi tanto a afirmação que me influenciou, mas um processo lento de envolvimento. Fui apresentado aos colegas da geração da crise de 1965, comecei a conviver na Associação de Estudantes (o que era normal porque o espaço da cantina era gerido por ela), fui jogador de futebol de salão da equipe dos “Canhotos”, aumentei lentamente a minha participação nas actividades académicas. Por outras palavras. Esse

progressivo envolvimento não foi o resultado de um projecto que abarqueei, actuando em conformidade, mas uma coisa que foi surgindo com relativa naturalidade. Com a mesma naturalidade com que Espada me convidou para conversar e depois, no seu carro me entregou muito timidamente o primeiro Avante clandestino.

A verdade é que quando estava no 2º ano da faculdade entrei para colaborador da Secção de Folhas da Associação de Estudantes, uma peça fundamental no funcionamento do próprio ISCEF. Todas as cadeiras tinham uma sebenta, isto é, um manual com os ensinamentos do professor. Tirando alguns poucos casos em que eram os próprios professores que procediam à edição e vendiam por meio dos contínuos, todos esses materiais de estudo eram editados e vendidos pela Secção de Folhas da AE. Era uma secção que já tinha uma estrutura técnica interessante (várias máquinas de stencil e no meu tempo compresse uma máquina de offset último grito), funcionários tipógrafos e a necessidade de um controlo financeiro rigoroso. Nessa altura o Lobato era o responsável máximo por essa secção que designávamos por Secção de Folhas.

Antes de continuar há que fazer um parêntesis para esclarecer quem não viveu essa época. Poderão perguntar: como é possível o Estado proibir a actividade de Associação de Estudantes quando era o próprio Estado que legalmente tinha criado as Associações de Estudantes e com recursos tão importantes, sob seu controlo, como a Cantina da Escola e a Secção Editorial? A resposta é simples. O Estado Novo proibia a liberdade, mas esta estava consignada na Constituição. O Estado Novo proibia as greves e as manifestações de rua, até a liberdade de pensamento, mas ele próprio criou os sindicatos (corporativos). Criar estas instituições, dar-lhes funções técnicas e procurá-las integrar na actuação e ideologias do Estado era a sua pretensão. Foi também isso que aconteceu com as Associações de Estudantes de então. Tratar dos serviços

básicos era óptimo. Ter uma secção desportiva parecia vantajoso. Ter uma secção cultural não havia mal de maior desde que respeitasse os valores da Nação. Meterem-se em lutas pela melhoria do ensino até não parecia mau, desde que lutassem burocraticamente e respeitassem as hierarquias, mas já o não seria se aquelas falassem na democratização do ensino superior, na liberdade intelectual, se promovesse “agitação”, se gerasse greves ou manifestações. Quando Presidente da Associação de Estudantes tinha reuniões regulares com o Director da Faculdade e discursava na sessão de abertura do ano lectivo. (...).

Neste espaço limitado os estudantes foram impondo o seu desejo de liberdade. Gerações anteriores a mim já tinham conquistado a independência do Estado, embora continuassem a desempenhar também as funções para que tinham sido criadas. O Estado mantinha três formas de influenciar o movimento associativo, em fase de libertação. Em primeiro lugar através do ambiente repressivo global: a polícia de choque cercando uma reunião de estudantes ou actuando se estava marcada uma manifestação; a censura que impedia qualquer notícia sobre a nossa luta nos meios de informação ou que a apresentava como iniciativa de “um bando de agitadores profissionais”; a ausência de liberdade que nos impedia de muita coisa e exigia que a nossa actividade legal associativa fosse articulada com actividade semi-legal e clandestina. Em segundo lugar através da existência das Juventudes Fascistas (não sei o nome oficial que tinham) que procuravam conquistar eleições para as Direcções da Associação de Estudantes, mas que no ISCEF já não tinham coragem de aparecer publicamente. Finalmente através da infiltração de elementos da sua confiança no movimento associativo, tendo que serem eles a comportarem-se clandestinamente.

Quando em 2011 resolvi ir à Torre do Tombo consultar o meu dossier na PIDE, muito delapidado por razões que não

consegui encontrar, defrontei-me com diversos relatórios escritos à máquina sobre papel de cebola amarelo relatando pormenorizadamente reuniões de associação de estudantes, com a indicação precisa das decisões e dos comportamentos individuais das pessoas mais destacadas. Não consegui identificar quem os fazia para a PIDE, porque a assinatura era um pseudónimo em forma de slogan, mas não era difícil perceber que se tratava de um elemento destacado na AE no tempo em que fui da direcção. Havia relatos de reuniões que eram de acesso bastante restrito.

6. A Secção de Folhas foi a minha primeira experiência percebendo que os “trabalhadores” que frequentavam a Secção eram diferentes e não estavam preocupados com as Sebentas mas com os comunicados associativos, os comunicados dos movimentos semi-legais e com os panfletos da luta política. Aproveitando a estreita franja de legalidade editou-se então Vitorino Magalhães Godinho (Introdução às Ciências Sociais) e Bento Jesus Caraça (Cultura Integral do Indivíduo). Comecei então a perceber que a actividade política tinha várias camadas, que havia cuidados conspirativos a respeitar (por exemplo, um comunicado clandestino editado na Secção de Folhas poderia se analisado pela PIDE e detectada a sua origem tipográfica, o que poderia levar ao encerramento da Associação).

Embora entrando em actividade editorial ligeiramente mais tarde assisti à criação da revista Económica Lusitânia que me mostrou como o combate político também podia ser feito pela via científica.

Os funcionários profissionais mantinham-se completamente à margem destas actividades, mas sempre admiti que percebiam o que se passava, mostravam indiferença mas eram, bem lá no fundo e para além de salvaguarda do seu posto de trabalho, coniventes.

Daí passei para a Secção Pedagógica. Teoricamente tratava da qualidade de ensino. Era uma instituição de diálogo e colaboração com os professores, mas também era o centro nevrálgico da luta estudantil. Era-o porque muitas coisas estavam mal no ensino, porque se sentia fortemente a falta de liberdade, porque a nossa estratégia envolvia objectivos de longo prazo como a possibilidade de qualquer jovem ascender ao ensino superior, porque era uma luta muito sentida pela generalidade dos estudantes. Tudo isso permitia que o movimento associativo não fosse o funcionamento de um conjunto de carolas em algumas instituições, mas um movimento de massas reivindicativo.

Provavelmente esta foi a minha primeira grande escola política, muito mais do que os livros proibidos lidos. Dirigir a Secção Pedagógica era estar atento aos problemas do ensino e dos meus colegas, era falar reivindicativamente com os professores (os que quase sempre alinhavam connosco como Pereira de Moura ou Albuquerque e os que sistematicamente se opunham como Cavaco Silva ou Joaquim Aguiar), era escrever comunicados associativos, era distribuí-los publicamente, era conversar com os colegas, era saltar para cima de uma cadeira para fazer um comício surpresa, era avançar para formas de luta em que sabíamos que podíamos ser presos ou apanhar muitas bastonadas, era definir estratégias e tácticas para o desenrolar dos processos lançados por nós.

E assim fui caminhando até chegar à formação de uma lista para a Direcção da Associação, ter tido que vencer a oposição da lista dirigida por Serras Gago, dirigir a AE em período de luta académica e ter pertencido à Reunião Inter Associações de Lisboa e à Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses.

Simultaneamente comecei a ficar mais tempo em casa dos meus primos em Lisboa, a conviver com estudantes de outras faculdades, a fazer profundas discussões filosóficas com outros colegas (bem acesas com Alberto Costa, Arsénio Nunes

e Jaime Gama), a frequentar o café de “esquerda” na rua Alexandre Herculano, onde Bernardo Santareno era olhado com admiração, a frequentar a Livrelco onde havia menos riscos de comprar livros proibidos.

Esta entrada na política acabou por se cruzar com os meus hábitos. Um exemplo. Como disse era assíduo frequentador de bailes. Eram os bailes académicos. Corria-os todos na academia de Lisboa. Nunca soube dançar, mas também não era esse o meu objectivo. Um dia estava num baile de Medicina a dançar com uma jovem, de quem já não recordo nome ou rosto, quando ela, para se exhibir, revelou que era irmã do chefe, em Lisboa, das Juventudes Fascistas. Dei mais duas voltas até a música acabar e quando regressámos à mesa levantei-me para ir à casa de banho e desapareci. Esse foi o último baile a que fui. (...).

7. Voltemos um pouco atrás. No dia 24 de Novembro de 1967, acabadas as aulas e o convívio com os colegas regresssei a casa dos meus pais, que ainda era predominantemente a minha. Regressava sozinho ao Monte Estoril, era já noite. Tinha dificuldade em ver a estrada, tanta era a chuva que desabava sobre o Volkswagen azul. Cheguei, fiz uma pequena vida familiar e fui-me deitar, pois no dia seguinte tinha aulas às 8 horas.

No dia seguinte, ao chegar a Lisboa as Associações de Estudantes estavam em grande azáfama, incluindo a da minha escola. A chuva copiosa que tombou durante toda a noite provocou graves inundações nos arredores de Lisboa. Muitas casas inundadas, bens destruídos, esperanças de vida destróçadas. De uma noite para a manhã seguinte a poderosa AE do Instituto Superior Técnico tinha organizado um movimento de solidariedade com as populações inundadas. As associações mobilizavam os estudantes para irem ajudar as populações e os bombeiros, dezenas de camionetas faziam o transporte para o dia de trabalho. Nem hesitei. Ofereci-me para ir trabalhar.

Entrei na camioneta e fui despejado na zona de Loures. Assim foi nesse dia e em alguns seguintes.

Reconstruindo esse acontecimento hoje através do Avante clandestino de então tenho uma visão global do evento: “Quarenta e quatro mil horas de trabalho oferecidas ao povo das zonas sinistradas! Uma média diária de 600 estudantes, nalguns dias ascendendo a 1300, abnegadamente devotados aos trabalhos mais duros, que maior espírito de sacrifício exigiam”. Eu era um desses estudantes, sem qualquer responsabilidade organizativa, simples trabalhador.

(...)

Esta minha participação junto das populações mostrou-me uma realidade de Portugal, ali mesmo às portas de Lisboa, no cinturão industrial de Lisboa, que eu nunca tinha imaginado existir. Recordo-me de andar de vassoura em punho tirando água, e muita lama, de dentro das casas, ouvir a angústia daquelas pessoas que perdiam o muito pouco que tinham. Falava-se em mortos, não do número abstracto, mas do parente, do vizinho. Uma informação sobre mortos que nascia na dor dos participantes na tragédia.

Não sei quão útil foi o meu trabalho ou dos meus colegas. Admito que tenha sido relevante. Mas o que tenho inteira certeza é que eu não fui mais o mesmo depois de ter participado nesta iniciativa. Conheci uma dramática realidade nova, dramática não só naqueles dias, mas num quotidiano reconstruído com dor e sacrifício. Creio hoje que comecei a perceber que havia uma tempera diferente naquelas populações, que o dever que cada um de nós tem para com os outros, para com a sociedade, tinha que englobá-los. Também percebi melhor o ambiente político do país ao comparar o que vi, o que senti, com o que naqueles dias os jornais diziam. Sim, os jornais, que então eram, juntamente com a Rádio, as grandes fontes de informação das pessoas. No Século, o jornal que o meu pai lia religiosamente todos os dias, os grandes títulos da página da

frente era sobre as inundações, mas o que ele dizia não era a realidade que eu tinha vivido, conhecido.

8. Este foi o primeiro grande acontecimento iniciático de participação cívica e, obviamente política, sem que esta vertente estivesse então presente na minha consciência. Outros se seguiram, de natureza diferente.

Tenho dificuldade hoje de reconstituir a sequência de acontecimentos, tantos foram eles num curto período e tão pouca capacidade de sequência cronológica eu revelo. Contudo parece-me que o grande acontecimento seguinte, bem diferente, foi o Congresso Estudantil no Instituto Superior Técnico.

A Associação de Estudantes daquela escola, provavelmente a mais poderosa de Lisboa pelas instalações, número de estudantes e localização na cidade, organizou um conjunto de debates para definir a estratégia do movimento estudantil português.

Embora não tivesse sido um agente activo nesse processo, estar-se a discutir e a teorizar o movimento associativo marcou-me significativamente, embora não tenha retido até hoje nenhuma afirmação então proferida. Aí contactei com os organizadores, (incluindo António Abreu) e muitos outros com quem vim a lidar de perto. Destaque-se como figura típica, de uma capacidade de discurso notável, o José Luís Nunes de Direito, com quem lidei vários anos. Frequentemente começava um discurso dizendo "sobre este assunto gostava de salientar x aspectos" e depois, numa enunciação clara eram mesmo x. Com o seu tique de coçar o nariz, com a sua paixão de fumar charuto depois de bem aquecido percorrendo todo o charuto com um fósforo.

9. A manifestação contra a Guerra no Vietname (21/ Fev/1968) foi a minha primeira prova de fogo nas ruas de Lisboa contra a polícia de choque e em confronto político directo com o regime.

Naqueles anos a ocupação americana do Vietname do Sul, a guerra imperialista conduzida por eles naquele território contra os movimentos de libertação, estreitamente associados ao Vietname do Norte socialista, as invasões contra este, violando a soberania nacional, a forma selvagem como a guerra era conduzida, plena de crimes de guerra, toda esta situação conduziu a um movimento de solidariedade internacional contra a guerra do Vietname. Solidariedade internacional que foi importante para acabar com a guerra, tendo sido uma derrota militar dos EUA (onde também havia um forte movimento de contestação) que, durante muitas décadas, marcou aquele país.

Na altura já tinha lido alguns livros sobre o assunto, já estava inteirado do assunto. Por isso quando o meu colega Jorginho me pediu ajuda para espalhar comunicados convocando para uma manifestação junto da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa contra a referida guerra, não podia recusar apesar de ter algum medo das possíveis consequências. Creio que foi um conjunto muito disperso de sentimentos que então me assaltou: orgulho de ser convidado, sentimento de dever cumprido porque estava contra a referida guerra e de medo pelo que poderia acontecer. Distribui comunicados espalhando-os por diversos locais, desci à rua no local da manifestação e gritei contra a guerra. Não me recordo exactamente o que se passou mas ainda hoje recordo as grandes correrias em torno do Marquês de Pombal.

Segundo a informação do Avante (clandestino) esta manifestação em Lisboa foi antecedida de uma outra no Porto, um mês antes. A polícia carregou violentamente e houve prisões.

Depois disso seguiram-se as manifestações que sistematicamente existiam quer no dia do trabalhador (1º de Maio), proibido pelo Governo, quer na comemoração da república portuguesa (5 de Outubro). Na primeira havia a convocação expressa de uma manifestação e era sempre um dia quente em termos de mobilização popular e carga policial. Na segunda

havia quem pretendesse só fazer uma romagem ao cemitério, procurando evitar qualquer manifestação política (velhos republicanos e sociais-democratas) e os que aproveitavam sempre essa data para lutar pela liberdade (comunistas e socialistas).

10. Estava metido em toda a dinâmica reivindicativa estudantil, quer fossem lutas no Instituto Industrial, quer fossem na cidade universitária, quer fossem no ISCEF. Obviamente que estas eram o centro da minha atenção, sobretudo a partir do momento em que na Secção Pedagógica da AEISCEF procurávamos lutar contra todas as deficiências do ensino e mobilizar os colegas em torno desses problemas concretos. Os mais empenhados no processo, entre os quais me encontrava, sabiam bem que essa era a forma mais eficaz de aumentar a consciência política dos menos atentos ao que representava a falta de liberdade e a guerra colonial.

Sobre o acontecimento relatava o Avante:

“A greve de um dia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras constituiu o ponto culminante de uma importante luta estudantil contra os exames de selecção e pelos interesses pedagógicos dos alunos.

Através da sua Associação, os estudantes tinham conseguido a constituição de uma comissão de professores e alunos para a elaboração conjunta do mapa de exames. Verificando, porém, que os professores tentavam impor um mapa de exames que lesava seriamente os interesses dos alunos, enquanto lhes era negada qualquer representatividade em tal Comissão, os estudantes reagiram prontamente.

À palavra de ordem «ninguém vai às aulas no dia 28!» lançada numa reunião que concentrou 700 estudantes, teve a plena adesão da massa estudantil. Numa população escolar que oscila entre 3000 e 3500 alunos, apenas 4 quebraram a greve!”

Foi em reuniões de centenas de estudantes que fui fazendo a escola para os grandes plenários quando da luta da Academia de Lisboa, de que falarei posteriormente.

11. Nunca virei a cara às situações, mesmo quando elas não me eram confortáveis, mas também nunca tive grandes preocupações em obter cargos, e muito menos em aparecer como figura indispensável. Essa vaidade, assim como, a preocupação por uma eventual carreira política num Portugal democrático pelo qual lutávamos, eram fenómenos bastantes vulgares nos dirigentes associativos, mas parece-me que nunca foi mal que me tivesse atingido. (...). Pela minha parte preferia, como ainda hoje, actuar nos bastidores, garantir o sucesso das situações, muitas vezes para outros brilharem.

Dadas essas minhas características ainda hoje me interrogo-me porque me dispus a encabeçar uma lista para a Direcção, participar numa campanha eleitoral para tal e assumir a condução da Associação, nomeadamente em tempos tão conturbados que se adivinhavam. Formulo a hipótese de que não tenha sequer pensado no ambiente agitado que então a academia já vivia.

Admito que houve uma conjugação de factos. (...) Enfim, o que interessa, é que sem grandes reflexões sobre o assunto, constitui uma lista e resolvemos concorrer à Associação.

Não consigo recordar de toda a minha lista, quer no primeiro como no segundo mandato, tendo sido relembrado deste por um documento que constava do meu dossier na PIDE. (...).

A outra lista concorrente também era democrata, comandada pelo Serras Gago. Uma lista fascista não se atrevia a aparecer por aquela altura em Económicas. Hoje não consigo destrinçar o que nos separava, embora não tenha dúvidas que a sua lista nada tinha a ver com o Partido Comunista, o que não acontecia com a nossa. Vários de nós tínhamos ligações

e todos aceitávamos a importância do PC na luta pelo fim da ditadura, embora alguns com uma leitura muito crítica. Não faço a mínima ideia de quais foram os resultados eleitorais. Apenas sei que ganhei, sem que isso me levasse a festejar fosse o que fosse.

Já falei anteriormente da ambiguidade de legalidade e aceitação/rejeição das AE por parte do Estado. Tudo me leva a crer que na altura já não era uma personagem muito querida para a PIDE, embora só mais tarde viessem a ter provas concretas da minha filiação política, mas o certo é que a lista foi homologada pelo Estado, pois isso era necessário, e começou a trabalhar.

Gostaria muito de hoje ter acesso à documentação estudantil então produzida. Infelizmente não consigo ter, por três razões concomitantes:

(a) Quando cheguei a França fugido fui controlado politicamente por Blanqui Teixeira, quadro que sempre considerei de grande qualidade. Na altura, com a história dos acontecimentos bem fresca na minha cabeça pretendi fazer a história da luta estudantil portuguesa, mas fui amavelmente desaconselhado. Provavelmente porque na altura havia uma grande controvérsia sobre as relações entre a luta operária e a luta estudantil (despoletada por Maio de 1968 em França), porque essas coisas de teorização estava reservada para a Direcção, especialmente para Álvaro Cunhal.

(b) Quando fugi para a França consegui salvar muitas pastas de documentação da luta associativa que então possuía. Uma dez pastas de arquivo com todos os comunicados da AEISCEF, da RIA de Lisboa, da luta de Coimbra. Comunicados anotados e comentados. Regressado a Portugal depois do 25 de Abril admiti, hoje com profundo desgosto, que o local ideal para toda essa documentação estar era a União de Estudantes Comunistas (UEC) e entreguei todos

esses materiais a Direcção do Porto dessa organização. Soube posteriormente, que esse precioso material foi parar ao lixo.

(c) Tentei encontrar algum desses materiais nos tempos mais recentes, nomeadamente via Internet, mas não consegui. Também não encontrei nenhum livro de história da luta estudantil de Lisboa e nacional suficientemente fidedigna.

Face a estas situações desconheço o programa de candidatura da nossa lista. Quanto à nossa prática foi manter os pilares da instituição a funcionarem bem: Cantina e Editorial, acari-nhar e apoiar, com bons quadros, as secções mais importantes a que já fizemos referência (Desportiva, Cultural e Pedagógica), acompanhando de perto esta última. A evolução dos acontecimentos fez com que, a breve trecho, a minha preocupação fundamental fosse a RIA (Reunião Inter-Associações), a cujo secretariado pertenci, e a luta nacional associada à luta dos estudantes de Coimbra, pois era um dos três elementos de Lisboa na Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses (juntamente com Alberto Costa e Arnaldo Matos). Posso deduzir que fui eleito ou sugerido para todas essas estruturas não tanto pelo meu “brilhantismo” mas pela importância que o ISCEF tinha, e por ser geograficamente afastado da cidade universitária.

Em termos políticos a questão central era simples: conseguir conciliar lutas de grande participação estudantil no ISCEF com a luta político-associativa mais geral da Academia de Lisboa e do País. As primeiras eram conseguidas em torno de reivindicações precisas (horários, calendário de exames, qualidade dos professores, instalações, etc.) e iniciativas culturais diversas (colóquios diversos - nunca me esqueci de um com Rogério Fernandes sobre questões do Ensino Universitário - e outro tipo de iniciativas - de que recordo com muita força a ida do Zeca Afonso à AE em período de luta, tendo-se registado uma enorme enchente, ou o Curso de Teatro com Rogério

Paulo. As segundas já tinham a ver com palavras de ordem mais gerais, que hoje poderíamos considerar cívicas – luta pela liberdade ou contra a guerra colonial, que então ainda não era um tema central, como depois se veio a tornar – mas então eram políticas e, para o Estado Novo, e altamente subversivas.

12. É preciso acrescentar que alguns poucos meses de participação activa em tantos acontecimentos aumentou imenso a minha consciência política. Então já tinha uma participação organizada e sistemática no Partido Comunista, tendo reuniões para discutir o movimento associativo e para me ser transmitido o que os camaradas da Direcção pensavam disto ou daquilo. Dada a minha exposição nas actividades públicas, eu era um militante com que se exigia particulares cuidados conspirativos. Mesmo assim durante o período de mais intensa luta associativa tive contactos com funcionários do Partido, participei em algumas reuniões restritas preparadas com grande segurança e cheguei a receber de um camarada da Direcção do Partido cinco mil escudos (duas vezes o meu primeiro salário, dois anos depois) para ajudar às despesas da coordenação nacional da luta dos estudantes.

Só depois de acabar de exercer funções na Direcção da Associação é que passei a exercer outros cargos dentro do Partido, sobre o que falaremos mais adiante.

13. Nesse período fazer reuniões com pequenos grupos de estudantes, todas elas embebidas em grandes doses de fumo de tabaco, dirigir Reuniões Gerais de Alunos com centenas de estudantes em efervescência, tratar dos aspectos burocráticos e financeiros da Associação, saltar para cima de um muro ou de uma cadeira para falar aos colegas que ali se encontravam, escrever centenas de comunicados, tirá-los no stencil e distribuí-los, falar com os professores e intervir no início ou fim das aulas, pegar no estandarte e caminharmos contra a polícia de

choque, e muitos outros aspectos deste género, passaram a ser facetas do quotidiano. Trabalhar à noite num comunicado, distribuí-lo de manhã, dirigir uma reunião com centenas de estudantes do ISCEF a seguir ao almoço, começar a trabalhar para executar o decidido, realizar à noite uma RIA que se prolongava até às duas ou três da manhã, antes de sair comunicar com vários professores informando que tínhamos a Associação cercada por polícia de choque ou pides, ir até uma cervejaria a essa hora para de seguida começar a preparar a luta do dia seguinte era uma sequência que acontecia com alguma frequência. Dois ou três dias sem dormir acontecia de quando em vez, mas um dia era frequente.

14. O contacto com os professores para informar da nossa luta, para pedir o seu apoio, para solicitar a possibilidade de utilizar os dez minutos finais da aula era muito frequente. Não consigo hoje reconstituir a posição de todos eles, mas há alguns casos a salientar. Dois professores nos apoiavam frontalmente: Francisco Pereira de Moura e Albuquerque.

Francisco Pereira de Moura merece uma palavra muito especial. Católico progressista, participou tecnicamente em alguns trabalhos do Estado Novo, mas tinha uma forte consciência democrática, como veio a demonstrá-lo na Igreja do Rato e na CDE. Tive grandes discordâncias enquanto estudante com ele, algumas das quais por ele se opor, correctamente, a eu dar a copiar as minhas provas nos testes. Na CDE também tivemos confronto político, mas tudo isso fez parte de um processo natural. Devo-lhe muito da minha formação como economista. Devo-lhe muito pelo exemplo de coragem e dignidade que revelava. Contactado por nós altas horas da noite porque o ISCEF estava rodeado de polícia de choque tinha a disponibilidade para se levantar e vir ter connosco tentando neutralizar a acção da polícia. Devo-lhe muito pela ironia que produzia. Uma vez em tribunal, num julgamento estudantil

manteve o seguinte diálogo com o inquiridor “Lê o Avante?” “Leio”. “Quem lho entrega?” “uma instituição pública, os CTT”.

15. Dois esclarecimentos se impõem. Sobre como conciliava toda esta azáfama com o estudo?

Como é que os meus pais encaravam esta minha participação associativa?

As respostas não são brilhantes.

Era impensável desenvolver tanta actividade associativa e estudar. Nem sequer me lembrava que tinha disciplinas para fazer. Pela minha idade ainda não corria o risco de ir parar ao serviço militar, o que também dava algum descanso. Decidi interromper durante um ano os estudos, embora de quando em vez e algumas disciplinas frequentasse algumas aulas. A fama que tinha de ser bom estudante ia garantindo-me uma boa relação com os professores.

A resposta à segunda questão é bem mais complicada, dado o conjunto de situações envolvidas. Legalmente era maior e responsável pelos meus actos. Na altura a maioridade só se alcançava aos vinte e um anos, mas podia ser antecipada, o que aconteceu comigo para poder tirar a carta de condução. Mas esta situação não era sentida por mim. O que sabia firmemente é que não podia abdicar da minha intervenção cívica, não podia deixar de lutar pelo fim do fascismo, embora soubesse que tal assustava os meus pais. Ao mesmo tempo não os queria apoquentar, quer pelo amor que naturalmente lhes tinha quer porque a minha mãe sofria bastante com os seus problemas de coração e circulação sanguínea. Era um equilíbrio difícil de manter. Contudo era possível. Em primeiro lugar porque umas vezes ia dormir a casa outras vezes ficava em casa dos meus primos em Lisboa. Em segundo lugar porque a censura existente então fazia com que os meios de informação ignorassem completamente a luta dos estudantes, pelo que os meus pais não tinham qualquer informação sobre o assunto.

Em terceiro lugar porque em determinada altura admitiram que as minhas noites fora, a minha vida com poucos horários era o resultado do fulgor de juventude e de encontros femininos, o que fui alimentando.

Reconheço hoje que lhes poderia ter feito mais companhia, nomeadamente à minha mãe, tão presa em casa e com tantas debilidades. Contudo essa apreciação só me é possível fazer hoje. Não era pensável sobre o fogo dos acontecimentos.

16. A sucessão de acontecimentos foi enorme. Lutas nas faculdades em Lisboa, abrangendo também alguns liceus. Luta em toda a academia recordando-me do plenário de estudantes junto à Faculdade de Letras - o tal a que disse ao meu pai que não iria -, a manifestação que se lhe seguiu, a grande reunião de estudantes na Cantina também da cidade universitária. A luta dos estudantes de Coimbra que arrancou logo a seguir à de Lisboa. Alguns acontecimentos dispersos no Porto.

Eu desdobrava-me como presidente da Associação, elemento do secretariado da RIA e membro da Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses. (...).

Repito, não consigo fazer uma cronologia dos acontecimentos. Por isso creio que melhor do que eu hoje o Avante de então relatava a situação:

Greve dos estudantes de Lisboa. «Uma Universidade para a Nação»

A clara demonstração do divórcio entre o governo de Marcelo Caetano e as massas estudantis surgiu logo no início do novo ano escolar. A proibição da intervenção de um estudante, representativo da maioria, na Abertura Solene da Universidade Clássica, foi uma demonstração da prepotência fascista a que os estudantes reagiram prontamente boicotando a sessão. Assim, no momento em que, mais uma vez, os fascistas inauguravam em família a «Universidade Morta», alheia aos interesses dos estudantes, dos professores e da Nação, mais de 4000 estudantes e vários professores

reunidos no edifício da Cantina da Cidade Universitária inauguravam a «Universidade Viva», aquela que quer abrir de par em par as suas portas ao progresso da Ciência e a todos os filhos do povo português. Na poderosa marcha de silêncio que se seguiu, mais de 3000 estudantes empunhando bandeiras nacionais e das Associações reclamaram com cartazes em frente do edifício da Reitoria «Uma Universidade para a Nação».

A comemoração tradicional da «Tomada da Bastilha» em Coimbra, foi outra vigorosa manifestação de unidade que os fascistas procuraram por todas as formas impedir. Sabotaram o transporte de milhares de estudantes, mas não conseguiram impedir que centenas de estudantes chegassem a Coimbra, levando a sua solidariedade aos colegas em luta contra a Comissão Administrativa e por rápidas eleições na Associação Académica.

Num colóquio com cerca de 2000 estudantes e num comício que reuniu igual número, os problemas gerais da Universidade foram animadamente debatidos. Participaram no tradicional cortejo cerca de 6000 estudantes das 3 Universidades do País. Os «8 Pontos» reivindicativos das liberdades associativas, votados em Coimbra por milhares de estudantes, exprimem as suas mais instantes reivindicações ao nível nacional. Lançando os alicerces para uma futura União Nacional dos Estudantes, os representantes dos estudantes das 3 Universidades, decidiram a constituição de uma Comissão Nacional a fim de exigir do governo medidas inequívocas para a rápida satisfação das reivindicações fundamentais expressas nos «8 pontos». Em Lisboa, os estudantes elegeram os seus 3 representantes numa reunião plenária com cerca de 3500 alunos.

Com grande alarme, o governo viu crescer as acções reivindicativas dos estudantes. Entre elas, em Lisboa, são de salientar as múltiplas e massivas Reuniões Gerais de Alunos, com mais de 800 alunos de Medicina; reuniões de milhares de estudantes em Letras, dispostos a recorrer à greve se até 15 de Dezembro não fossem satisfeitas algumas das suas reivindicações essenciais; a grande movimentação nos cursos, em Ciências, para eleição de representantes, discussão de problemas relativos à reforma do ensino, o luto contra a Comissão Administrativa. No Instituto Industrial de Lisboa, numerosas Reuniões Gerais com centenas de alunos forçaram o Ministro da Educação a algumas concessões.

Porém, ante a reivindicação de autonomia académica, sem conseguir iludir a questão posta pelos estudantes, o ministro fascista vociferou e ameaçou com a repressão.

O assalto praticado por 70 agentes da Pide e pela PSP às instalações da Associação do Instituto Superior Técnico, a suspensão dos dirigentes associativos, o inquérito às actividades da direcção da Associação, o encerramento das aulas do Instituto 10 dias antes das férias do Natal e a ocupação do edifício pelas forças policiais desmascaram a demagogia «liberalizante» de Marcelo Caetano e desencadearam uma onda de indignação e protesto em toda a Universidade.

Foi imediata e enérgica a reacção dos estudantes. Num plenário realizado no dia 9 de Dezembro, na cidade Universitária, cerca de 5000 estudantes, cercados pela polícia de choque, decidem o luto académico, com utilização de salas de aula para a discussão de todos os seus problemas, e particularmente contra a repressão no Técnico. A greve, seguida praticamente a 100% em todas as Faculdades de Lisboa, teve início no dia seguinte e prolongar-se-ia até ao início das férias do Natal.

Amplas reuniões de alunos e professores tinham simultaneamente lugar em muitas Faculdades, tal como os 1000 estudantes reunidos no átrio da Faculdade de Letras. Em Belas-Artes, a reforma do ensino e a autonomia da Universidade foram ampla e vivamente debatidos. A luta generalizada a todas as Faculdades de Lisboa prosseguia vigorosamente. Milhares de estudantes reunidos novamente num plenário eram informados por uma comissão encarregada de se avistar com Marcelo Caetano dos resultados das diligências efectuadas e decidiram continuar a greve.

Os fascistas procuraram desacreditar o movimento associativo aos olhos do País, usando a mais baixa calúnia.

Contudo, ante a pujança do movimento estudantil, o fascismo foi forçado a fazer vários recuos, que constituem outras tantas vitórias dos estudantes. Está neste número a realização de eleições na Faculdade de Ciências, no momento em que a greve alastrara a todas as Faculdades de Lisboa e quando numerosos telegramas de protesto provenientes dos estudantes de Coimbra condenavam a repressão no Técnico, solidarizando-se com os estudantes em luta.

No combate pela autonomia da Universidade, os estudantes estão atravessando uma importante fase que os poderá conduzir a relevantes conquistas.

Este texto resume bastante bem os acontecimentos estudantis na fase inicial do ano lectivo de 1968/69, mas a sua leitura hoje, descontextualizada da época que então se vivia, exige alguma explicações e informações adicionais.

- Nessa fase a luta estudantil não tinha palavras de ordem abertamente políticas como viria a assumir numa fase posterior, quase imediata (fim da guerra colonial, por exemplo), embora elas já estivessem bem presentes nas organizações políticas e nas discussões dos dirigentes associativos. A questão política mais presente era a liberdade de organização, associação, expressão das ideias e de manifestação. A ligação entre “a luta pelos interesses dos estudantes”, que conseguia mobilizar a academia, e a luta política fazia-se pela reivindicação da “autonomia universitária”. Reivindicava-se a liberdade na Universidade num país em que não havia liberdade.
- Para quem viva hoje terá dificuldade em perceber determinados procedimentos. Hoje a informação circula, e circula a grande velocidade. Então não circulava. Os jornais não noticiavam e a Televisão ainda menos. Se tentassem eram impedidos pela censura. As rádios estrangeiras não podiam ser ouvidas livremente. Obviamente não havia internet e os telefones das associações e dos dirigentes associativos estavam sob escuta. Em qualquer deslocação muitos de nós éramos seguidos e quantas vezes ameaçados ou espancados. Deslocarmo-nos, falarmos com este ou aquele, publicarmos um comunicado, frequentemente impresso com grandes dificuldades, ou fazer um discurso para os estudantes era a forma de informar o que se passava ali ao lado e que ninguém conseguia saber. Não havia eleições livres, não havia partidos políticos.

(...)

No início desse ano lectivo a Academia de Lisboa foi o principal centro da luta estudantil. Coimbra já estava em efervescência, mas foram os estudantes de Lisboa que incendiaram o ambiente. Este aspecto tem sido frequentemente esquecida em função da luta posterior dos estudantes de Coimbra.

A luta dos estudantes do Porto também existia mas mais interior às escolas, com menos pujança. (...).

Recorde-se, para terminar este ponto, os famosos 8 pontos já anteriormente referidos a propósito da luta nacional, obtidos pela leitura hoje do Avante de então:

1. Legalização de todas as comissões Pró-Associação e criação de condições para elas se constituírem onde ainda não houver;
2. Revogação de toda a legislação anti-associativa e anti-estudantil;
3. Participação de estudantes democraticamente eleitos na gestão dos serviços criados pelo governo;
4. Participação de estudantes democraticamente eleitos no governo da Universidade;
5. Intervenção das Associações de Estudantes na qualidade de únicos representantes dos estudantes, em todas as questões e instâncias onde se decida da vida e da Reforma da Universidade e do ensino em geral;
6. Legalização de órgãos federativos e lançamento das bases de uma União Nacional dos Estudantes Portugueses;
7. Amnistia de todos os estudantes expulsos e presos e reintegração na Universidade de todos os professores expulsos;
8. Direito à livre informação por parte dos estudantes no que diz respeito à problemática e ao processo da sua actuação e posição.

A Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses era constituída por Alberto Costa, Arnaldo Matos e eu (por Lisboa), Duxe Veteranorum, Strecht Monteiro e Barros Moura (por Coimbra) e Horácio Guimarães, ???, ??? (pelo Porto).

Além disso diga-se que eu estava em todas. Na luta no ISCEF, na solidariedade à luta dos colegas de Lisboa e de Coimbra, na elaboração do então célebre documento dos «8 pontos», na condução da luta nacional, tendo mesmo sido encarregue, aproveitando a minha primeira viagem turística a Paris, para estabelecer contactos internacionais para promover a solidariedade com a nossa luta.

17. Após estas lutas desencadeadas sobretudo em Lisboa há uma alteração profunda da correlação de forças em Coimbra. Conseguiu-se impor o fim da Comissão Administrativa e a realização de eleições livres para a Associação de Estudantes. Essas eleições, a imposição, como se tinha feito em Lisboa, de que um elemento da Direcção falasse na sessão de abertura do ano lectivo e a repressão que tal gerou criaram uma onda de movimentação que se prolongou até ao fim do ano lectivo.

Foi uma importantíssima luta estudantil que gerou uma onda de solidariedade nacional. O meu envolvimento obviamente foi menor por razões geográficas. Alimentava a solidariedade lisboeta e tomava decisões enquanto elemento da Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses.

Conheci muitos colegas de Coimbra e fiz boas amizades. As deslocações a Coimbra (umas cinco horas de viagem então) eram frequentes. Os comunicados escritos foram muitos. Contudo não tenho uma visão detalhada do processo. (...).

18. São muitos os episódios que ainda hoje recordo. (...).

No primeiro plenário de estudantes de Lisboa iria, como dirigente da RIA, intervir. Defronte da Faculdade de Letras em Lisboa concentravam-se cerca de cinco mil estudantes.

Os elementos da RIA dirigiam a reunião a partir de uma mesa colocada junto à porta da Faculdade. Ao longe viam-se as movimentações da polícia de choque. Em determinada altura cabia-me a mim fazer o discurso de apelo à luta. Subi para a mesa. Os estudantes presentes desapareceram da minha visão. Falei, falei, falei sem nada ver à minha frente. Quando acabei o discurso e desci da mesa os meus colegas saudaram-me pela intervenção realizada. Creio que só então tive plena consciência do que tinha feito e o regozijo mostrava que tinha feito bem.

(...)

19. Enfim, a descrição vai longa e poderíamos puxar por muitos fios da memória, tantos foram os romances e nós em que estivemos envolvidos.

Talvez seja interessante deixar aqui a minha apreciação global sobre estes acontecimentos e muitos outros da época que aqui não se referem.

O traumatismo craniano de Salazar e a ascensão ao poder ditatorial de Marcelo Caetano gerou politicamente duas tendências nas forças da oposição: os que consideravam que haveria uma transição pacífica da ditadura para a democracia, englobando um processo autónomo das “províncias ultramarinas”; e os que defendiam que apenas era uma fase mais sorridente do fascismo, mas que a situação social, económica e política não se tinha alterado. De qualquer forma essa mudança gerou esperanças e a convicção generalizada que as liberdades acabariam por ser instauradas. O movimento estudantil de então beneficiou desse ambiente de esperança favorável e revelou quanto do mesmo continuava a existir.

As lutas estudantis coincidiram com outras evoluções políticas. Nesta coincidência não há uma relação de causa e efeito (ou se há teria que ser descoberta) mas estava-se num período de grande aumento das lutas populares, nomeadamente no

cinturão Industrial de Lisboa, mas também um pouco por todo o país. O Fim da Guerra Colonial era posição unânime da oposição democrática e anseio profunda da população portuguesa pois todas as famílias estavam envolvidas nessa tragédia. O próprio movimento associativa estava cada vez mais a pegar nesse tema. Apareceu a ARA - Acção Armada Revolucionária - ligada ao Partido Comunista que veio a dar coerência a movimentos anteriores como a LUAR. A luta estudantil foi parte de um processo mais amplo.

Recordo que no ISCEF de então frequentavam as aulas alguns homens que no 25 de Abril tiveram importante papel no Movimento das Forças Armadas.

Do ponto de vista pessoal foi a minha primeira grande escola de formação cívica, de formação política, de construção de uma nova personalidade que me marcaria toda a vida. Nunca teria sido o mesmo se não tivesse passado por esta experiência, que se veio articular com uma outra também importante: a militância política.

20. Duas derradeiras reflexões:

- Hoje pergunta-se muitas vezes qual foi a influência do Maio de 68 em França sobre o movimento estudantil em Portugal. Já me foi feita essa pergunta numa entrevista. A minha opinião é de que foi muito pouca. Claro que, apesar das dificuldades de informação íamos sabendo do que se passava em França, mas isso não constituía uma referência ou uma escola. Não me recordo de alguma vez termos discutido (mesmo entre os dirigentes do movimento) qualquer ensinamento francês. Marcou-nos muito mais alguns autores franceses (nessa altura a influência francesa era maior que a inglesa) que brotaram então Althusser, Polantzi, Fanon, entre outros, e os existencialistas. Aliás é curioso notar que esse ano de 1968/69 foi rico em lutas estudantis em todo o mundo.

- Há uns anos ouvi um debate da televisão sobre o movimento estudantil em que participavam diversos dirigentes do pós 25 de Abril e Alberto Costa. No fim discutiu-se quando foi mais difícil ser dirigente associativo: se antes ou depois do 25 de Abril. Claro que é uma pergunta estúpida porque é comparar o que não é comparável, mas a tendência dominante é que era mais difícil após o 25 de Abril. Não participo desse debate estúpido mas deixo apenas uma comparação. Depois do 25 de Abril um dirigente associativo era candidato a militar numa juventude partidária e ascender a cargos políticos. Antes do 25 de Abril poderia militar numa juventude partidária mas era candidato à prisão, à ida antecipadamente para as piores zonas da guerra colonial ou ainda para o exílio.

E por aqui me fico que o discurso já vai longo.

ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA

(...)

4. A ida para o ISCEF e para Lisboa, o passar posteriormente largos períodos em casa dos meus primos António e Pedro, particularmente a partir do meu segundo ano de curso, vieram modificar profundamente as minhas referências.

Entre os meus colegas de faculdade havia todo o tipo de posições políticas e, apesar da falta de liberdade, trocávamos informações e debatíamos ideias. Pelo menos apercebi-me que havia muito mais mundo do que eu conhecia.

Nos meus últimos dois anos do liceu tinha travado uma grande batalha comigo mesmo, certamente uma das maiores ao longo da minha existência. Entalado entre uma formação cristã e, por outro, uma reflexão filosófica que me tinha mostrado inequivocamente que o homem não era uma criação de

Deus mas este era uma criação do Homem, tinha optado por uma ateísmo racional, consciente. Essa batalha abriu-me as portas a uma paixão espontânea pela racionalismo, o qual me levou a explorar mais e mais os livros de Economia que então comecei a ler ferozmente. Fui-me apercebendo da grandiosidade do mundo, da diversidade de rumos e do âmbito limitado do regime político que então se vivia em Portugal.

O meu primo tinha deixado na Faculdade vários amigos, todos eles bastante politizados. Não os recordo a todos, mas alguns estão presentes: a Irene era o orgulho de ser mulher sem discriminação sexual, o Cabrita era o intelectual das lucubrações sobre a situação social, o querido amigo Lobato – a quem muito devo quando fugi para França – era o homem da Livrelco da pasta com livros proibidos que ia vendendo a quem era de confiança, o João Abel com uma leitura serena sobre as situações que se analisassem, com um sorriso nos lábios. Quem provavelmente mais me influenciou foi um colega de que, curiosamente, não me recordo o nome, talvez Tavares. Magro, irrequieto, pinga amores, discutia frequentemente questões políticas, e tinha sempre um conselho sobre os rumos do movimento associativo. Sinto hoje que de alguma forma fui apadrinhado por aquele grupo dos mais antigos, que me foi ajudando a formar.

Mas foi sobretudo o movimento associativo estudantil que me despertou profundamente para a actividade política.

5. Não me recordo do que tratei exactamente sobre essa experiência, nem quero agora perder tempo a reler, pelo que deixarei aqui alguns apontamentos, não tanto do movimento associativo mas de como ele influenciou a minha formação política.

Porque sentia a necessidade de intervir, apesar da minha pacatez de origem, meti-me como colaborador da Secção Editorial, a parte pacífica da Associação de Estudante, onde eram editados muitos dos livros de estudo. Contudo comecei

a aperceber-me quão difícil era editar os comunicados associativos, como a “secção de folhas” servia por vezes, de forma velada, para tirar comunicados políticos. Foi por aí que comecei a despertar para a falta de liberdade e para a constatação que existiam organizações clandestinas e actividades igualmente clandestinas.

Quando passei a ter uma actividade associativa mais intensa a política entrava-me por todos os poros: a polícia política vigiava-me, a polícia de choque cercava a faculdade, reuniões e manifestações, as decisões que tomávamos era a afirmação da nossa vontade de construir o nosso futuro. O PCP percebeu que eu poderia integrá-lo e que era importante que o fizesse, face aos cargos que ia assumindo no movimento estudantil do ISCEF, da academia de Lisboa e do País.

Mas esse envolvimento associativo trouxe-me uma outra coisa importante: um espaço de liberdade em que se discutia alguns dos grandes pensadores. Depois das reuniões, entre cervejas e cachimbadas discutia-se Marx, Engels, Lenine, Althusser, Marcuse, Cohn-Bendit, Fanon, Polantzi, Gramsci, Máximo Gorki, Plekanov, Clara Zetkin e mais, muito mais. Lire le Capital de Althusser foi objecto de grandes batalhas intelectuais, Materialismo e Empirocriticismo tornou-se uma leitura obrigatória para se discutir a grande questão filosófica do materialismo versus idealismo. Discutia-se filosofia e epistemologia furiosamente e essa foi uma das minhas grandes universidades de cultura.

6. A minha entrada no Partido Comunista deu-se entre 1967 e 1968. Um dia um colega pediu para falar comigo. Combinou irmos até algum lado e deu-me boleia. No meio do caminho encostou o carro, parou e começou a conversar sobre diversos assuntos, nomeadamente sobre o Partido Comunista. No fim passou-me, com um ar escondido, um jornal Avante.

Levei-o para casa e li-o. Gostei de lê-lo pelas informações novas que trazia, pelas análises, pelo facto de estar a fazer um acto proibido, por desfolhar aquele papel fininho que o caracterizava.

Passado pouco tempo ele quis saber a minha opinião sobre o jornal. Assim aconteceu. Lembra-me perfeitamente que a conversa não foi das mais agradáveis para ele. Talvez pela minha tendência de rebeldia, talvez por incomodidade da situação, fiz críticas duras ao jornal. Mas, mesmo assim, devo ter dito o fundamental para ele voltar a dar-me outro jornal, no mês seguinte. Passados alguns meses começou a dar-me vários jornais do mesmo número para eu ler e distribuir, o que passei a fazer. De seguida tive acesso a alguns outros documentos, pequenas brochuras. Ao fim de um tempo estava perfeitamente integrado naquelas pequenas tarefas, gostava delas, ia ganhando consciência do que fazia e perguntei se me consideravam militante do Partido. Foi com surpresa que soube que ainda não, que era considerado simpatizante.

Ao fim de pouco tempo passei a receber, para além do Avante, o Militante, um jornal que era escrito essencialmente para o interior do Partido, abordando questões teóricas e organizativas. Nessa altura passei a ser considerado militante. Estava feita a integração. Então já tinha reunião de trabalho político e, passado algum tempo, integrei uma, várias, células.

7. Entretanto já tinha uma intensa actividade associativa e estaríamos próximos da ocasião em que formei uma lista para a Associação de Estudantes do ISCEF – a seguir à Direcção que tinha como Presidente o Jorge Moita, tendo sido eleito contra uma outra lista, que hoje designaria como social-democrata, comandada por Serras Gago. Uma actividade que ir-se-ia amplificar para níveis nunca esperados por mim a partir das reivindicações estudantis de Lisboa e quando da crise académica de Coimbra. Em termos associativos passei, acumulando, por

Presidente da Direcção da Associação de Estudantes do ISCEF, membro da RIA (Reunião Inter-Associações), Secretariado da RIA, Comissão Nacional de Estudantes Portugueses.

Dentro do Partido Comunista passei de militante na célula da Faculdade a “controleiro” da célula, controleiro de várias escolas da academia de Lisboa, fundador da Organização Estudantil do PCP, fundador da União de Estudantes Comunistas, membro do seu primeiro Comité Central. Quando tive de sair de Portugal para não ser preso ainda estava ligado à organização comunista dos estudantes, tendo então passado por um episódio que merece uma análise à parte: a decisão de passar ou não à clandestinidade.

8. A actividade político entrecruzou-se com a vida pessoal e os amores. Pela via do movimento associativo tinha entrado em contacto com a academia do Porto e conhecido Edgar. Este tinha procurado contribuir para a ligação entre as três academias promovendo reuniões restritas, de cariz mais político que estritamente associativo, tendo eu participado em duas.

A organização do Porto do Partido lançou uma divulgação de Lenine. Emitiu uma fotografias que pretendeu expandir até Lisboa. A Fernanda era a portadora encarregada de me convencer a distribuí-los em Lisboa. E assim nos conhecemos.

Depois participámos na CDE, movimento democrático contra o regime, trabalhamos em conjunto em várias iniciativas tanto da CDE como do partido. Um trabalho político que trazia consigo a cumplicidade de sentimentos que iam crescendo, de acordos e desacordos, de uma decisão que marcou profundamente as nossas vidas.

9. Quando estava em França assisti a um seminário organizado pelo Partido Comunista Francês. Então conversei com um jovem, como eu, e falei-lhe da luta clandestina em Portugal mas ele não conseguia perceber o que isso era e como é que isso

se processava. Só um velho militante que estava com ele, que tinha lutado na resistência contra o nazismo, percebeu o que tal significava e qual era a sua importância. Retirando daqui ensinamentos para o que estou a relatar, e para não correr o risco de não perceber o que escrevi sobre o assunto, antes de avançar vou tentar responder a duas perguntas que estão intimamente ligadas: (1) Como é que se poderia fazer luta política com falta de liberdade no país, como se podia combater na clandestinidade? (2) Qual a vantagem que tinha para cada um de nós estar no Partido Comunista?

Claro que estas duas perguntas pressupõem a resposta a uma outra que está automaticamente respondida: não seria melhor estar quieto, tratar da sua vidinha e não actuar politicamente? E esta está automaticamente respondida porque lutar pela liberdade era uma forte vontade íntima que resultava de nos sentirmos portugueses e intimamente ligados a todos os nossos compatriotas, mesmo que alheios a tais batalhas. Era um imperativo patriótico, ético, de respeito pelas nossas famílias, mesmo que incompreendido, pelo vizinho do lado. Era um sentimento tão forte que éramos capazes de dar a nossa vida pelos outros.

Responder a esta questão exige esclarecer que quando falamos em vantagens estamos a falar no âmbito da acção que cada um de nós tinha no plano legal, no meu caso a direcção de uma Associação de Estudantes e a condução da luta dos estudantes de Lisboa e do país em defesa dos seus direitos (liberdade de associação, abertura da Universidade a todos os interessados em prosseguir estudos, a possibilidade de estudarmos todos os autores relevantes numa determinada matéria, o respeito pelos estudantes, etc.). Do ponto de vista pessoal dava-nos o orgulho de estarmos a contribuir para o derrube do fascismo, quase sempre sem a perspectiva de que ainda pudéssemos assistir a essa mudança, fazendo-o pelos nossos filhos. Dava-nos a alegria de termos acesso a informação e ideias que

a maioria dos portugueses não conheciam. Dava-nos o contentamento de sabermos que a nossa acção política localizada inseria-se no plano mais vasto. Em alguns casos como o meu, dava a possibilidade de conciliar a luta política com o amor. Poderia mesmo em alguns momentos dar o sentimento aventureiro de um James Bond, Super-homem ou qualquer figura destas. Contudo, ao mesmo tempo e de uma forma bem viva, dava-nos a certeza que poderíamos ser espancados, presos, torturados, mortos; a dúvida sistemática se no dia seguinte não teríamos a PIDE a assaltar a nossa casa; o gasto de tempo com as questões de segurança, em detrimento de tudo o mais.

Segurança que exigia encontrar casas “limpas” para nos reunirmos, fazer vários “cortes” para um encontro de rua, saber onde guardar a documentação que era para distribuir, estudarmos cada passo que dávamos e conhecer se todos aqueles que nos conheciam ainda estavam em liberdade, estar preparados para de urgência fazer desaparecer a documentação, guardar memórias exactas em vez de apontamentos em papeis, etc. E, muitas vezes, mais grave que as consequências para nós eram para os familiares: como é que o meu pai reagiria a uma situação desta, que consequências teria sobre a minha mãe bastante doente do coração, que impactos traria, no futuro, sobre os nossos filhos marcados por essa instabilidade. Quando fugi para França a Fernanda foi viver com os pais e a nossa filha e desmantelou-se a casa em que vivíamos. Foi um acontecimento que não senti porque o meu problema foi viver escondido durante meses, foi saber da evolução da situação, foi ir para França sem ter a mínima ideia do que iria encontrar e como iria viver. Mas a Fernanda viveu diariamente tudo isso e há muito pouco tempo dizia-me que tinha sido um acto muito doloroso: tínhamos casado há pouco tempo e tínhamos uma filha, sonhava ter uma vida estável, gozar os prazeres de uma família e teve que abdicar de tudo e destruir a casa que tinha montado com todos esses sonhos. Em síntese,

quando falamos em vantagens de pertencer ao PCP dizemo-lo em termos políticos, não em termos pessoais, como facilmente se perceberá. Pertencer ao Partido não oferecia cargos nem honrarias. Só oferecia uma vida atribulada, embora muito feliz pela dignidade e o orgulho que nos trazia.

Reconstruamos a pergunta. Como era possível fazer trabalho político numa sociedade onde não se sabia o que era uma coisa tão simples, tão imediata hoje, como a liberdade? Apenas algumas achegas a uma breve resposta. Em primeiro lugar preparando-nos, sabendo mais e mais sobre o marxismo (e muitas vezes sobre as outras correntes do pensamento para sabermos como combatê-las), conhecendo a história da luta de outros povos (no meu caso dediquei então, por diversas razões, grande importância à luta na América Latina), incluindo a experiência da construção do socialismo, compilando o máximo de conhecimentos sobre a realidade portuguesa. Em segundo lugar difundindo essa formação em círculos cada vez mais amplos, das formas que se considerasse mais adequadas. Falando com todos os conhecidos e amigos e debatendo ideias, sobretudo rasgando horizontes alternativos ao pensamento único de então. Aproveitando as nossas funções em organizações de massas (no meu caso a Associação de Estudante) para influenciar a luta, debater ideias em reuniões de estudantes, restritas ou grandes, escrever e divulgar comunicados, aproveitar as oportunidades para saltar para uma cadeira e fazer um discurso mobilizando para uma dada situação concreta. Desencadear uma acção de combate contra algo socialmente válido é sempre uma forma de ajudar muitos mais a perceberem os contextos em que se inserem, a mudarem de ideias. Essa difusão passava por fazer cartazes, comunicados para se distribuir de forma velada, mas assinados pela organização. Era promover festas, colóquios, comícios e reuniões várias que permitiam, geralmente de forma indirecta, alertar para a situação política, embora esta nunca fosse expressamente

abordada. As projecções para grupos restritos de filmes como o Couraçado de Potenkin, com distribuição de documentos sobre os acontecimentos aí relatados e com discussão sobre o significado do filme é um exemplo entre muitos.

A grande vantagem em estarmos no Partido era sabermos que a nossa acção fazia parte de uma dinâmica mais ampla. Por um lado informávamos o Partido do que íamos fazendo, por outro recebíamos informações, que de outra maneira não obteríamos, de acções desencadeadas nos sectores mais diversos da sociedade portuguesa. Por vezes os operários de uma fábrica, os estudantes de uma academia, os camponeses do nordeste tinham acções diferentes mas articuladas (na data, nos objectivos, na solidariedade, etc.), fazendo parte de uma mesma estratégia. Além disso a nossa luta era difundida pela Rádio Voz da Liberdade, emitida a partir da Argélia, ou pela Rádio Moscovo, e isso dava-nos força e dava ânimo a muitos portugueses unidos ao mesmo ideal de liberdade.

Aprendi muito, muitíssimo. Sobre filosofia, política, economia. Sobre a sociedade portuguesa e o mundo. Sobre as subtilidades da luta política e o respeito pela ética. Sobretudo aprendi a organizar, a tomar a iniciativa, a tomar decisões. Aprendi na própria acção política a utilizar de uma forma sistemática a lógica dialéctica.

10. O trabalho partidário era decidido em reuniões clandestinas – muitas vezes aproveitando a experiência e as informações da situação nacional e da actividade legal (ex. trabalho na Associação de Estudantes ou no MDP-CDE) – e desenvolvido ou de forma ilegal (exemplo, colagem nocturna de cartazes, obviamente às escondidas da polícia) ou legal (como referimos) ou o que podemos considerar semi-legal (por exemplo as associações de estudantes tinham existência legal mas a sua actividade estava fortemente condicionada, podendo-se considerar que uma grande parte das actividades não

estavam formalmente autorizadas, assim como a Reunião Inter-Associações ou outras estruturas).

Nessas reuniões clandestinas participavam normalmente três a quatro elementos. Quando eram realizadas entre elementos que viviam legalmente, isto é, com a sua identidade verdadeira, era fácil reunir. Fácil porque não se corriam grandes perigos, desde que se tivesse cuidado com os documentos e apontamentos que se usassem, e porque, muitas vezes, acabava por haver um conhecimento pessoal e podiam surgir perante os outros como amigos. Quando envolvia membros clandestinos, funcionários do Partido, ou outros militantes legais que não conhecíamos pessoalmente, tínhamos que ser muito mais rigorosos: locais de reunião totalmente seguros, realização de diversos transportes e mudanças várias para despistar eventuais perseguidores, chamados "cortes", encontros com eventuais desconhecidos por senha e contra-senha, montagem de sistemas de destruição de documentos ou de fuga se a reunião fosse detectada pela PIDE. Nas reuniões usavam-se pseudónimos em vez dos nomes para que cada um não conhecesse a identidade pessoal dos outros.

Seria impossível descrever minimamente o muito trabalho desenvolvido nessas reuniões: troca de informações, análise da situação política do país, verificação das questões de segurança e decisão sobre as medidas a tomar se alguém fosse preso pela PIDE, leitura de documentação, entrega de materiais a distribuir clandestinamente, tomada de decisão sobre iniciativas a ter e posições a defender, redacção de comunicados e informações. Enfim, realizava-se um regular trabalho político apesar das dificuldades e da sistemática repressão.

Não sei quantas reuniões fiz mas foram, de certeza, umas centenas, a que acrescentaram-se muitas outras centenas de encontros de rua, ora para estabelecer uma ligação a outro sector do partido, ora para se combinar rapidamente uma qualquer iniciativa, ora ainda para entregar eventuais materiais.

De toda esta actividade limitar-me-ei a referir alguns episódios que ainda hoje me recordo, ora porque me marcaram ora porque, hoje visto à distância, surgem como muito caricatos.
(...)

12. Em certa ocasião, quando participávamos no MDP/CDE, pertencia a uma célula. Escrevemos um comunicado que deveria ser distribuído clandestinamente. Entre a escrita e a distribuição havia a delicada tarefa de imprimir. Tal exigia escrever à máquina sobre um stencil e depois utilizar uma máquina que permitia a impressão. Era um processo lento requerendo muitas horas e, sobretudo, que implicava difíceis problemas de segurança: usar uma máquina de escrever cuja batida não pudesse ser identificada pela PIDE (ainda hoje conservo uma), arranjar uma casa para proceder à impressão sem que os vizinhos pudessem dar por isso, transportar a máquina e o papel para lá, imprimir e depois sair com os comunicados impressos para fazer a sua distribuição por outros camaradas encarregues de promover a sua leitura por sectores da população escolhidos. E que não nos esquecêssemos de levar comida e bebida para não termos que sair durante esse período.

Havia um amigo arquitecto que negociava em casas, que habitualmente nos cedia uma casa vazia e isolada para o fazermos. A mais habitual ficava entre o Monte Estoril e Cascais, com um grande jardim, e foi essa que voltámos a utilizar.

Essa casa estava à venda e tinha um jardineiro que mostrava a casa a quem se mostrasse interessado. Habitualmente o nosso amigo arquitecto (de quem nunca soube o nome) arranjava um trabalho qualquer para o jardineiro fora dali quando nós lá estávamos. Mas desta vez não era preciso porque ele tinha sido internado e estava no hospital.

Instalámos tudo, passamos uma noite em impressões. Na manhã seguinte na sala vazia havia a impressora e comunicados clandestinos em diferentes montes pelo chão. Continuávamos

a trabalhar quando a porta do compartimento se abriu e entrou um cidadão. Claro que a primeira ideia era de que tínhamos sido apanhados e era um elemento da polícia política. Mas a hesitação revelada pelo intruso deu para perceber de imediato que não era essa a situação. Então convidámo-lo a entrar a estar à vontade, a não se incomodar. Depois de sair soube-mos que o jardineiro tinha saído do hospital e era um potencial comprador da casa.

Contudo o risco de sermos apanhados era grande: bastava que o visitante ou o jardineiro contasse o acontecimento, mesmo como piada a um amigo e que este ou algum ouvido intruso escutasse a conversa. Arrumamos os comunicados e a máquina num armário, saímos. A Fernanda e eu é que estávamos naquele trabalho. Contactámos o terceiro elemento e estudámos o processo de retirada. Nessa noite nós os três voltaríamos à casa para limpar completamente tudo o que lá estava. Nós trataríamos da máquina e ele encarregar-se-ia de se desfazer dos comunicados. Assim se fez e nessa noite a Boca do Inferno teve muito para ler!

13. A luta estudantil estava muito pujante. Decorria o início de 1969. Era uma das acções mais intensas e de maior visibilidade. Enquanto uma luta operária gerasse um seu conhecimento na região, a estudantil repercutia-se em todo o país porque por aí se situavam as famílias dos estudantes (na altura a universidade estava concentrada em Coimbra, Lisboa e Porto). Mais, a luta estudantil acompanhava a grande vaga de greves operárias essencialmente no cinturão industrial de Lisboa. Na altura os ecos de Maio de 68 em França e a vaga de lutas desencadeadas mundialmente dificilmente chegavam significativamente aos nossos ouvidos e não funcionavam como referência, mas o ambiente internacional era efervescente.

O Partido resolveu autonomizar a "Organizações Estudantis do PCP" concedendo-lhes maior autonomia organizativa e

passando a ser essa a assinatura dos comunicados do Partido para este sector. Estava na forja o que depois daria lugar à União de Estudantes Comunistas. Essa nova sigla fez com que nos meios estudantis se criassem algumas expectativas sobre essa "Organização Estudantil". Os estudantes deixariam de ser objecto de um tratamento geral (plasmado nos artigos do Avante), para ser específico. Claro que eu estava metido no assunto.

A luta associativa continuava a desenvolver-se com intensidade. As relações pessoais estabeleciam-se e uma das minhas amizades era com A. R., então estudante de Letras de Lisboa, dinâmico, com um discurso lúcido e que se percebia não ser do Partido. As discussões com ele eram longas, ora sobre tática e estratégia do movimento estudantil ora sobre os textos marxistas, especialmente os de teor filosófico. Materialismo e Empirocriticismo de Lenine foi um dos centros de debate, sobretudo a leitura da relação entre o mundo exterior ao homem e o pensamento. Esta proximidade com A. R. não era apenas associativa, mas também de amizade pois então para haver estas discussões tinha de haver uma confiança grande: a certeza que estávamos no mesmo barco contra o fascismo, que não abriríamos qualquer flanco à polícia política do regime.

Já agora, para localização contemporânea, diga-se que depois do 25 de Abril A. R. tornou-se militante do PS.

Bom, voltemos ao que interessa. Sem conseguir fazer a história pormenorizada, admitindo que fosse com resultado das nossas discussões sobre o movimento estudantil, resolvemos fazer um comunicado político para distribuição aos estudantes das Universidades de Lisboa. E assim fizemos. Reunimo-nos e escrevemos. Como não podíamos pôr os nossos nomes e porque não éramos representantes de nenhuma organização, pois a decisão do comunicado tinha sido inteiramente nossa, inventámos uma designação para uma estrutura inexistente que assinava o comunicado. Encontrámo-nos uma noite e fizemos

a sua impressão. E distribuímos. Como, não me recordo, mas foi espalhado pelas diversas faculdades. Fizemos isso e não dissemos nada a ninguém.

O que é interessante é que aquele comunicado teve bastante impacto. Os estudantes reagiram favoravelmente. A Organização Estudantil do PCP interrogava-se qual a origem da organização que assinava o comunicado. Mais, dentro das próprias Organizações Estudantis gerou-se discussão porque alguns camaradas consideravam que aquele comunicado tinha um conteúdo mais correcto que os "oficiais".

A incógnita nunca foi esclarecida porque nunca o disse. Até hoje.

(...)

15. A actividade partidária desdobrava-se em diferentes frentes de luta política, numa gradação desde o abertamente legal (embora nunca o fosse completamente porque havia sempre um pido ao virar da esquina ou entre os amigos e a polícia de choque para espancar) ao ilegal, como já se referiu várias vezes. No meio caminho ficava uma série de actividades semi-legais, como acontecia com o movimento democrático CDE. Era consentido pelo governo, mas não podia dar um passo fora da fantochada eleitoral que o Governo pretendia representar. Na CDE estava sobretudo associado à dinamização dos movimentos democráticos da juventude, o que também se articulava com os contactos partidários que tinha com a organização partidária dos liceus e escolas técnicas de Lisboa.

O núcleo dinamizador do movimento da juventude democrática reunia com alguma frequência em casa do poeta Ary dos Santos. Uma casa magnífica um pouco abaixo do Largo do Camões, no último andar do prédio, com uma magnífica vista sobre o rio e a cidade.

(...) Geralmente ia de carro (o meu Volkswagen azul que certamente muitas fotografias tinha na pido) e deixava-o nas

proximidades distantes. Uma noite, ao regressar da reunião, verifiquei que ele tinha sido assaltado e levaram todos os comunicados democráticos (produto das tais actividades semi-legais) que lá tinha empilhado para posterior distribuição. Fui à polícia declarar a ocorrência. Passadas umas semana recebi uma convocatória para ir à Polícia Judiciária. Aí perguntaram-me, como é habitual, “desconfia de alguém?” a que prontamente respondi: “sim, desconfio da PIDE/DGS”. Anotaram ou fingiram que anotaram e remeteram para posteriormente informarem das diligências. Passado umas semanas comunicaram-me que não tinham encontrado provas e que o processo seria arquivado.

16. (...). Depois do 25 de Abril, passado o calor da revolução, qualquer pessoa podia pedir que o informassem do que constava a seu respeito nos arquivos da pide. Muitos fizeram essa solicitação. Durante muitos e muitos anos resisti a tal, sobretudo pelo receio de encontrar como informador alguma pessoa íntima (até porque havia alguns familiares sobre quem eu tinha suspeitas!). Um dia estava em Lisboa, já neste século, por causa de um júri académico e um dos colegas disse que tinha solicitado as referidas informações e contou-me algumas histórias pitorescas a esse propósito. Como a reunião acabou cedo e faltavam algumas horas para o comboio, fui até à Torre do Tombo fazer essa solicitação. Passado cerca de um mês o apuramento estava feito e fui lá.

A primeira constatação, que debati com os funcionários do arquivo, é que muito pouca coisa lá estava (ex. numa dada altura de vaga de prisões tinha sido denunciado por cerca de 8 militantes do partido que eu controlava, mas apenas lá estavam duas denúncias, quase nada constava da minha participação na UEC) e alguma que lá estava não constituía qualquer surpresa para mim.

Duas me surpreenderam. A primeira foi saber que em 1971 não fui contratado como assistente no ISCEF na disciplina de

Contabilidade Nacional (de que era regente um dos amigos dos meus primos, o Borrvalho) não pelas razões que então me invocaram (falta de cabimento orçamental) mas porque uma informação da PIDE dizia que eu não podia ser contratado. A segunda existirem relatórios em papel cebola amarelo de reuniões muito restritas do movimento associativo no ISCEF. Aí se relatavam tomadas de decisão sobre acções a ter nos movimentos estudantis da escola e de Lisboa. Essas reuniões não eram clandestinas, mas também não eram reuniões legais do movimento associativo. Só pessoas de muita confiança participavam nelas. Alguma dessas pessoas foi informador da pide. Os relatórios estavam assinados à máquina com pseudónimo. A minha memória também não me permitiu reconstituir integralmente tais reuniões. Pelo menos um meu amigo de luta era um traidor.

(...)

18. (...). A casa do meu pai era uma protecção em algumas situações críticas. Sabíamos que a PIDE costumava fazer o cerco a todos os familiares e, se me quisesse comprometer não se coibiriam em vasculhar a casa à procura de Avantes e Militantes, de outros documentos, de eventual material (máquinas de escrever, impressoras, rádios) que me pudessem comprometer politicamente. Apesar disso as telhas do telhado, a que se chegava por uns forros de casa com tralha e lixo a que se tinha acesso pelo sótão, tiveram oportunidade de ler alguma literatura interessante. Além disso, como era natural, também o visitava e ficava por lá numa normal relação de pai e filho.

Num período em que residi na casa dos meus pais, à noite parava à porta da casa um Mercedes que chamava a atenção da sua presença abrindo e fechando portas frequentemente. É preciso dizer que era uma rua em que passava uma dúzia de carros durante o dia e nenhum à noite. O meu pai começou,

obviamente, a ficar muito preocupado. Suspeitava que era qualquer coisa relacionado com a política embora a sua lucidez nessas matérias fosse reduzida. Pela minha parte estava des-preocupado. Quando um pidge se mostra e faz essas atitudes intimidatórias, não tencionava fazer mais nada. A intimidação era a negação da eminência de prisão e tortura. Era a garantia de que suspeitavam disto ou daquilo mas que não tinham provas. À intimidação era necessário responder ou ignorando ou intimidando. Esta última hipótese parecia-me mais interessante. Por isso, quando ele parava em frente da porta, descia à rua. Então ele abandonava o local e eu entrava no meu carro e perseguia-o. Corríamos as ruas do Monte Estoril como se ele fosse um criminoso. Com um carro bastante mais potente acabava por perdê-lo mas já sabia que o resto dessa noite era tranquila.

O processo arrastou-se durante alguns dias. Convenci o meu pai que era de desconfiar do carro, que poderia andar a tramar alguma coisa. Que era melhor fazer queixa à Polícia de Segurança Pública de que um carro estranho parava por ali à noite e que parecia estar a tramar alguma. Convenci-o mesmo.

Não me lembra de ver lá algum polícia fardado, mas o não fardado acabou por desaparecer.

19. Depois de ter regressado da reunião de constituição da União de Estudantes Comunistas, em Budapeste, a PIDE já sabia como provar que eu era comunista e suspeitariam que fosse um alto quadro da UEC. Vários militantes presos em diferentes escolas da Universidade de Lisboa me tinham identificado como controleiro. Nessa altura já tinha quase a certeza que tal tinha acontecido. Podia ser preso a qualquer momento.

Então assistimos ao jogo do gato e do rato. Pelo meu lado estava preparado para tudo. A Fernanda e eu estávamos sempre preparados para destruir documentos, para termos a porta da rua arrombada de madrugada, mudávamos frequentemente

de casa (embora não pudéssemos deixar de trabalhar e tivéssemos que manter a nossa própria casa), quando tínhamos actividade política fazíamos muitos cortes para despistar eventuais pessoas que nos seguissem. Enfim uma vida complicada, em que a Catarina foi a principal sofredora pela instabilidade que lhe dávamos em tão tenra idade. Pelo lado da PIDE provavelmente estavam a utilizar-me como isco. Sabiam que eu tinha uma casa e um emprego legal e teriam quase a certeza que contactava frequentemente com funcionários do Partido na clandestinidade. Por isso antes de me prenderem queriam desmantelar a organização da UEC, pelo menos em Lisboa.

Para quebrar estes jogos do gato e do rato apenas algumas ameaças deixadas no limpa-brisas do carro. Nos dias seguintes ao assassinato do Ribeiro Sanches do MRPP em Económicas tive uma agradável mensagem matinal: “o próximo serás tu”.

20. Como já referi, em determinada altura foi criada a “Organização Estudantil do PCP”. Era a demonstração de que o Partido atribuía muita atenção às movimentações estudantis, repensando a sua estratégia de actuação, reforçando a organização nesse sector. A experiência mostrou que tinham razão, não só pelas movimentações havidas, pelo impacto que a luta estudantil tinha na informação da população, mais que não fosse por meio das famílias, porque os estudantes e licenciados iam para a guerra colonial como oficiais, porque alguns dos capitães de Abril sofreram forte influencia do movimento estudantil.

Foi um trabalho interessante e entusiasmante. Quando a organização estava mais consolidada houve um grande debate interno sobre a transformação, ou não, da referida Organização Estudantil em União dos Estudantes Comunistas (UEC), uma estrutura autónoma. Tal tinha vantagens: essa autonomia correspondia à força que a organização estudantil e as movimentações de massas tinham; permitia pensar mais

sobre as especificidades estudantis, viabilizaria outro tipo de acções e relações internacionais. Não corria o perigo de um “desvio político” porque a estrutura central era toda de militantes comunistas. Foi muito discutido dentro da organização se se devia avançar ou não. A maioria dos camaradas pronunciaram-se favoravelmente, mas alguns de nós, entre os quais me incluía, tinha alguma pena de perder o simbolismo do PCP: sonhávamos com um jornal usando as mesmas técnicas de impressão do Avante, tínhamos um orgulho de sermos do PCP (onde continuávamos) que precisávamos de transpor para a UEC.

Em 1970/71 decidiu-se avançar. Era necessário definir a estratégia e a tática para a nova organização, analisar pormenorizadamente as questões logísticas, organizativas e de segurança. Era preciso realizar uma reunião dos que constituiriam a direcção da nova organização com o Secretário Geral do Partido e um elemento da Comissão Executiva (Direcção do PCP no interior de Portugal). Essa reunião foi marcada e preparada em pormenor, quer em relação ao seu conteúdo quer quanto aos cuidados de segurança a ter até se chegar ao destino.

Por Lisboa tanto podia ir o António Abreu como eu. Por razões que eu desconheço, fui eu.

A reunião foi em Budapeste. A primeira parte da deslocação exigia chegar a Paris onde entraria em contacto com um elemento do Partido. Assim aconteceu. Fomos a Fernanda e eu. Assim, em família, dava uma maior aparência de viagem de turismo. Ficámos na Casa da Suíça na Cidade Universitária de Paris. Entretanto uma situação pessoal grave aconteceu. A Fernanda que estava há pouco tempo grávida pela primeira vez começou a ter uma hemorragia. Depois de um período em que se esperava que passasse foi internada. Abortou. Foi um problema juridicamente complicado porque o aborto era proibido em França e, embora aquele tivesse resultado da viagem

de avião, eles precisavam de provas. Em França a mulher tinha de adoptar o nome do marido. Como cá não era obrigatório foi difícil convencer que éramos casados. Recuperou ao fim de alguns dias, mas ainda estava muito fraca. Eu não podia ficar com ela e ela não podia ir comigo. Conhecidos e amigos há muitos anos de Carlos Fino e a sua companheira, a Fernanda foi para Bruxelas, para a casa deles, enquanto eu ia para a Hungria.

Primeiro viajei de comboio Paris Zurich, passamos o dia por esta cidade, antes de tomarmos (aí já estávamos juntos os três quadros legais que íamos do interior) o avião para Budapeste. Enquanto andávamos a passear pela cidade, sentámo-nos num café conversando, obviamente sobre a situação política. Ali não havia pides e podíamos conversar com algum à vontade. Estávamos nessa liberdade de conversa quando alguém me tocou nas costas e me perguntou: "são portugueses? Eu também. Trabalho na Embaixada de Portugal". Se tivéssemos um buraco bem fundo tínhamos aproveitado para nos enterarmos, mas limitámo-nos a cumprimentar, agradecer a referência e continuarmos a passear. Felizmente nada aconteceu desta quebra de segurança.

Chegados a Budapeste fomos recebidos no aeroporto e transportados para uma residência. Aí encontrámos uma camarada que estava em Paris. Depois chegou Albano Nunes, funcionário do Partido responsável por uma parte da Organização Estudantil, que eu já tinha encontrado anteriormente. Finalmente chegou Carlos Brito, cujo verdadeiro nome só vim a saber depois do 25 de Abril, e Álvaro Cunhal. Foram três dias de intenso trabalho, estudando-se todos os aspectos em pormenor, redigindo-se o documento oficial de lançamento da UEC. Álvaro Cunhal era de uma perspicácia e de uma visão global espantosa. Ia acompanhando a troca de ideias e a tomada de apontamentos com a realização de belos desenhos. Apesar do simbolismo que ele representava, foi de

Carlos Brito que retive algumas das frases então proferidas. Ainda hoje recordo a troca de ideias em torno de Estaline e a argúcia e firmeza com que demonstrou que a nossa principal batalha era a da liberdade. Na altura dizíamos que os estudantes estavam mais preocupados com a guerra colonial do que com a falta de liberdades, o que exigiu que ele fizesse uma defesa notável da necessidade social, política e cultural em erguer a liberdade como centro da nossa luta. Uma liberdade que nós próprios não conhecíamos o que era, porque sempre tínhamos vivido em ditadura.

Foi uma reunião inesquecível como o foram os passeios pela cidade, a ida a um espectáculo de variedades.

Naquela reunião estava quase todo o Comité Central da UEC, Albano Nunes que era o quadro mais responsável dentro da UEC, Carlos Brito da Comissão Executiva do Partido que passou a ser o elemento de topo do PCP responsável por controlar a UEC. No Comité Central havia ainda um segundo funcionário do Partido que articulava funções com Albano Nunes, mas que por razões de segurança e continuidade do trabalho tinha ficado em Portugal. (...).

Estava lançada a UEC.

Acabada a reunião e estadia em Budapeste fomos para Praga, onde as marcas de 1968 ainda estavam bem vivas, revelando histórias individuais dolorosas de todas as posições políticas. Claro que a nossa leitura foi parcial porque os companheiros de passeio e os interpretes eram todos do Partido. Gostei do relógio na torre central da cidade, gostei especialmente dos restaurantes (comi um magnífico bife tártaro num castelo) e da cerveja. Um local sagrado era a cervejaria do Soldado Svejik (história que eu já tinha lido). O motorista chamava-me "bandasca" e desafiava-me galhofeiramente para disputas de quem bebia mais cerveja (só atingi a modesta soma de 9 litros).

(...)

Depois de Praga fomos novamente para Zurique de avião e para Paris de comboio. Aí tive o encontro acordado com o camarada. Para mim ainda era necessário ir ter a Bruxelas com a Fernanda e reencontrar o amigo Carlos Fino. Todos regressámos a Portugal e por aqui, clandestinamente nos voltámos a encontrar.

21 Houve, no entanto, ainda um episódio desagradável antes de regressar a Portugal. Quando saí daqui tinha instruções expressas de só regressar a Portugal se houvesse a certeza de que não tinha sido denunciado. De facto entrar para ser de imediato preso não interessava nem ao Partido, nem à UEC nem a mim. E o problema punha-se porque tinham sido presos vários camaradas que me conheciam, como já referi anteriormente. Por isso, antes de regressar ao país tive um encontro com um camarada (de que me recordo perfeitamente do nome, mas prefiro não o referir), que devia servir de suporte ao regresso, a quem informei dessa posição e da situação. Olhou para mim e disse “mesmo que tivesses sido denunciado o que queres que eu faça?” A resposta era evidente e ele sabia muito bem. Por isso limitei-me a dizer “nada”. Levantei-me. E fui apanhar a Fernanda para regressarmos a Portugal.

A partir daí não faltaram as perseguições e as ameaças, a que já referi anteriormente. Na sequência dessa situação houve um longo debate sobre a passagem, ou não, à clandestinidade, a retirada de circulação alguns meses e a ida para França.

22. Durante um período de aprendizagem da vida estabeleci mentalmente uma relação unívoca entre se ser do partido e ser-se boa pessoa. Não quer dizer que não pudesse considerar boas pessoas amigos ou conhecidos que não eram do Partido (grande parte das boas pessoas que conhecia não eram do Partido), mas considerava que dentro do Partido, porque abraçavam tão nobres ideais, seriam sempre pessoas respeitadoras do próximo e amáveis.

Algumas formas de actuação do Domingos Abrantes, que nunca encontrei pessoalmente mas que me mandava recados por alguns camaradas, mostrou-me que não era assim. Comecei a aprender a separar as águas: partido, pessoas. Foi-me útil em algumas circunstâncias.

23. Um pequeno apontamento. Com tantas ameaças e possibilidades de prisão a poderem atingir a Fernanda e eu era natural que estivéssemos preparados para passar a nossa representação, caso isso acontecesse, a um advogado democrata de confiança que nos conhecesse bem. Durante muitos anos tivemos uma procuração ao Jorge Sampaio guardada por um amigo, para a situação de qualquer eventualidade. Felizmente não foi preciso.

24. Nos últimos tempos de actividade partidária em Portugal, e por isso admito que estivéssemos em 1972, o Partido fez um postal para nós espalharmos. Não me lembro do postal, que continha uma imagem e uma frase, mas ainda recordo a discordância que a frase gerou entre vários camaradas da UEC, incluindo eu. A frase dizia que a libertação do fascismo estava para breve. Nós considerávamos que nada permitia apontar para tão rápida libertação, que era uma frase propagandista sem um conteúdo político certo. O postal avançou, apesar das nossas críticas. Passados dois anos tínhamos a libertação. Nós é que sabíamos pouco!

25. Nesta sequência desgarrada, um pouco aleatória e mais ao sabor das lembranças que da sequência cronológica, referir-vos-ei agora a um dos acontecimentos mais dramáticos que a Fernanda e eu passámos. Dramáticos pela tensão psicológica que gerou, não porque contivesse qualquer perigo imediato.

Depois de regressar da reunião do Comité Central constitutivo da UEC a vida era de um desassossego total. Em qualquer

momento poderia ser preso e, embora eu fosse o alvo a abater, a Fernanda não deixaria de ser apanhada. Só havia três possibilidades: continuar como estava até um dia ser preso, passar à clandestinidade, ir para o estrangeiro. A primeira era insustentável tanto para mim, pessoalmente, como para a UEC/Partido por razões de segurança: a minha prisão poderia pôr em causa um enorme sector da UEC. Por isso o Partido propôs-nos a passagem à clandestinidade, mantendo-nos no país. Isto significava ser funcionário do partido, cortar com todos os conhecidos e amigos, incluindo família, adoptar uma identidade falsa, e conseguir escapar ao cerco que a PIDE tenderia a fazer se encontrasse alguma pista.

Se vivesse sozinho naquela ocasião, não tinha hesitado. Tinha dado esse passo. Mas não queria fazê-lo sem preservar o agregado familiar. Isso significava a passagem da Fernanda e eu. Aí surgia o problema: ela não queria porque considerava não ser capaz de romper com as relações familiares e eu queria. A discussão deste problema criou muitas tensões entre nós, numa fase inicial da vida do casal.

E porque eu não me decidia, sozinho ou como casal, era considerado inadequadamente por alguns quadros do Partido. Embora não me dissessem, quase me sentia na situação do "traidor" que não dedicava, por razões pessoais, a sua vida à causa da luta. E a tensão era muito forte. Tivemos várias reuniões, normalmente os dois em conjunto, com vários camaradas, sempre com o intuito firme de nos convencerem a dar aquele passo. E a cada recusa a tensão aumentava. Quer a Fernanda quer eu – e na altura ainda não havia filhos – estávamos sobre um pesado fogo psicológico, da responsabilidade dos outros mas também nossa. Assim se foi arrastando a situação até que tivemos uma reunião com um camarada da Comissão Executiva. Foi o primeiro camarada que soube sair do estrito campo político, para compreender os argumentos pessoais e olhar para a Fernanda e eu como pessoas, que

tenham ideais políticos, mas também sentimentos e uma vida pessoal.

Nessa reunião ficou decidido que não passaríamos à clandestinidade.

Fiquei com a imagem de que tinha tido uma reunião com um grande homem, de grande cultura e sensibilidade. Claro que não sabia quem era. Depois voltei a encontrá-lo na reunião de constituição da UEC e continuava a não saber quem era. Depois do 25 de Abril identifiquei-o: Carlos Brito, o primeiro responsável pela bancada comunista no parlamento. Bastante mais tarde dos Renovadores. Um escritor. Um homem espectacular.

26. A situação estava a ficar cada vez mais insustentável. Foi preciso fazer uma retirada para lugar incerto. Nessa ocasião já tinha sido tomada a decisão de que não passaríamos à clandestinidade, mas mesmo assim era necessário durante algum tempo fazer uma retirada, ao fim do qual dever-se-ia tomar uma decisão de ir para o estrangeiro ou regressar à visibilidade, eventualmente alterando o meu tipo de acção (que por esta altura era quase totalmente clandestina).

Não me consigo recordar das razões, mas essa passagem pela “invisibilidade” não foi tratada pela minha organização da UEC, nem pelos funcionários do Partido com quem lidava, mas a iniciativa foi do Edgar. O meu sogro foi ter comigo a Lisboa, vim com ele de carro fazendo uma paragem durante a noite num hotel, pela zona de Leiria. Chegado ao Porto fui levado para uma casa na Póvoa do Varzim, onde estive um tempo que não sei ao certo, mas admito que deva ter rondado entre um e dois meses. O meu contacto era com Edgar. A casa ficava numa ponta da Póvoa, junto à praça de toiros. Aí vivia uma casal, com uma filha, que teve a amabilidade de me receber. Eu era o Zé. O Zé tinha um pequeno quarto interior para dormir (e onde ficava em silêncio quando eles tinham visitas),

passava frequentemente o dia na sala ora lendo (eles tinham várias obras de Jorge Amado, que pouco tinha lido até então, e uma boa colecção de revistas de cinema), ora escrevendo. Obviamente tinha as três refeições. Por vezes saía pela Póvoa, até porque era uma época em que o sol brilhava.

Ainda hoje tenho de agradecer a amabilidade com que fui recebido e o à vontade em que eu me sentia. Depois do 25 de Abril voltámos a encontrarmo-nos, quer porque queria vê-los e localizar a casa, quer porque a jovem de então entrou na Universidade do Porto (embora por pouco tempo, porque em breve descobriu que preferia ir para cinema).

Foi um período tranquilo mas de grande incerteza: a solução final era partir, ou ficar? De muitas saudades da minha querida família. Com muito tempo disponível mas sem grande coisa para o ocupar. Esperava, e ia confrontando-me com pequenos nada. A este tempo de distância (estávamos em 1972) são pequenos nada que me vêm à cabeça: os hábitos manifestados nas refeições que eram diferentes dos que eu conhecia (pela primeira vez me defrontei com os dióspiros, que na ocasião julgava que eram tomates). Gostei de ler os Subterrâneos da Liberdade.

Como era possível eu desaparecer quando tinha um emprego? Então trabalhava no INII (Instituto Nacional de Investigação Industrial) e certamente que então não pensei nisso e ainda hoje não sei como é que a questão se colocou. 95% do meu tempo era dedicado à política e ela estava acima de tudo. Talvez tudo tivesse sido automaticamente resolvido por convívência política. Já na altura sabia que alguns dos meus colegas de departamento eram do PCP, e que outros eram democratas. Por isso dar-me-iam sempre saída para uma medida de emergência. (...).

Provavelmente só fiz uma coisa de útil enquanto estive "retirado". Aproveitando as brechas do marcelismo, a oposição ao regime intensificou o movimento democrático legal.

Aproveitando as eleições, constituíram movimentos que corriam a elas, mesmo sabendo que eram uma fraude. Davanos a possibilidade de fazer chegar as nossas ideias a um maior número de portugueses, apesar da falta de liberdades, da censura e da repressão. Foi-me pedido que escrevesse o programa do movimento democrático a apresentar no Porto. Que escrevi muito é verdade, o que foi aproveitado nunca soube. Apenas alguns anos depois, em plena liberdade, José Carlos de Almeida (o último funcionário a ser preso antes do 25 de Abril, elemento do Comité Central e irmão da funcionária que o meu tio Inocêncio tinha no escritório da adega – como são espantosas as coincidências!) exclamou no meio de um conversa “Ah foste tu que escreveste o programa do MDP”. Não percebi, e também não perguntei, se era um elogio ou uma crítica.

Os passeios pela Póvoa eram um momento agradável. Aí percebi que há sempre alguém parecido conosco. Ao meu pai acontecia frequentemente os GNR na rua porem-se em sentido e baterem-lhe a pala. A mim alguns jovens da terra vinham-me perguntar sobre o treino de futebol.

Entretanto ia tendo informações sobre os acontecimentos portugueses (o que hoje parece trivial, mas então era muito difícil, pois a Televisão e os jornais nada reflectiam do País e a Internet ainda estava para ser descoberta) e mesmo partidários. Tinha havido uma vaga de prisões e alguns dos presos, apesar da confiança que tinha neles, podiam ceder às torturas e falar. Colocava-se a questão de saber se era de ficar e regressar. Por mim, não tinha dúvidas, era de ficar. Preferia correr o risco de ser preso e continuar a viver e lutar no meu país que a ir para o estrangeiro (até porque, estranhamente, continuava a não ser chamado para a tropa, o que só aconteceu depois do 25 de Abril). O Partido decidiu que era preferível ir para o estrangeiro e ocupar-se da minha saída clandestina para França. Não consigo reconstituir a sequência e as datas do acontecimentos,

mas essa decisão de ir para o estrangeiro estava associado a algo que foi assumido (não sei se antes, então ou depois, em que momento e como): a ir para o estrangeiro a Fernanda e eu iríamos trabalhar para a Rádio Moscovo.

(...)

Estava, então decidido que ia para França, para seguir para Moscovo depois de aí me encontrar com Fernanda. Que início de casamento atribulado, reforçando-se nesse drama, o amor!

É a este período da minha vida que se refere o primeiro parágrafo das *Brumas Parisienses* publicadas em *25 olhares de Abril*;

“Hoje há treino de futebol?” perguntava-me o adolescente ao cruzar-se comigo naquela terra que eu quase desconhecia. Não sei o que lhe respondi, mais preocupado em detectar os movimentos rasteiros de possíveis pides, do que em perceber por que era frequentemente confundido com o treinador. Continuei caminhando, a usufruir do prazer da brisa marítima no rosto, da observação sonora das ondas suaves espraiando-se no areal, ganhando forças para as muitas horas de encerramento na casa cedida por amigos que até então não conhecia.”

Avizinhava-se o exílio.

27. Foram-me buscar à Povoia e parámos antes de entrar em Caminha. Aí fui apresentado ao passador que me haveria de conduzir a França. Julgava que eu era um emigrante que queria ir trabalhar para aquele país, fazendo a viagem clandestinamente. Acontecia isso a milhares de compatriotas que tentavam a sua sorte em terras europeias, sem antes ter carta de chamada, documentos aprovados e tudo o mais (é bom recordar que não era fácil ter passaporte, sobretudo quando se estava em idade militar). Outros aproveitavam para fugir à guerra colonial (quatro anos na tropa com perigo de vida). Levava o passaporte na algibeira, mas só o Partido sabia. O

passador não sabia para que não percebesse que a minha fuga era por razões políticas, e não económicas. Então assumiria que a viagem era mais perigosa e exigiria um pagamento maior.

Fomos de carro até uma região que eu não conhecia. Provavelmente na zona de Melgaço. Seguiu-se uma caminhada a pé, a entrada num pequeno barco de madeira para atravessar o rio Minho. A travessia já tinha sido feita durante décadas pelos contrabandistas. Por ali passou muito café. O rio era estreito e rapidamente acostávamos em terras de Espanha. A partir dali o céu estava mais azul, pois certamente os espanhóis não teriam informações sobre mim e o passaporte era a salvaguarda de qualquer problema. Mas a chegada à Galiza ainda era uma fase problemática e o medo atravessou-me violentamente: “¿Para donde van?” indagou o carabineiro com seu capacete angustiantemente típico, voz autoritária e espingarda encostada ao corpo. “Vamos al oftalmólogo en Vigo”, respondeu sem hesitação o passageiro. O carabineiro voltou costas e nós continuámos nessa manhã de Outono de 1972, o nosso caminho incerto, com o ritmo cardíaco acelerado por este acontecimento inesperado. “Com ele não há problemas!” exclamava-me suavemente o vizinho habituado a estas andanças, transportando mais um emigrante clandestino, sem saber as razões de tal desventura.

Chegámos passado algum tempo à zona de Vigo onde iríamos apanhar o comboio até à fronteira, à última paragem em Espanha. O passageiro pediu-me que ficasse num café à espera dele enquanto ele fosse comprar os bilhetes (não me recordei quanto dinheiro levava, mas não dava para muita coisa no caso de haver uma falha no processo). Sabia que um grande amigo meu que já tinha feito o mesmo percurso, foi enganado pelo passageiro, que foi e não voltou. Por isso não o larguei. Caminhamos juntos, comprou-me o bilhete de comboio juntos e viajamos juntos. Chegámos a Irún. França ficava do outro

lado da fronteira a poucas centenas de metros, mas normalmente era uma passagem complicada. A França precisava de emigrantes, aceitava os clandestinos desde que se apresentassem à chegada às autoridades policiais, mas a "invasão portuguesa" já era demasiado grande. Eram conhecidos relatos dramáticos de grupos de emigrantes caminhando durante dias pelos Pirenéus, alguns falecendo. Não sabia que passagem é que estava programada. Afinal era simples. Deveria caminhar até à fronteira francesa, apresentar-me como emigrante à procura de trabalho e obter o salvo-conduto.

Havia apenas que esperar algumas horas até à noite. Sugeriram-me um café, mais tasca, onde me sentei numa mesa do fundo e comi. Sentia-me um animal raro, mas era necessário aguardar.

"¿Otro português?", "si" respondia o empregado de balcão da taberna espanhola bem chegada à fronteira francesa, com um olhar de desprezo, olhando para o cliente da última mesa como se se tratasse de cão vadio às portas da morte. Pela primeira vez sentia, dolorosamente, com um arrepio na espinha, o que poderia ser o racismo. Esperava que o passador encontrasse uma segunda alternativa de passagem, depois de ontem me terem recusado a passagem pela fronteira: "Pour travailler en France? avec cet aspect? Dans votre document vous avez moustache et maintenant vous ne l'avez pas. Pourquoi?... non, je ne vous laisse pas!".

Da primeira vez não passei. Tinha que esperar que os guardas fronteiriços mudassem para tentar novamente. Se fosse outra vez recusado utilizaria o passaporte, o que me obrigaria a não apanhar nenhum dos guardas anteriores, ou eventualmente, procurar outra fronteira. Mas na segunda tentativa não houve problema. Aceitaram-me como trabalhador ilegal, passaram-me um salvo-conduto que exigia dentro de 72 horas apresentar-me à polícia. Obviamente nunca o fiz. Em França era livre, embora sem dinheiro.

Levava um número de telefone de um camarada: Silas Cerqueira. Tinha estado em Paris em 1969 mas mal conhecia a cidade. Por isso assim que me foi oportuno, ao chegar a Paris telefonei para o meu contacto. O número estava errado. Tinha que encontrar alguém porque com pouco dinheiro, sem conhecidos e pouco sabendo da cidade o panorama não era brilhante, embora houvesse sempre a possibilidade de telefonar a pedir ajuda aos familiares e alugar um hotel de baixa renda. A língua não era grande problema, mas estava enferrujada. (...)

Não me lembro o que fiz, não me lembro a quem falei, não recordo como estabeleci contacto com Portugal. Sei que ao fim de alguns dias fui bater à porta do Cascais e da mulher, não sei como. Cascais era um antigo professor de Matemática no liceu, durante poucos meses – um génio louco – de que não conhecia as suas ideias políticas. Mas a ele devo a integração no novo mundo, que não foi fácil.

O destino provisório era Bruxelas. Circunstâncias diversas retiveram-me em Paris. A passagem acabou por se tornar definitiva. Milhares de cartas escritas a empresas à procura de emprego, chocando sempre com as dificuldades então colocadas à emigração. Mudanças periódicas de hotel, sem estrelas e sem espaço para viver. Horas e horas na estação de correio esperando vez para telefonar para Portugal. Em todos os momentos, primeiro recordando a companheira que ficara em Portugal e a filha que, de tão pouco acarinhada e pequena, tinha dificuldade em imaginar. Depois acompanhado, nas mesmas condições precárias recordando o país distante: “Fernanda, não me deixes andar com dinheiro suficiente para um bilhete. Qualquer dia vou a Austerlitz e tomo o comboio para Portugal”.

O tempo, ao ritmo lento daquela época, mas com turbilhões crescentes na sociedade portuguesa, foi passando. Fizemos bons amigos, alguns dos quais nos cederam a casa para viver

durante o dia. Sem saber como, nem porquê, bateram à porta e perguntaram-me “Il y a un emploi pour vous dans une entreprise d’importation et exportation, un emploi de comptable. Êtes-vous disponible?”.

Trabalhei na Ogimex, no “20^{ème} arrondissement”, onde fiz contabilidade e bons amigos de diversas nacionalidades, aprendi o calão e reaprendi a ter uma vida dita normal. Alugámos casa em Bourg-la-Reine depois de vencer as resistências do senhorio. Recomecei a viver familiarmente. Criámos um ciclo de amigos que se reunia para escrever artigos para jornais portugueses. A Fernanda ficou grávida e o filho fechou as nossas contas.

Como disse, o destino provisório era Bruxelas porque os belgas davam o título de exilado político com alguma facilidade, passavam a pagar uma remuneração mensal e a ceder uma casa gratuitamente. Mas nunca fomos para lá porque a Fernanda tinha más recordações e preferia Paris. Passado algum tempo fomos à Embaixada da URSS para concretizar a ida para a Rádio Moscovo. Fizemos provas e fomos aceites. As burocracias eram mais do que muitas e tínhamos que esperar. Uma espera em que o nosso filho Edgar foi concebido. Fernanda estava grávida, o que para os soviéticos era um obstáculo inultrapassável para ir para Moscovo. Íamos para trabalhar e grávida o trabalho diminuía. A imagem que eu tinha dos soviéticos desvanecia-se, mas tal não afectava o meu querer porque o principal era a luta em Portugal.

28. Com França começou outro capítulo, de que apenas contarei o que tem a ver com a actividade política, embora o principal não fosse isso. Fosse a sobrevivência, fosse arranjar emprego, fosse alugar casa, fosse criar ambiente a uma família que ainda não tinha vivido como tal.

29. A actividade política foi reduzida, pelo menos em comparação com a situação anterior. Quando lá cheguei tinha uma experiência bastante razoável do movimento estudantil. Tinha estudado cuidadosamente todos os comunicados associativos publicados durante quatro ano num período bastante turbulento. Tinha lido alguns textos sobre o papel da luta estudantil na acção política. Tinha debatido com alguns colegas os textos de Lenine a Marcuse, e confrontado posições teóricas diferentes sobre a relação estudantes-proletários. Li e estudei muita literatura sobre os estudantes. Além disso sentia em todos os poros do meu corpo o ser estudante, o lutar com os estudantes, o contribuir com essa luta para o fim do fascismo.

Por todas estas razões uma das primeiras proposta que fiz ao Blanqui Teixeira – um dos funcionários do Partido que me acompanhava em França e por quem eu tinha, e tenho, uma grande admiração – foi escrever um trabalho sobre a luta estudantil. Quando esperava apoio e entusiasmo encontrei receio, desconfiança, medo de que um tal texto “se desviasse da linha do partido”. Resolvi esquecer.

Mantive algum tempo esse controleiro, com quem discutia política, acordava algumas tarefas e dava contas do apoio mensal (durante poucos meses iniciais) do Partido para a minha sobrevivência, até que passei a tratar directamente com Pires Jorge, uma personalidade completamente diferente, mais de acção do que de ideias.

Como o objectivo era a Rádio Moscovo a minha integração na organização partidária em França (quer de apoio ao interior, quer de acção junto da emigração) era diminuta. Limitei-me a ter algumas pequenas acções, como por exemplo, escrever o discurso que um camarada ia fazer ao Conselho Mundial da Paz.

30. Em determinada ocasião Pires Jorge disse que ia haver um seminário do PCF de apoio à luta do povo brasileiro (sujeito a

um sistema ditatorial muito *sui generis*) e que, para tal, iria ser contactado por um outro camarada, de que me deu o pseudónimo. Assim aconteceu. Pela idade e pelo rosto só poderia ser um dos mais antigos funcionários da direcção do Partido, Sérgio Vilarigues. Conheci-o porque tinha controlado anos antes o filho, que creio que então ainda andava no liceu, e um é a cara chapada do outro. Mais do que acordámos sobre a conferência recordo o seu pouco jeito para a clandestinidade, embora tenha sabido muito bem despistar a pida ao longo da sua vida, a grande vaidade pessoal e a sistemática pergunta "não sabes quem eu sou, pois não?" a que ia metodicamente respondendo pela negativa.

A redacção da comunicação portuguesa, que eu iria representar, foi um processo longo e cuidado. Cada nova versão que levava sofria correcções de conteúdo e de forma por parte de Vilarigues.

Finalmente o dia chegou e eu lá estava. Era um ambiente que eu não conseguia explicar a mim mesmo. Eu, representando um Partido na clandestinidade, que tinha que ter uma vida recatada por causa da ida para Moscovo, ali estava numa sala enorme cheia de pessoas, com holofotes e fotógrafos. Sabia que era uma iniciativa do PCF, que ali não havia pides, mas aquele era um outro mundo que eu desconhecia.

Não me recordo quase nada do que se passou nesse longo dia, mas um momento alto foi o conhecimento de Lula da Silva. Não pelo papel que viria a desempenhar no futuro, pois então ninguém suspeitaria, mas pelo seu dinamismo, por ser o elemento mais esperado por todos os presentes, incluindo pelos camaradas do PC Brasileiro. Era o Grande Sindicalista, o dirigente de grandes lutas operárias do ABC paulista. O PCB admirava-o e reconhecia-lhe valor mas era também encarado como um concorrente na luta política no interior do país

31. O trabalho político mais importante que fiz foi com camaradas do Partido (não os conhecia nessa qualidade) mas à margem do partido. Foram as reuniões semanais num café para escrevermos artigos para o jornal A Opinião que entretanto tinha aparecido no Porto. O José Gomes e o Cid Simões éramos os grandes produtores de textos, escritos com muito entusiasmo e carinho, periodicamente mandados por correio para a redacção do jornal e que ainda hoje figuram nas referências à minha produção literária.

Quando fui ver os meus arquivos da Pide encontrei uma dessas cartas que tinha sido apreendida, juntamente com um artigo assinado por mim, de que já não me lembrava.

(...)

33. Sobre a forma como vivemos o 25 de Abril em Paris, alguns apontamentos.

Os meios de comunicação franceses ignoravam Portugal. Os jornais recebidos do país, apesar de filtrados pela censura, transpiravam algum cheiro da agitação social. A guerra colonial, tabu do regime, tinha a condenação internacional, as lágrimas portuguesas e o sangue da injustiça. O custo de vida não parava de aumentar, dando pretexto a greves e manifestações. Realizava-se o Congresso Democrático de Aveiro e as teses a proporem o socialismo surgiam na penumbra da legalidade consentida. O Avante confirmava, justificava e intensificava este movimento reivindicativo. Respirava-se um ambiente que prenunciava qualquer coisa de diferente, mas a esperança era difusa.

A marcha dos militares das Caldas da Rainha reforçava a sensação de que algo poderia acontecer, mas eu tendia a sobrevalorizar o seu falhanço. Na manhã de 25 de Abril, a rádio francesa dava conta do "Coup d'État au Portugal". Começámos a contactar entre nós, tentando completar as informações tão escassas. Na empresa todos me perguntavam entusiasticamente sobre o

que se estava a passar em Portugal, mas eu era uma má fonte de informação. Naqueles dias as imagens na televisão não eram concludentes. As ruas pareciam mostrar que se estava a viver uma revolução. Os apelos à ordem, e à serenidade e os receios que alguns dos revolucionários mostravam em relação ao 1º de Maio não pareciam coisa sensata. As suas caras eram-nos inteiramente desconhecidas. A notícia do regresso de Álvaro Cunhal e Mário Soares e a espantosa chegada fazia correr as lágrimas de alegria, como se os diques tivessem rebentado. Mas aquela figura sinistra de Spínola e o papel que parecia desempenhar em todo o processo resfriava-nos o entusiasmo.

Alguns amigos iam a correr fazer as malas e embarcavam. Outros faziam actividades sem nexos como se nesse agitar encontrassem uma solução. As conversas, as reuniões, a leitura dos comunicados, a ida aos sindicatos e partidos franceses procurar novas informações agitavam-nos todos os momentos disponíveis. Telefonava-se para Portugal com frequência. Não havia dúvida, havia uma revolução em Portugal com profunda base popular. Aumentávamos a ansiedade, sentíamos um orgulho silencioso por termos contribuído para esse momento histórico. Tínhamos feito história e queríamos continuar a fazer. Estava decidido a regressar a Portugal. A filha, que apesar de muito nova já tinha sofrido tanto em nome desta revolução que estava na rua, e o filho, recém-nascido, não permitiam veleidades. A empresa que me tinha aberto os braços num momento crítico da minha vida merecia a minha consideração e um período de transição até à minha saída. Os poucos recursos exigiam que se transportasse para Portugal os poucos bens que entretanto tínhamos adquirido. Havia muito a fazer, acompanhando-se simultânea e pormenorizadamente a situação em Portugal. Entretanto, fui chamado para o serviço militar - sem nunca ter descoberto porquê, já que deveria ter sido convocado ainda durante o fascismo, dois anos antes, mas tal nunca aconteceu - e era imperioso estar em Portugal

em meados de Julho daquele ano revolucionário. Na Ogimex organizaram-me uma comovente festa de despedida, onde um colega de trabalho que tinha participado da guerra civil em Espanha pelas forças republicanas me dizia, no seu francês sibilado "N'allez pas pour Portugal. Les militaires n'ont jamais fait des bonnes choses... attendez". Armando Castro propunha-me um lugar na Faculdade de Economia do Porto.

34. Regressados a Portugal depois do 25 de Abril respirava-se revolução e a quantidade de trabalho político a fazer era imenso. Quer a Fernanda quanto eu fizemos tudo o possível para reforçar a revolução, mas então tínhamos duas "barreiras" que antes eram desconhecidas: a família, mais precisamente os filhos, e a actividade profissional. Para mim a actividade académica era extremamente entusiasmante e importante. A tal ponto que, continuando militante do Partido, o que aconteceu até à morte do Edgar, irmão da Fernanda, recusei ser Secretário de Estado num dos governos provisórios e deputado europeu, alguns anos mais tarde.

35. E sobre o período posterior ao 25 de Abril a minha actividade nada teve de especial. Era como milhares de outros militantes. Não merece a pena escrever.

ÍNDICE

5 Prefácio

9 INTERVENÇÕES PRÉVIAS

11 José Varejão
13 Aurora Teixeira
15 Óscar Afonso
20 Fernando Costa Lima
23 Daniel Bessa
35 Frederico Katz

43 ÚLTIMA AULA

45 Considerações prévias
47 Introdução
48 A fraude, a hidra
58 Quantificação
66 O ensino e a UP
72 Referências Bibliográficas

83 TESTEMUNHOS

151 A RETALHOS DO PASSADO ANTES DO 25 DE ABRIL

153 Introdução
154 Infância (e Juventude)
162 Associativismo estudantil
196 Atividade político-partidária

A FRAUDE ECONÓMICO-FINANCEIRA E O ENSINO

ÚLTIMA AULA

Autor: Carlos Pimenta

Capa: Sal Design Studio

© Carlos Pimenta

OBEGEF - Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Edições Húmus, Lda., 2019

End. Postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão - V. N. Famalicão

Telefone: 926375305

Email: humus@humus.com.pt

ISBN: 978-989-755-396-7

Impressão: Papelmunde - V. N. Famalicão

1.ª edição: Março de 2019

Depósito Legal: 453475/19

ISBN 978-989-755-306-6



9 789897 53066